



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

INGRID SAMPAIO DE SOUSA

**MORTE DE MULHERES NAS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA URBANA EM
FORTALEZA: DIÁLOGOS COM MULHERES-INTEGRANTES DE MOVIMENTOS
FEMINISTAS E DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

FORTALEZA

2020

INGRID SAMPAIO DE SOUSA

MORTE DE MULHERES NAS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA URBANA EM
FORTALEZA: DIÁLOGOS COM MULHERES-INTEGRANTES DE MOVIMENTOS
FEMINISTAS E DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como exigência parcial para a conclusão do curso de Mestrado em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S696m Sousa, Ingrid Sampaio de.
Morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana em Fortaleza : Diálogos com mulheres integrantes de movimentos feministas e de organizações da sociedade civil / Ingrid Sampaio de Sousa. – 2020.
135 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros.

1. Violência Urbana. 2. Gênero. 3. Juventude. 4. Psicologia. 5. Feminismo Interseccional.
I. Título.

CDD 150

INGRID SAMPAIO DE SOUSA

MORTE DE MULHERES NAS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA URBANA EM
FORTALEZA: DIÁLOGOS COM MULHERES-INTEGRANTES DE MOVIMENTOS
FEMINISTAS E DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como exigência parcial para a conclusão do curso de Mestrado em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Aprovada em: 02/03/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Ana Carolina Borges Leão Martins
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Jaileila de Araújo Menezes
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

AGRADECIMENTOS

Esse percurso não teria sido possível sem algumas pessoas. Portanto, gostaria de agradecer

Aos meus Pais, Luciene e Francisco, pelo apoio incondicional nessa empreitada chamada mestrado;

Ao meu orientador, professor João Paulo Pereira Barros, pelos ensinamentos e orientações durante todos esses anos, desde a graduação ao mestrado, e por me mostrar que a gente caminha com mil pernas e escreve com mais de duas mãos. Obrigada pela leitura atenta e pela dedicação durante todo esse processo. E obrigada por tornar a academia um lugar mais acolhedor e potente;

À professora Carol Leão, por ter aceito compor a banca desta dissertação, pela amizade, pela parceria e pelas discussões incríveis. Obrigada por me transmitir que a desconstrução é um caminho sem volta;

À professora Jaileila Araújo, por ter aceito compor a banca desta dissertação, pelas trocas de leituras e afetos durante esse tempo e por nossos encontros, ainda que breves, no corredores da universidade, nos cursos e eventos sobre feminismos;

Ao meu amor Diego Ortega, por ser suporte e por estar do meu lado nos momentos mais felizes e nos mais tristes também;

Às minhas irmãs de orientação, Clara Oliveira e Larissa Nunes, sem as quais eu jamais teria conseguido. Obrigada pela parceria, pelas ajudas, pelos correios, pelas leituras, pelos resumos e pelo amor que surgiu entre a gente;

Às minhas amigas de turma Vilki Malherme, Rochelly Holanda e Tadeu Lucas por todo apoio, risadas e por fazer a melhor panelinha da turma do mestrado;

Ao prof Ricardo Barrocas, pelos ensinamentos sobre pesquisa durante toda minha graduação;

Ao meu padrinho de Colação, Caio Monteiro, obrigada por me fazer ver que a academia também é lugar de luta e por sempre me ensinar coisas incríveis;

À amiga Jéssica Carneiro, obrigada pela parceria feminista, pelos grupos de estudo, pela leitura crítica e por me inspirar a construir outras feminilidades;

Às amigas Jéssica Pessoa e Luisa Holanda pelas conversas, por vibrarem junto a mim as conquistas mais difíceis e por serem aquele ombro quando precisei;

À amiga Camila Ricarte, por me ensinar que sem rir é impossível viver;

Ao amigo Luís Fernando Benício, pela parceria, pelas conversas e discussões acaloradas, por acreditar em mim e por me ensinar que a gente não existe sem coletividade;

À professora Érica Atem, pelas rápidas e incríveis conversas com a porta aberta. Logo na entrada e logo na saída, aprendi contigo que a discussão melhor acontece quando estamos na fronteira;

Ao grupo Estudos desentendidos, por me ouvirem e me fazerem desentender tantas vezes;

Ao VIESES: Demar, Laisa, Paulinha, Jéssica, Camila, Dalgo, Carla Jéssica, Milena, Gabi, Patrícia, Isadora, Vitória, Glenda e Gigio, por me acolherem tão calorosamente e fazer meus dias na universidade cheios de risadas. O fato é que levarei o VIESES comigo para onde for;

Aos incríveis Grupos de Estudo do VIESES, pelas discussões, pelas leituras e pelos insights;

As autoras e autores que citei, por criarem condições de possibilidade para as discussões realizadas aqui;

As participantes da pesquisa, por disponibilizarem seu tempo e por me ensinarem que as lutas feministas acontecem em meio a tensionamentos;

A Capes, pelo financiamento durante todo esse período;

A Universidade Federal do Ceará, por me acolher desde a graduação e se fazer parte indispensável da minha formação.

RESUMO

Fortaleza situa-se como uma das cidades mais violentas do Brasil, matando cada vez mais jovens e adolescentes. Mais especificamente, os últimos três anos apontam para um aumento significativo de mortes de jovens mulheres nas dinâmicas da violência urbana. Esta dissertação tem por objeto os processos psicossociais relativos à problemática da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana em Fortaleza, que se desdobra a partir da seguinte questão-problema: Que leituras integrantes de coletivos feministas e de organizações da sociedade civil produzem sobre a problemática da morte de mulheres em contexto de violência urbana na cidade de Fortaleza? Propomos, então, um diálogo entre a psicologia social, referências do campo das filosofias, tais quais Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Judith Butler, e, além disso, também compomos este debate em conjunto às perspectivas transfeministas, interseccionais e críticas à colonialidade, a partir de diálogos com Sayak Valencia, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Achille Mbembe e Angela Davis, por exemplo. A montagem plural das caixas de ferramentas teóricas da pesquisa se justifica pelo entendimento de que uma perspectiva transdisciplinar pode nos ajudar a analisar a complexidade desses processos psicossociais na capital alencarina. Buscamos, portanto, como objetivo geral da pesquisa, cartografar processos psicossociais relativos à problemática da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana, na cidade de Fortaleza, percebendo, portanto, seus movimentos, a partir dos sentidos produzidos por mulheres integrantes de coletivos feministas e/ou organizações da sociedade civil que têm pautado o assunto na capital cearense. Para tal, separamos três objetivos específicos: 1) Conhecer como integrantes de coletivos feministas e/ou organizações da sociedade civil analisam as transformações das dinâmicas da violência e seus efeitos sobre mulheres inseridas nas periferias da cidade; 2) Discutir como, nas análises produzidas com mulheres, interseccionam-se marcadores sociais no processo de vitimização de mulheres nas dinâmicas da violência criminal em Fortaleza; 3) Refletir sobre práticas de resistências à problemática da morte de mulheres produzidas por coletivos feministas e/ou de organizações da sociedade civil. Utilizaremos, portanto, duas ferramentas: observação participante e entrevistas semi-estruturadas. Aqui, as entrevistas semi-estruturadas terão função de ferramenta principal, sendo complementadas com o acompanhamento de atos e processos de mobilização social em torno da temática, com o uso do diário de campo. Nesse sentido, é questão entender essas novas dinâmicas da violência urbana e produzir com mulheres que atuam em movimentos e organizações do campo dos direitos humanos narrativas críticas acerca desse fenômeno. Os resultados da pesquisa se

delineiam a partir de cinco analisadores: 1) a relação do fenômeno do assassinato de mulheres nas conflitualidades urbanas com uma rede de violências contra mulheres; 2) a seletividade dessa forma específica de vitimização, ao problematizarmos quem são as mulheres que estão morrendo nas dinâmicas da violência criminal em Fortaleza, a partir da intersecção de diferentes marcadores sociais; 3) Os efeitos das transformações da violência criminal no Ceará na precarização da vida de mulheres periféricas; 4) A brutalidade dos assassinatos de mulheres exibidos em vídeos que viralizam nas redes sociais e a partir do dispositivo da “decretação”; 5) A narrativa de criminalização das mulheres que morrem a partir da produção psicossocial da imagem da "Envolvida" e 6) as formas, caminhos, experiências e pistas de resistência que mulheres que integram movimentos feministas e organizações da sociedade civil têm produzido coletivamente. Esperamos, então, com esse trabalho, conseguir fomentar outros olhares com relação aos fenômenos da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana, que sejam capazes de ampliar ferramentas para inter(in)venções nesse campo. Buscamos, também, visibilizar a potência das lutas de coletivos e movimentos feministas no que se refere ao enfrentamento dessa lógica de violência contra mulheres, bem como dar ênfase na potência de uma política de pesquisa em Psicologia Social que estabeleça alianças com diversas vozes feministas, potencializando movimentos de afirmação de vidas "vivíveis" como resistência às tecnologias necropolíticas.

Palavras-chave: Violência Urbana. Gênero. Juventude. Psicologia. Feminismo. Interseccionalidade.

ABSTRACT

Fortaleza is one of the most violent cities in Brazil, with a crescent amount of deaths among teenagers and the youth. More specifically, the last three years point towards a significant increase of young women in the dynamics of urban violence. This work discusses the psychosocial processes concerning the issue of the women deaths in these dynamics of urban violence, that unfolds from the following problem-question: What sort of analysis the stakeholders from feminist groups produce in face of the problem of women's death in the context of urban violence in Fortaleza? We propose a dialogue, therefore, between social psychology, relevant authors from the field of philosophy, such as Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guatarri and Judith Butler, and, additionally, amongst transfeminist, intersectional and decolonial perspectives, through a discussion with Sayak Valencia, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Achille Mbembe and Angela Davis, for example. The pluralist assembly of the toolbox of research theories is justified by the understanding that a transdisciplinary perspective may help us to analyze the complexity of such process in the city of Fortaleza. We aim, therefore, as general goal of the research, to cartograph the psychosocial processes regarding the problem of women's death in the dynamics of urban violence in this city, considering, in that way, its movements from the sensemaking elaborated from women integrating feminist movements and/or civil organizations that are major stakeholders in this subject. In order to that, we have three specific aims: 1) To get to know how participants of feminist movements and/or civil organizations analyse the transformation of the dynamics of urban violence and its effects in women living in the marginalized areas of town. 2) To discuss how, in these analyzes, there are intersections of social markers in the process of victimization of the women. 3) To reflect onto the practices of resistance to the problem of women's death that these movements and/or civil organizations produce. We shall use two "ferramentas": participative observation and semi-structured interviews. Here, these interviews will have the function of main "ferramenta", being complemented by the participation in acts and social mobilization processes concerning this problem, with the use of the field journal. In this sense, it is a question to understand these dynamics and to co-produce critical narratives regarding this phenomena with women that act in movements and organizations in the field of human rights. The results of the research are structured in five analyzers: 1) The relation of the phenomena of women's murdering within the urban conflicts in a network of violence against women; 2) the selectivity of this particular form of victimization, as we problematize who are these women dying in the dynamics of violence of

Fortaleza with the intersection of different social markers; 3) The effects of the transformation of criminal violence in Fortaleza in the "social deterioration" of these women from the outskirts of town; 4) The brutality of the murdering of women exhibited in videos that go viral in social networks through the dispositive of "decretation"; 5) The narrative of criminalization of women who die in this context through the creation of the psychosocial image of the "envolvida", and 6) the ways, paths, experiences and clues of resistance that women who integrate feminist movements and civil organization have been producing collectively. We hope, therefore, with this work, to facilitate other perspectives into the phenomenon of women's death in the dynamics of urban violence, that are capable of enhancing the tools to "intervene" in this field. We aim, also, to frame the potency of this collective fights from feminist movements and civil organizations regarding their challenging of these logic of violence against women, as well as to emphasize the potency of a politics of research in Social Psychology that can establish alliances with several female voices, allowing "liveable" lives movements to be affirmed as resistance against technologies of necropolitics.

Keywords: Urban violence. Gender. Youth. Psychology. Feminism. Interseccionalidad.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Nós devemos até a alma.....	12
1.2	Um percurso (in)esperado para uma Psicóloga ? a partir de que Psicologia falamos?.....	16
2	PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	23
2.1	Os feminismos e a produção de conhecimento.....	23
2.2	A cartografia aliada às perspectivas feministas: apostas para uma pesquisa Inter(in)venção COM mulheres.....	26
2.3	Cenário da pesquisa.....	29
2.4	Alianças e Ferramentações: sobre as participantes do estudo e estratégias metodológicas.....	30
2.4.1	<i>Observações participantes e diários de campo.....</i>	30
2.4.2	<i>Entrevistas sob o manejo cartográfico.....</i>	30
2.4.3	<i>Manas da Pesquisa.....</i>	31
2.5	Por uma análise rizomática.....	38
2.6	Compromisso ético da pesquisa.....	41
3	A PROBLEMÁTICA DA MORTE DE MULHERES NAS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA URBANA: CARTOGRAFIAS FEMINISTAS.....	43
3.1	Um olhar sobre os diversos feminismos e como eles pautam a violência contra mulheres.....	43
3.2	Uma rede de violências contra mulheres: limites e tensões entre a violência contra mulheres e a violência urbana.....	53
3.3	“Quem são as mulheres que estão morrendo nas dinâmicas da violência urbana?”: a seletividade em função da interseccionalidade entre gênero, classe, raça, geração e território.....	65
4	NECROPOLÍTICA DE GÊNERO, VIDAS PRECÁRIAS E CORPOS MATÁVEIS: A PERSPECTIVA DE MULHERES SOBRE AS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA URBANA EM FORTALEZA E SEUS EFEITOS.....	75
4.1	As Transformações atuais no cenário da violência em fortaleza: tecendo realidades gore na vida de mulheres.....	75

4.2	Femi-geno-cídio como dispositivo de uma Necropolítica de Gênero.....	87
4.3	“Ela era envolvida”: a criminalização de mulheres nas tramas da violência urbana como operador psicossocial de produção de vidas não passíveis de luto.....	90
5	“O QUE RESTA PRA NOIS?”: DESAFIOS, PISTAS E EXPERIÊNCIAS SOBRE FORMAS DE RESISTÊNCIA À MORTE DE MULHERES TECIDAS POR INTEGRANTES DE COLETIVOS FEMINISTAS E DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	98
5.1	“Bota a boca no trombone”: o grito como condição de possibilidade para a produção de um comum.....	98
5.2	Confrontações e afrontamentos à lógica da violência: experimentando alianças.....	111
5.2.1	<i>Reuniões com o CCPH como aglutinador de mulheres coletivos e movimentos feministas.....</i>	111
5.2.2	<i>“Pela vida das mulheres! Somos todas Marielle, Stefhani, Ingrid e Dandara”..</i>	113
5.2.3	<i>Amanhecer pela vida das mulheres e VI Marcha da periferia.....</i>	120
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
	REFERÊNCIAS.....	128

1 INTRODUÇÃO

1.1 Nós devemos até a alma

Essa dissertação já está sendo contada. O presente texto é apenas uma outra forma de fazê-lo, uma tentativa mirabolante de agrupar os vários escritos, megabytes, experiências e pensamentos que foram construídos ao longo desse tempo que é mais afetivo que cronológico. Essa tentativa é ao mesmo tempo bem sucedida e falha; bem sucedida porque, de fato, muito do que está aqui escrito advém desse agenciamento, no entanto, ela também falha e não pela impossibilidade de agrupar tudo pelo que passei e vivenciei na construção dessa pesquisa, como muitos poderiam bem pensar, e sim pelo fato de que narrar de uma outra forma já é, por si só, narrar uma outra coisa. Nesse sentido, escrever traz mudanças, surpresas e desentendimentos que, muitas vezes, só vamos entender depois. Escrever também é construir.

E nessa construção deparei-me com uma série de problemas que, muito mais que enfrentá-los, decidi abraçá-los. Um deles foi escrever sobre meu “lugar de fala”. Durante o tempo do mestrado, em alguns momentos, fui impelida a dizer do meu lugar de fala como mulher quando conversando com mulheres sobre feminismo. E por que digo “como mulher”? Porque sempre pensei que dizer do meu lugar de fala como mulher era dizer que sou uma mulher branca e todos os outros marcadores, que também me compõem, acabavam ficando em um segundo plano não tão importante. A escrita, no entanto - e devo dizer que a banca de qualificação também - provocou-me também a pensar qual é o meu lugar como pesquisadora. Ou seja, na condição de mulher branca intelectual, como pesquiso? E de onde e de que questões parto?

Antes de efetivamente me deter a essas perguntas, é importante ressaltar qual o contexto de pesquisa em que essas perguntas se fazem necessárias.

A pesquisa que aqui apresento tem como objeto os aspectos psicossociais implicados na problemática da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana em Fortaleza. Em vários momentos, quem está morrendo mobilizou questões para a pesquisa. Dizer que quem estão morrendo são mulheres não é suficiente para o tipo de análise que aqui queremos fomentar, portanto, foi escolha da pesquisadora dar ênfase ao fato de que a violência urbana não atinge os corpos de todas as mulheres da mesma forma. Nesse sentido, pensando a forma como a violência urbana vem acontecendo em Fortaleza, podemos visibilizar que as mulheres negras jovens periféricas são as mais vitimadas nesse processo.

Em 2018, 114 mulheres jovens (10 a 19 anos) foram vítimas da violência letal no Ceará (CCPHA, 2019). Se focarmos no número de meninas jovens vítimas da violência letal em Fortaleza, entre 2016 e 2017, temos um aumento de 417% (CCPHA, 2018) e entre 2017 e 2018, temos um aumento de 90,32%, ainda que, para os meninos, tenha havido uma diminuição em 34,99% (CCPHA, 2019). Esses dados referentes às mortes de jovens mulheres são bem maiores que os registrados em anos anteriores da capital; em 2016, tivemos 6 mortes, em 2017, tivemos 31 mortes, em 2018, tivemos 59 mortes e, além disso, em 2018, Fortaleza teve nove chacinas (CCPHA, 2019).

E, como pesquisadora, fui interpelada com a seguinte questão: Como fazer os mortos falarem? Como trazer de volta narrativas que foram silenciadas não apenas pela morte física, mas também por uma morte simbólica? Essa pergunta, na verdade, desemboca em outra que também foi muito importante para pensar o meu lugar na condição de pesquisadora e minha relação com a pesquisa, a saber: Em que estou (como mulher branca pesquisadora) autorizada em falar *sobre* mulheres negras da periferia que estão sendo mortas nas dinâmicas da violência urbana? Tal pergunta, pois, leva-nos a uma discussão sobre violência epistêmica, lugar de fala e representação.

Para visualizar o que aqui estamos considerando como Lugar de fala, é preciso entender que nossa matriz de conhecimento - com ênfase aqui à psicologia - é branca, masculinista, heteronormativa e eurocentrada. Não é preciso muito para reconhecer tal fato, basta perguntarmos: Quem são as(os) autoras(os) negras(os), as(os) autoras(os) indígenas e as autoras brancas que lemos em nossos cursos de graduação? Quantos das(os) autoras(os) que estudamos são africanas(os), latino-americanas(os) ou asiáticas(os)?

Essas perguntas nos fazem vislumbrar que as formas de conhecimento que nos são ensinadas e transmitidas estão implicadas nas relações de dominação, que têm o racismo e o machismo como funções constituintes e organizadoras da nossa visão e experiência no mundo. Portanto, pensar em epistemicídio é pensar nas inúmeras formas de saber que foram assassinadas, silenciadas e invisibilizadas ao longo da história porque suas existências representavam uma ameaça à norma branca, cis-hetero-patriarcal e racista sempre dominante. (AKOTIRENE, 2018; RIBEIRO 2017; LUGONES, 2014)

Portanto, violência epistêmica e lugar de fala têm relação direta, porque os saberes que apresentam-se como inlocalizáveis (ou seja, universais) silenciam outros saberes que, em geral, são colocados como saberes particulares, não objetivos, "pautas de costume" ou "pautas identitárias". Esses saberes que silenciam não refletem sobre seu próprio lugar de fala, sobre seu próprio limite e alongam-se pelo mundo numa tentativa mirabolante, narcísica e quase

bem sucedida de serem a verdade. É preciso que nos perguntemos sobre o que esses saberes não falam, ou melhor ainda, sobre o que eles não podem falar para que, dessa forma, desvele-se a ideologia dominante e opressora sobre as quais eles são totalmente dependentes (SPIVAK, 2010).

Nesse sentido, lugar de fala aqui diz respeito a reconhecer que existe um sistema de opressões estruturais que impedem determinados grupos de indivíduos de terem seus direitos garantidos, incluindo aí o direito à fala (RIBEIRO, 2017), fazendo com que esses indivíduos tenham sua humanidade negada (XAVIER, 2017). Esse debate é acima de tudo sobre como nossa sociedade está organizada (RIBEIRO, 2017). Dessa forma, é necessário visibilizar diálogos com feminismos marginais, assim como refletir sobre o fato de que eu, como pesquisadora branca, usufruí de privilégios, durante toda a minha vida, que me deram acesso à universidade e que me permitiram, inclusive, estar aqui escrevendo essa dissertação, ao passo que várias pessoas são impedidas desse mesmo acesso por não estarem situadas em um lugar de privilégio.

Portanto, vale pensar a crítica que Spivak (2010) faz a Foucault (2018) de que os intelectuais do "Primeiro Mundo" seriam benevolentes em produzir conhecimento sobre os grupos subalternos a partir da ideia de que "as massas" sabem (Foucault e Deleuze dão a entender que esse saber é maior que o saber intelectual) e falam sobre si. A argumentação de Spivak vai no sentido de apontar a posição de transparência em que, nessas circunstâncias, o intelectual parece ocupar, reforçando, então, o sistema de poder ao qual se tenta romper.

É pensando nessa crítica que se faz importante reconhecer o sistema de opressões e privilégios em que socialmente estamos inseridos/as e buscar formas de fissura, fratura, quebra, rompimento desse mesmo sistema. Então, uma produção ética do conhecimento só é possível se apontarmos nosso lugar de fala - a partir de uma discussão que é sobretudo sobre como nossa sociedade se constitui e se organiza - e pensarmos nosso locus social. A partir daí, então, é possível um diálogo que se constrói não somente por meio de um consenso racional, mas também através de alianças e estratégias políticas.

A discussão de lugar de fala, então, não se confunde com a de representação, apesar de estarem atravessadas (RIBEIRO, 2017). Lugar de fala diz respeito à teoria feminista do *standpoint* (RIBEIRO, 2017; COLLINS, 1986) e a discussão sobre representação, em termos gerais, gira em torno da pergunta "Pode um indivíduo falar por um grupo?", seja este indivíduo participante ou não deste mesmo grupo. Nesse sentido, Ribeiro (2017) ratifica que todos nós temos lugar de fala, porque reconhecer isso quer dizer que todos nós partimos de um lugar - nosso olhar é sempre, portanto, parcial. Então, seja homem branco, mulher branca,

homem negro, mulher negra etc, sempre haverá um lugar de fala para aquele que fala e esse lugar será ou não será estável a depender dos regimes de autorização de falas vigentes.

Jota Mombaça (2017, sem pag)ajudou-me a entender melhor essas questões e também o porquê de, muitas vezes, o discurso acerca do lugar de fala ser discriminado:

Muito se fala sobre como esse conceito tem sido apropriado de modo a conceder ou não autoridade para falar com base nas posições e marcas políticas que um determinado corpo ocupa num mundo organizado por formas desiguais de distribuição das violências e dos acessos. O que as críticas que vão por essa via aparentemente não reconhecem é o fato de que há uma política (e uma polícia) da autorização discursiva que antecede a quebra promovida pelos ativismos do lugar de fala. Quero dizer: não são os ativismos do lugar de fala que instituem o regime de autorização, pelo contrário. Os regimes de autorização discursiva estão instituídos contra esses ativismos, de modo que o gesto político de convidar um homem cis eurobranco a calar-se para pensar melhor antes de falar introduz, na realidade, uma ruptura no regime de autorizações vigente. Se o conceito de lugar de fala se converte numa ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é porque ele está sendo operado em favor da possibilidade de emergências de vozes historicamente interrompidas. Assim, quando os ativismos do lugar de fala desautorizam, eles estão, em última instância, desautorizando a matriz de autoridade que construiu o mundo como evento epistemicida; e estão também desautorizando a ficção segundo a qual partimos todas de uma posição comum de acesso à fala e à escuta.

Desse modo, as discussões sobre lugar de fala, epistemicídio e representação colocam às (aos) pesquisadoras (os) brancas(os) uma difícil formulação, isto é, não é exatamente sobre o que podemos ou não falar, mas como falar, no sentido de que não podemos falar a partir de "uma matriz de produção de subjetividade que sanciona a ignorância, sacraliza o direito à fala, secundariza o trabalho da escuta e naturaliza a própria autoridade" (MOMBAÇA, 2017, sem pag) e tampouco podemos negar nossas próprias marcas de racialização e generificação, "a fim de agir como se os privilégios da branquitude e da cisgeneridade não fossem coextensivos aos sistemas de opressão das vidas e vozes não brancas e trans" (MOMBAÇA, 2017, sem pag).

Esse paradoxo, portanto, convoca-nos a fazer um arranjo diferente dessas falas, relatos, vivências e experiências que compuseram essa dissertação. E é a política do pesquisarCOM que nos ajuda a construir este experimento. Enquanto uma prática mesopolítica, o pesquisarCOM aposta na dimensão polifônica e coletiva da pesquisa, "no que ela faz fazer a todos os envolvidos no dispositivo de pesquisa." (ARENDDT; MORAES; TSALLIS, 2015, p. 1155). Não pretendemos, então, falar em nome das mulheres mortas ou sobre as mulheres mortas, tampouco o fato de pesquisar com mulheres que não são exatamente o perfil de mulheres que estão morrendo compromete a reflexão proposta. Pretendemos pois, pensar COM mulheres engajadas na luta contra a naturalização da morte de mulheres, os aspectos psicossociais que têm operado na problemática em questão no contexto

cearense atual. O que há, afinal, de possibilidade de conexão entre eu, como mulher branca e pesquisadora, e as participantes dessa pesquisa, algumas delas negras e periféricas?

Antes de partir para o pagamento de uma dívida que me custaria a alma, eu pergunto: O que faz essa dívida insistir? Em um mundo onde a saída mais fácil parece ser a separação, a quebra e o isolamento de pessoas e grupos, ousamos aqui criar uma espécie de mosaico ou, ainda, um rizoma polifônico, onde as diferenças-vozes, mais que serem anuladas ou exaltadas, são colocadas em um agenciamento coletivo de enunciação, fazendo entrarem contato eu, as mulheres engajada na luta contra a morte de mulheres em Fortaleza e uma gama de autoras mulheres cujas discussões conceituais compõem majoritariamente a caixa de ferramentas teóricas dessa pesquisa. E, assim como toda ousadia, peço confiança, mas não ofereço garantias.

1.2 Um percurso (in)esperado para uma Psicóloga ? a partir de que Psicologia falamos?

O interesse em debater feminismos vem desde a minha graduação em Psicologia na Universidade Federal do Ceará, onde tive um primeiro contato com autoras feministas e fui completamente contaminada por suas problematizações. O fato é que foi impossível ver o mundo da mesma forma após esse contato. Entretanto, somente a partir de minha entrada no *VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação*, laboratório ligado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e ao Departamento de Psicologia da UFC, é que se deu meu contato com os chamados feminismos “das margens” ou “periféricos”, especialmente pela minha entrada no projeto de extensão “EntreTantos”, que tem como objetivo fomentar articulações, a partir de conversações no cotidiano da cidade, entre universidade, movimentos sociais, organizações e coletivos juvenis voltadas à potencialização de micropolíticas de resistência à violência em Fortaleza. Então, a partir daí, tive a oportunidade de conhecer um coletivo feminista, chamado Floriféria, que fazia suas reuniões no CUCA¹ Jangurussu.

Foi apenas com minha entrada no VIESES e meu contato com esses coletivos que vislumbrei a importância do debate acerca da violência urbana e a possibilidade de articular esse campo temático com minhas leituras feministas. Eu, como mulher branca, de classe

¹ A Rede Cuca é uma rede de proteção social formada por três Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cucas), mantidos pela Prefeitura de Fortaleza, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. Tem-se, até agora, os centros: Cucas Barra, Mondubim e Jangurussu, onde se promovem atividades culturais, esportivas e científicas para, em especial, jovens de 15 a 29 anos. O objetivo é fortalecer o protagonismo juvenil e promover a garantia de direitos humanos.

média e universitária, nunca havia parado para pensar nas implicações da violência urbana na vida de mulheres periféricas. O contato com novos vieses teóricos e pessoas de diversos lugares, completamente diferente do meu, incluindo aí o coletivo Florifera, fez-me desconstruir uma série de questões que eu mesma tomava por natural e perceber as implicações políticas de se pensar a partir do diálogo com outros lugares.

Àquela época, a pesquisa pretendia investigar e potencializar as práticas de enfrentamento à violência contra as mulheres produzidas por esse coletivo. No entanto, o coletivo dispersou-se e seus encontros passaram a não mais ocorrer na periodicidade de outrora. Ao mesmo tempo em que isso acontecia, a temática, em especial, do aumento do número de mortes de mulheres jovens na cidade ganhava destaque, passando a chamar atenção do VIESES em suas pesquisas e extensões.

Tal temática me convocou a delinear um campo de problematização novo, instigante e pertinente. E foi nesse campo, tentando mapear o plano coletivo de forças que operavam nas dinâmicas da violência na cidade que engendravam esse aumento tão intenso que começaram os primeiros passos de delineamento do problema desta pesquisa. Apesar de uma mudança no campo de problematização, permaneceu a vontade de construir a pesquisa com mulheres que estão em movimentos feministas.

O foco atual desta pesquisa passou a se referir, então, aos processos psicossociais relativos à problemática da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana em Fortaleza. A proposta central foi cartografar tais processos sob a perspectiva de mulheres integrantes de coletivos feministas e/ou organizações que têm pautado o assunto na capital cearense. Ao traçar essa cartografia a partir da polifonia de vozes feministas, tivemos a chance de construir e fazer emergir e circular outras narrativas acerca das mortes de mulheres na cidade - que não sejam as convencionais tentativas de culpabilização das mulheres pelas violências às quais as mesmas estão submetidas (BARROS et al, 2019).

É importante situar que não estou aqui falando em nome das adolescentes e jovens que foram assassinadas nas malhas necropolíticas cearenses e tampouco das interlocutoras da pesquisa. Falo a partir das ressonâncias que se deram a partir da escuta das participantes da pesquisa e da inserção em diversos espaços acadêmicos e sociopolíticos na cidade em que esse tema foi posto em pauta.

Nesse sentido, a pergunta “o que pode a Psicologia frente à expansão de uma necropolítica em nossos tempos, combinada à produção de uma sociedade da inimizade e ao definhamento de processos democráticos que organizem nossa vida coletiva?”(BARROS, 2019, p 233), nos é interessante para pensar as implicações da psicologia frente cenários de

constante violação de direitos. Tal indagação já denuncia de antemão o caráter frágil do binarismo individual-social que tantas vezes deixar seu rastro fortemente marcado em práticas, exercícios e textos de psicologia. Mais especificamente para essa pesquisa, convocar a psicologia a discutir a temática da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana em Fortaleza já é discutir possibilidades de uma psicologia que conflua com os movimentos feministas e que reflita sobre as políticas de produção de sujeitos ou o que Foucault (2005) chamou de saberes sujeitados. Uma psicologia assim, nos dias de hoje, é vista como perigosa e “ameaçadora”, uma vez que:

Nesta sociedade da inimizade, palco de tecnologias necropolíticas, pululam “opinologia” e recusas ao pensamento crítico, aquele que, como ensina Foucault e também o faz Mbembe, impõe dificuldade aos gestos fáceis demais. Como exemplos dos gestos fáceis demais presentes em nosso espaço-tempo, cabe citar aqueles que, frente à violência ascendente, pedem mais privilégios, armas, punição, tipificações penais, prisões, militarização, segregação e higienização social; enfim, mais derramamento de sangue e desumanização pelas políticas de subjetivação que separam e hierarquizam vidas. (BARROS, 2019, p 233-234)

Portanto, convocar a psicologia a pensar esse tema é exatamente tornar difíceis os gestos fáceis demais, os gestos já naturalizados, que no caso dessa problemática são a culpabilização e criminalização das mulheres por suas próprias mortes, produzindo, assim, uma psicologia a partir da qual se possam compor outras visibilidades e dizibilidades a temáticas e a populações ditas marginalizadas, uma psicologia que evidencia os processos de sujeição e que é engajada nas lutas feministas e antirracistas, e contra diferentes e articuladas formas de desigualdade e dominação.

Esta pesquisa, então, configurou-se como um desdobramento da pesquisa guarda-chuva do VIESES, intitulada “Juventude e Violência Urbana: cartografias de processos de subjetivação na cidade de Fortaleza”, cujo objetivo principal é cartografar modos de subjetivação tecidos por práticas sociais relativas aos arranjos produzidos pela violência urbana, no que diz respeito aos segmentos juvenis nos territórios de Fortaleza que carregam os maiores índices de homicídio na cidade. A presente pesquisa de dissertação diferenciou-se, contudo, das outras frentes da pesquisa guarda-chuva por dar ênfase aos aspectos psicossociais relativos à violência letal de mulheres na cidade, numa perspectiva de uma Pesquisa COM mulheres.

Decidimos compor essa pesquisa com mulheres que têm alguma atuação com organizações da sociedade civil ou coletivos feministas que têm denunciado e chamado atenção para a violação dos direitos das mulheres, a condição de subalternidade das mulheres e, em especial, ao feminicídio, visto que acreditamos na produção de conhecimento tecido por

corpos em aliança (BUTLER, 2018) em prol da desconstrução de formas de vida normatizantes e abjetificantes. Acreditamos, também, que dar visibilidade às lutas que os feminismos têm estabelecido é uma forma de fazer frente aos cenários de subalternização das mulheres, principalmente hoje em dia, em virtude de vários ataques que as pessoas que discutem direitos humanos e feminismo tem sofrido, os quais, a partir de uma visão reacionária e moralizante, acabam por transformar essas pessoas em inimigas.

A literatura nacional acerca do tema da violência letal em contextos urbanos mostra que são atuais as críticas de Pasinato (2011) de que a maioria das pesquisas sobre as dinâmicas da violência urbana enfoca a vitimização de adolescentes, jovens e adultos do sexo masculino pelo homicídio. Essa lacuna, no que diz respeito a como esses processos também afetam a vida de mulheres, corrobora a pertinência acadêmica desta pesquisa.

A violência contra mulheres no Brasil remete ao próprio processo de colonização e demonstra sua continuidade. Afinal, se seguirmos a linha de raciocínio de Mbembe (2017) que coloca a escravidão como uma das primeiras experiências necropolíticas da humanidade e concordarmos com Angela Davis (2016) que aponta a escravidão como um dos pontos históricos que imbrica racismo e sexismo, só podemos concordar que qualquer análise crítica no que diz respeito aos processos de violação das mulheres, no Brasil, tem de levar em conta o olhar interseccional, ou seja, qualquer análise que se pretenda crítica, nesse assunto, precisa levar em consideração o fato de que os ditos marcadores sociais de diferença não se incorporam de forma isolada (BUTLER, 2018; DAVIS, 2016; CARNEIRO, 2011).

Uma das chacinas que nos chamou atenção, em janeiro de 2018, para pensarmos a problemática de mortes de mulheres, em Fortaleza, foi a chacina de Cajazeiras, na qual, das 14 vítimas fatais na chacina, 8 eram mulheres e, dessas 8, 3 eram adolescentes (RIBEIRO, 2018). A chacina de Cajazeiras, ocorrida em janeiro de 2018, considerada a maior da história recente do Ceará, é um ponto emblemático das transformações da dinâmicas locais da violência urbana e da vitimização de mulheres nesse cenário, posto que, por um lado, não há indicativos de que essas mortes tenham sido apenas determinadas pelo gênero, dificultando, então, sua classificação como feminicídios, e por outro, as explicações referentes à chacina enquadram-se no modo de violência que mata adolescentes e jovens negros do sexo masculino, invisibilizando, então, as vítimas mulheres (PASINATO, 2018).

Acreditamos que esse cenário põe a ver uma relação entre a violência contra a mulher e as tramas da violência urbana. Se, por um lado, a morte das mulheres aparece com expressões numéricas menor frente ao cenário masculino e, portanto, distanciando esses dados das formações de políticas públicas (PASINATO, 2011), por outro, esses últimos (três) anos

tem nos mostrado que as dinâmicas de morte de mulheres no estado não são assim tão estáveis quanto se poderia imaginar e que o crescimento percentual do número de mortes de mulheres supera o masculino.

Diante disso, a fim de construir com mulheres outras perspectivas analíticas sobre essa temática, indagamo-nos: *Que sentidos integrantes de coletivos feministas ou de organizações da sociedade civil produzem sobre a problemática da morte de mulheres em contexto de violência urbana na cidade de Fortaleza?*

Propomos, então, um diálogo entre a psicologia social, autores que trabalham com filosofias, tais quais Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Judith Butler, entre outros e, além disso, também pretendemos montar este debate em conjunto às perspectivas transfeministas, interseccionais e críticas à colonialidade, com autorxs como Sayak Valencia, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Achille Mbembe e Angela Davis. A montagem plural do marco teórico da pesquisa se justifica pelo entendimento de que uma perspectiva transdisciplinar pode nos ajudar a analisar a complexidade desses processos psicossociais na capital alencarina.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é *analisar processos psicossociais² relativos à problemática da morte das mulheres nas dinâmicas da violência urbana, na cidade de Fortaleza, sob a perspectiva de mulheres integrantes de coletivos feministas e/ou organizações da sociedade civil que têm pautado o assunto na capital cearense*. Já seus objetivos específicos são: *1) Conhecer como integrantes de coletivos feministas e/ou organizações da sociedade civil analisam as transformações das dinâmicas da violência e seus efeitos sobre mulheres inseridas nas periferias da cidade; 2) Discutir como se interseccionam marcadores sociais no processo de vitimização de mulheres nas dinâmicas da violência criminal em Fortaleza; 3) Refletir sobre práticas de resistências à problemática da morte de mulheres produzidas por coletivos feministas e/ou de organizações da sociedade civil*.

² Sobre os aspectos ou efeitos psicossociais que buscaremos enfatizar no trabalho, partimos do seguinte entendimento teórico proposto por Guerra (2019, p. 138), em sua discussão sobre princípios teórico-políticos para intervenções com juventudes no tocante aos efeitos psicossociais da violência: "Sobre os efeitos psicossociais, desenvolvemos uma composição que carece ser entendida em sua lógica interior. Tomamos a subjetividade como estando em continuidade com a política, ainda que pelo seu avesso. Basta imaginarmos uma fita com dois lados: no superior, a subjetividade, no inferior, a cidadania. Não faz diferença qual dimensão se aloca em que banca da fita, pois, ao produzirmos nessa fita uma torção e colarmos suas pontas, o avesso se torna o direito e o direito se torna o avesso, conforme deslizemos os dedos sobre ela. Dessa maneira, podemos entender o "psicossocial" como essa relação lógica de continuidade, na qual aquilo que afeta uma dimensão produz efeitos na outra, mesmo que de maneira não homóloga nem equivalente".

Dessa forma, dividimos esse texto em cinco capítulos: O capítulo “Percurso Metodológicos” apresenta o que foi realizado em campo, quem são nossas companheiras de pesquisa, quais nossas ferramentas e nossa escolha teórica por um pensamento que articula ciência e política e que leva em consideração seu lugar de poder para pensar a produção de conhecimento.

O capítulo “A Problemática da Morte de Mulheres nas Dinâmicas da Violência Urbana: Cartografias Feministas” nos permite compor uma polifonia de vozes entre nossas manas da pesquisa e vozes de autoras feministas, no que diz respeito à problemática da morte de mulheres em Fortaleza, a partir de duas linhas analisadoras³ mapeadas em campo: 1) a relação do fenômeno do assassinato de mulheres nas conflitualidades urbanas com uma rede de violências contra mulheres; 2) a seletividade dessa forma específica de vitimização, ao problematizarmos quem são as mulheres que estão morrendo nas dinâmicas da violência criminal em Fortaleza, a partir da intersecção de diferentes marcadores sociais.

O Capítulo “Necropolítica, Vidas Precárias e Corpos Matáveis: A Perspectiva de Mulheres sobre as Dinâmicas da Violência Urbana em Fortaleza e seus Efeitos” nos dá a chance de apontar as principais mudanças nas dinâmicas criminais no Ceará e quais seus efeitos para a vida das mulheres em periferias de Fortaleza, sob o ponto de vista de nossas companheiras de pesquisa e partir de outras três linhas analisadoras mapeadas em campo: 3) As transformações da violência criminal no Ceará e seus efeitos na vida de mulheres periféricas; 4) A brutalidade dos assassinatos de mulheres exibidos em vídeos que viralizam nas redes sociais e a partir do dispositivo da “decretação”; 5) A narrativa de criminalização das mulheres que morrem a partir da figura da “Envolvida”. E, por fim, o capítulo 5, ““O que resta pra nois?”: desafios, pistas e experiências sobre formas de resistência à morte de mulheres tecidas por integrantes de coletivos feministas e de organizações da sociedade civil”, discute sobre as possibilidades de aliançamentos e a produção de um comum entre as mulheres, movimentos e coletivos feministas, diante do enfrentamento a lógica de violência e da luta em prol de vidas mais vivíveis, a partir do ponto de vista de nossas manas da pesquisa e a partir de mais uma linha analisadora mapeada em campo: 6) As formas, caminhos, experiências e pistas de resistência que mulheres que integram movimentos feministas e organizações da sociedade civil têm produzido coletivamente.

Esperamos, então, com esse trabalho, conseguir fomentar outros olhares com relação ao fenômeno da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana, que sejam

³ Na presente pesquisa, as linhas analisadoras referem-se a acontecimentos, situações ou fenômenos que permitem que certa rede de relações seja tensionada.

capazes de ampliar ferramentas para inter(in)venções nesse campo. Buscamos, também, visibilizar a potência das lutas de coletivos e movimentos feministas no que se refere ao enfrentamento dessa lógica de violência contra mulheres, bem como dar ênfase na potência de uma política de pesquisa em Psicologia Social que estabeleça alianças com diversas vozes feministas, potencializando movimentos de afirmação de vidas "vivíveis" como resistência às tecnologias necropolíticas.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

“Os textos de autoria de mulheres levantam interrogações acerca de premissas críticas e formações canônicas, bem como tensionam as representações dominantes calcadas no discurso assimilacionista de um sujeito nacional não marcado pela diferença” (Rita Terezinha Schmidt)

2.1 Os feminismos e a produção de conhecimento

Em termos gerais, a história tem sido contada a partir de um ponto de vista inlocalizável (SCOTT, 1995; SPIVAK, 2010), a partir do qual o que rege a produção de conhecimento é a naturalização dessa própria produção em leis universais. O problema é que essas leis universais (ou o que pensamos por natural) acabam por nos fazer ver um mundo, onde a desigualdade, seja de gênero, raça, classe ou outras posições, está apagada. E ainda, quando ela aparece, parece estar sempre muito bem fixada em dicotomias (homem x mulher, branco x negro, rico x pobre...) que, muitas vezes, parecem nos congelar em posições supostamente estáveis (PUAR, 2013).

O que está em jogo aqui é a subalternização de diversos corpos, seja quando transformado em “objetos de pesquisa” ou “objetos fetiche”, através de uma objetividade tão devastadora que sufoca tudo que toca - inclusive o pesquisador, esse não tem rosto, expressão ou desejo; ele se dissolve em uma mente completamente abstrata e não corporificada, onde o ponto de partida é o universal, que é apenas mais uma palavra para demarcar sem marcar o que podemos identificar estruturalmente como Homem Branco Heterossexual (HARAWAY, 1995). Nas palavras de Haraway:

Este mundo-como-código é, apenas para iniciantes, um campo militar de alta tecnologia, uma espécie de campo de batalha acadêmico automatizado, no qual flashes de luz chamados jogadores desintegram-se (que metáfora!) uns aos outros, de modo a permanecer no jogo conhecimento e poder. (HARAWAY, p. 12, 1995)

Propomos, então, seguir com perspectivas feministas que desconstroem essa objetividade asfixiante (ou que desintegra os jogadores) e que propõem um novo marco para pensarmos a própria produção de conhecimento: uma objetividade corporificada ou o que Haraway (1995) nomeia por “Saberes Localizados”.

Para visualizarmos essa nova ideia acerca da objetividade, é preciso entendermos que essa proposta “aplica-se às ciências exatas, naturais, sociais e humanas, apesar das ambiguidades escorregadias das palavras objetividade e ciência conforme circulamos pelo

terreno discursivo.” (HARAWAY, p. 16-17, 1995). O debate sobre objetividade, nos termos aqui apresentados, não está restrito a oposição “objetividade x subjetividade” e a crítica aqui realizada não se faz apenas no campo onde a produção de conhecimento advém de perspectivas não feministas; como a própria Haraway aponta: a tentativa em falar de uma realidade realmente real não é um esforço apenas de perspectivas não feministas, mas sim uma forma de lidar com o poder, ou melhor, de congelá-lo em um ponto - onde nós, feministas e acadêmicas estamos sim sujeitas à essa convocação.

Nessa perspectiva, portanto, “a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades.” (HARAWAY, p. 21, 1995). Então, para que seja possível falarmos em realidade (aqui pouco importa se real ou não) é preciso que, primeiro, partamos de algum lugar e reconheçamos os limites e tensões que a nossa própria produção de conhecimento vai implicar. Em linhas gerais, essas formulações produzem um ponto de virada no que comumente pensamos sobre objetividade; aqui objetividade só é possível a partir de um ponto de vista parcial, onde nós somos responsáveis (e não proprietários) do conhecimento que fazemos circular (HARAWAY, 1995).

Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais. A perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos. Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. (HARAWAY, p. 21, 1995)

A objetividade e a produção de conhecimento a partir de uma perspectiva parcial tem, portanto, necessária relação com nossa responsabilização pelo que vemos no mundo - tentando pensar a visão aqui como uma espécie de sentido que sai de nós e chega no outro. Nesse sentido, a visão nos posiciona frente o outro e a nós mesmos, mas como construímo essa visão? “A visão é sempre uma questão do poder de ver - e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização. Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?” (HARAWAY, p. 25, 1995).

Essa pergunta nos leva de volta à reflexão acerca da própria produção de conhecimento, a partir do que ficou comumente conhecido como Epistemologias do Sul.

Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes

têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo de saberes chamamos ecologia de saberes. (SANTOS, MENESES, 2009, p 7)

Ora, se toda experiência social produz e reproduz conhecimentos, é imprescindível pensar então epistemologias aí (SANTOS, MENESES, 2009). E, se as epistemologias são fábricas de visualidades (HARAWAY, 1995), é inevitável pensar que é a nossa própria experiência atrelada a pressupostos epistemológicos que está produzindo formas de ver, de ser e de estar no mundo. Agora, se levarmos essa ideia a radicalidade, poderemos vislumbrar que a produção de epistemologia ou a produção de novas visões são indissociáveis das relações sociais, lugar que torna possível e inteligível nossas experiências.

O fato de escolhermos aglutinar o debate das epistemologias do sul à pesquisa não foi à toa. Se pretendemos desconstruir uma narrativa hegemônica que criminaliza determinadas mulheres - mulheres jovens negras periféricas - mesmo após sua morte, é porque não desconsideramos o papel do capitalismo e do colonialismo modernos na produção de nossas próprias experiências e, portanto, na produção de como vemos o mundo (SANTOS, MENESES, 2009). A pergunta “Com que sangue foram feitos os meus olhos?” ganha, então, uma importância não só histórica, no sentido de pensar o Brasil como um país que foi colonizado e onde a colonialidade circula e circunscreve os modos de subjetivação atuais, mas também uma importância política para pensarmos formas de destruir, nas palavras de Haraway, o olho ciclópico, nas palavras de Boaventura, os epistemicídios e, aqui, as narrativas de criminalização de mulheres após a morte.

É nesse sentido que apontamos a importância da produção e circulação de uma outra narrativa acerca da problemática da morte de mulheres em Fortaleza. Ora, se a narrativa hegemônica se faz a partir da criminalização dessas mulheres, ao transformarem-nas em envolvidas com o tráfico de drogas - o que não só acarreta a desimportância do marcador gênero no debate, como também conflui com a produção de inimigos ficcionais (MBEMBE, 2017) ou inimigos públicos que sequer podem ser pensados como pessoas - é preciso, então, que, de fato, nos perguntemos “Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?”! Acreditamos que o encontro com mulheres integrantes de coletivos feministas e/ou organizações da sociedade civil que têm pautado o tema dessa problemática na capital nos possibilita fomentar outras narrativas, a partir de um diálogo mais horizontal, sem a tentativa de apagar as relações de poder que já inscrevem esse contato agenciado pela pesquisa. Com isso, pomos em exercício a ideia de uma ecologia de saberes.

É nesse sentido que apontamos a importância da produção e circulação de uma outra narrativa e de outros prismas analíticos acerca da problemática da morte de mulheres em Fortaleza. Ora, se a narrativa hegemônica se faz a partir da criminalização dessas mulheres, enquadrando-as como “envolvidas”, é preciso, então, que nos perguntemos o seguinte: “Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?”! Acreditamos que o encontro com mulheres integrantes de coletivos feministas e/ou organizações da sociedade civil que têm pautado o tema dessa problemática na capital nos possibilita fomentar outra visão sobre o que está acontecendo na cidade.

Frente à nossa proposta de produção de conhecimento, pesquisa e política, bem como pesquisa e intervenção, são inseparáveis. Portanto, tanto a interseccionalidade, a objetividade corporificada, como as epistemologias do sul, ajudam-nos a construir uma pesquisa COM mulheres e a tecer questões acerca dos aspectos psicossociais relativos à problemática da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana. E, dessa forma, acreditamos que a produção de conhecimento em psicologia pode ser uma ferramenta de luta contra desigualdades, modos de dominação e subalternização que interseccionam classe, raça e gênero.

2.2 A cartografia aliada às perspectivas feministas: apostas para uma pesquisa Inter(in)venção COM mulheres

Considerando o amplo espectro da pesquisa qualitativa, esta pesquisa adotará a cartografia como método de pesquisa-inter(in)venção (BENÍCIO et. al, 2018), tendo em vista o problema de pesquisa e seus objetivos, que envolvem o acompanhamento de processos psicossociais relativos à problemática da morte de mulheres em Fortaleza. Segundo Rocha e Aguiar (2003), a pesquisa-intervenção é uma tendência das pesquisas participativas que visa investigar a vida de sujeitos e grupos em sua diversidade qualitativa, enfocando os jogos de força e os sentidos produzidos relativamente às práticas sociais e institucionais cotidianas. Como tal, contrapõe-se aos princípios da neutralidade, fidedignidade e replicabilidade, bem como a dicotomias como sujeito x objeto, ciência x política, teórica x prática, afirmando o compromisso de aliar atuação micropolítica à produção de conhecimento acadêmico (ROCHA; AGUIAR, 2003). Em nosso caso, ao mesmo tempo em que buscaremos investigar aspectos psicossociais implicados na problemática da morte de mulheres nas tramas da violência urbana, entendemos que a pesquisa também “potencializa resistências atuais e

atualiza existências potenciais” (Lourau, 2004, p. 213 *apud* Passos; Barros, 2015, p. 20) de mulheres participantes frente à rede de violências a que são submetidas.

Nosso desenho do problema e os objetivos propostos nos convocaram a usarmos a expressão pesquisa-inter(in)venção para ressaltar o caráter inventivo da cartografia, considerada um método *ad hoc*, isto é, entendendo a pesquisa como “uma prática social, que requer implicação da equipe para se posicionar e estar aberta a seguir caminhos imprevisíveis e se deixar conduzir também ‘à deriva’ ou nos ‘descaminhos’” (MENEZES, COLAÇO, ADRIÃO, 2018, p. 10). Dessa forma, implicamo-nos em construir um política de pesquisa em psicologia que conflua e acompanhe os movimentos sociais, especialmente, pela relação que estabelecemos com a ideia de interseccionalidade e de saberes localizados. Apostamos, então, em um método de pesquisa inter(in)venção aliado às perspectivas feministas, potencializando muito mais do que investigações sobre mulheres, mas por mulheres e com mulheres. Dessa forma, a dimensão de intervenção desta pesquisa consiste em compor com as mulheres práticas de resistência a naturalização do fenômeno da morte das mulheres. A intervenção é sinônimo de “estar com”; é pôr-se entre, colocar-se nesse “entre” espaço das resistências.

A pesquisa cartográfica consiste no acompanhamento de processos, incluindo-se aí os processos de subjetivação, e tem como objetivo mapear/analisar/atuar no coletivo de forças ao qual o objeto da pesquisa encontra-se conectado (BARROS; KASTRUP, 2015). No caso desta pesquisa, apostamos na cartografia para realizar uma análise psicossocial da problemática da mortes de mulheres, acompanhando, em diálogo com mulheres, como essa rede de forças vem desenhando-se de modo a criar condições para a morte dessas mulheres e como podemos incidir nela.

Acompanhar a processualidade das dinâmicas da violência urbana que vitimam mulheres nas periferias de Fortaleza, mapeando o coletivo de forças aí implicadas, a partir do contato com mulheres que integram coletivos feministas e organizações da sociedade civil, requer “ampliação de nossa concepção de mundo para incluir o plano movente da realidade das coisas” (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015, p 92). Aí encontramos a dupla natureza da cartografia: pesquisar e intervir. Por um lado, recusa as dinâmicas de pesquisa que buscam representar um objeto para buscar traçar os movimentos que animam os processos de constante produção e, por outro, a cartografia aponta-nos que acessar o plano coletivo de forças já é habitá-lo, fazendo de mim, cartógrafa, também compositora desse plano e possibilitando que suas ações incidam nele, derivando transformações (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015). Tais transformações envolvem, no caso desta pesquisa, a problematização e desnaturalização de formas de controle, silenciamento e apagamento específicas que se

exercem nos corpos que carregam na pele o significante Mulher, com todas as instabilidades que o próprio nome produz. É desse corpo feminizado pelo mundo e, por vezes, por nós mesmas, colocado sempre como a referência do que se falta (IRIGARAY, 2017), marcado sempre pela possibilidade da violação, que partimos.

E se estamos a intervir e a pesquisar, é preciso que construamos nossas próprias ferramentas. Para isso, algumas questões devem ser colocadas. Podemos começar da diferença que se costuma fazer entre teoria e prática. Ou seja, por um lado, uma teoria que deve ser complementada pela prática ou, por outro, uma prática que deve ser complementada por uma teoria (FOUCAULT, 2018). É necessário pensar a própria parcialidade tanto da teoria, quanto da prática; sua falibilidade em explicar um todo ou o que vivemos a chamar de realidade. Aqui, portanto, teoria e prática não se complementam, se revezam. “A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra” (FOUCAULT, 2018, p. 130).

É importante que haja esse revezamento, posto que ele permitirá a passagem de um domínio a outro e apontará com maior nitidez a parcialidade de determinadas práticas e teorias em outros domínios. Dessa forma, também não faz sentido dizer que a teoria representa a prática ou o contrário: a pesquisadora aqui não é representante dos que lutam, mas justamente se coloca em conjunto a outras mulheres para construir perspectivas sobre a questão das dinâmicas de morte de mulheres na cidade. Aqui, não buscamos representar ações, buscamos fazer ações, sejam elas teóricas ou práticas. E, com isso, construir multiplicidade, construir a possibilidade de realmente passar de um domínio ao outro, de conectar-se, aproximar-se, ligar-se, para que se possa caducar novamente o que se prevê como verdade.

Portanto, a luta se firma quando assumimos que o nosso papel não é dizer a verdade, mas sim lutar contra as formas de poder exatamente onde estamos enquanto pesquisadoras, como objetos e instrumentos de um saber que se pretende verdadeiro e consciente (FOUCAULT, 2018). Teoria e Prática, então, dizem respeito ao conjunto de ferramentas que criamos e que usamos nesse combate. O que buscamos aqui não são apenas os discursos acadêmicos sobre violência contra a mulher ou feminicídio, o que mais nos interessa pôr em questão é exatamente o que as mulheres falam, pensam como articulam essa questão, que saberes e práticas elas produzem nos contextos onde estão - esse é nosso ponto de ancoragem.

Optamos, portanto, pela utilização do termo ferramentas ao invés de instrumentos, para enfatizar o caráter ativo dos próprios instrumentos no processo de produção

da pesquisa. A escolha por ferramentas tem a intenção de deixar explícito que as escolhas tomadas no percurso da pesquisa - teóricas ou práticas - não são neutras, mas já carregam em si nossa intenção de produzir novas narrativas acerca das dinâmicas de morte de mulheres nas tramas da violência urbana na cidade; narrativas essas que possibilitem outros sentidos pra vida das mulheres, para além da culpabilização das mesmas.

Dessa forma, a aliança, então, entre a pesquisa-Inter(in)ventiva e as perspectivas feministas potencializa-se com a cartografia, visto que a partir de sua subversão aos métodos científicos tradicionais da modernidade, podemos aproximá-la de referenciais metodológicos feministas, como as ideias objetividade feminista (ou Saberes Localizados) e a própria interseccionalidade. Ora, se a interseccionalidade também diz respeito aos arranjos e (re)arranjos dos planos de força que constituem a vida social e os marcadores categoriais de diferença ligados às formas de dominação (PUAR, 2013; LIMA, 2018), interessa-nos então, como cartógrafas, tensionar esse plano, perceber como ele vem sendo tecido e como ele afeta a vida das mulheres. A cartografia, portanto, como um tipo de pesquisa-Inter(in)ventiva aliada às perspectivas feministas implica pois, uma tomada de posição ética e política frente à violência contra as mulheres - nos permite acompanhar e compor com as mulheres; possibilitando-nos movimentar as formas de relações estabelecidas, pondo-as em xeque e produzindo desnaturalizações de modos de ser e estar no mundo.

2.3 Cenário da pesquisa

A pesquisa vem sendo realizada na cidade de Fortaleza, visto que é uma das capitais com um dos maiores aumentos do número de mortes de mulheres. Segundo Paiva (2018) (CCPHA, 2018), a criminalidade, no Ceará, vem sofrendo processos mutacionais no que diz respeito às suas formas de atuação, estratégias e aos seus efeitos, o que vem afetando as práticas de violência de modo significativo, alterando relações entre grupos faccionais e fazendo com que o aumento do número de homicídios na cidade cresça de modo significativo. Tais mudanças vão tecendo realidades *gore*⁴ na cidade e afetam de forma direta a vida de várias mulheres, em especial as mulheres que moram em periferias.

Estivemos presentes nas reuniões do Fórum Popular de Segurança Pública (FPSP), nas reuniões do Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência

⁴ Tomamos o termo *gore* emprestado da transfeminista e mexicana Sayak Valencia (2010) que o retirou de um gênero cinematográfico que faz referência a violência extrema, grotesca e espetacularizada. A autora, que desfaz o caráter fictício do conceito, traz-no para pensar as realidades atuais atravessadas por violência no que reconhece por periferias do capitalismo ou “terceiro mundo”.

(CCPHA) e em três atos importantes que aconteceram em Fortaleza, onde discutiu-se com centralidade a temática das dinâmicas de morte de mulheres na cidade: o primeiro deles, o ato “Amanhecer pela vida das mulheres” que aconteceu no dia 20 de setembro de 2018, na Praia de Iracema, o ato “Pela vida das mulheres! Somos todas Marielle, Stefhani, Ingrid e Dandara”, que ocorreu no dia 8 de março de 2019, com uma caminhada da Praça da Justiça até a Praça da Gentilândia, acontecendo nesta última o encerramento cultural do ato e a marcha da periferia “E se fosse seu filho? E se fosse sua filha? Todas as vidas importam!”.

2.4 Alianças e Ferramentações: sobre as participantes do estudo e estratégias metodológicas

A pesquisa tem sido realizada a partir de duas ferramentações: 1) observação participante de ações promovidas por movimentos feministas; 2) entrevistas sob o manejo cartográfico com mulheres

2.4.1 Observações participantes e diários de campo

A observação participante se deu em atividades de mobilização social em torno da temática (atos e espaços abertos para mulheres com o propósito de discutir questões referentes à violência contra a mulher e, mais especificamente, o feminicídio). Como forma de registro e elaboração das observações, escolhemos o diário de campo. Nas palavras de Kastrup, “esses relatos não se baseiam em opiniões, interpretações ou análises objetivas, mas buscam, sobretudo, captar e descrever aquilo que se dá no plano intensivo das forças e dos afetos” (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015, p 70). De modo geral, o diário de campo diz respeito aos três objetivos específicos citados anteriormente e a participação em mobilizações faz referência, mais especificamente, ao último objetivo específico. Nesta pesquisa, os diários de campo terão uma função complementar às entrevistas, apresentadas no próximo subtópico.

2.4.2 Entrevistas sob o manejo cartográfico

A utilização das entrevistas semi-estruturadas, que foram realizadas com as integrantes-mulheres de movimentos feministas ou organizações da sociedade civil, nos permitiu dar ênfase aos objetivos específicos 1, 2 e 3. Propomos as entrevistas com o manejo da cartografia, isso implica dizer que a entrevista operará enquanto um dispositivo de análise

coletiva, o qual nos permite potencializar polifonias e perceber que tensões essas vozes também produzem (BARROS et al, 2018). O que conduzirá as entrevistas é a própria problemática da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana, no sentido de usarmos a entrevista como estratégia para fomentar uma outra produção coletiva sobre a temática.

As entrevistas se guiaram inicialmente por cinco questões. A primeira delas perguntava que leituras as participantes faziam do cenário do aumento da morte de meninas nas dinâmicas da violência urbana em Fortaleza. A segunda foi sobre quem são as meninas que mais sofrem com esse tipo de violência e morte, cuja a pergunta formulou-se em saber se a participante da pesquisa conhecia mulheres que tivessem passado por situações assim e se sim, se havia algo em comum entre elas. Na terceira pergunta, discutimos a possibilidade de haver alguma relação entre as dinâmicas faccionais e o aumento do número de morte de meninas, onde se perguntou se a participante percebia alguma diferença ou se tinha algo que chamava a atenção da participante acerca da dinâmica de violência na cidade. A quarta pergunta desenvolveu-se em torno da questão da criminalização dessas meninas, onde se perguntou o que a participante achava dos discursos das grandes mídias que apontam que as meninas estão morrendo mais porque estão se envolvendo mais com o tráfico. A quinta pergunta foi como a participante observava as ações para enfrentamento dessa questão e quais novas ações acreditava ser ainda possíveis.

No manejo cartográfico das entrevistas realizadas durante o período desta pesquisa, a entrevistadora “aproveita para colocar suas dúvidas e para tentar problematizar as respostas - sem impertinência, mas com insistência, porque viu na entrevista uma oportunidade de fazer avançar seu entendimento” (UNO, 2016, p 13) acerca das dinâmicas de mortes de meninas nas tramas da violência urbana, como seu comprometimento com tessituras e tensionamentos feministas e anti-racistas. Montamos, portanto, um dispositivo que consistia em entrevistadora, entrevistada e um celular-gravador; “um dispositivo de humanos e máquinas que pudesse liberar os afetos e fazer da entrevista um verdadeiro agenciamento maquínico.” (UNO, 2016, p 14).

2.4.3 Manas da Pesquisa

A cartografia radicaliza o caráter participativo da pesquisa, pois tem em sua matéria prima o próprio tecer da experiência, um tecer que não tem possibilidade de acontecer a partir de um contrato com os “objetos da pesquisa”, mas sim um contato com as

participantes/interlocutoras da pesquisa, que vai além da própria pesquisa (BARROS; PASSOS, 2015).

As companheiras dessa pesquisa são integrantes-mulheres de coletivos feministas e/ou de organizações da sociedade civil. O encontro com e o acesso a essas mulheres aconteceu no campo, a partir da minha conexão nesse arranjo de mulheres, onde pude construir/fazer parte de uma rede. Portanto, na processualidade do campo, fui encontrando essas mulheres. O critério de inclusão, então, se deu por conveniência, enfocando participantes de coletivos feministas ou organizações sociais que vêm pautando a temática do aumento do número de mortes de mulheres na cidade de Fortaleza. O acesso a essas mulheres tem sido mediado também por minha participação no Fórum Popular de Segurança Pública (FPSP), o qual é composto também pelo VIESES-UFC, em atividades do Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), que atualmente empenha esforços para discutir o aumento do número de mortes de mulheres na cidade, e pela minha participação em atos/passeatas/protestos feministas e espaços abertos para diálogo entre mulheres, no que se refere ao tema desta pesquisa. Nesse sentido, vale frisar a heterogeneidade dos coletivos aos quais as participantes da pesquisa fazem parte, apontando menos um bloco homogêneo de mulheres que mulheres aliançadas pela problematização desse fenômeno: algumas delas atuando na periferia e não sendo da periferia e outras que atuam na e são da periferia.

Decidimos, portanto, conversar com mulheres que têm se inserido em movimentos, coletivos e organizações que pautam esse assunto. Nem todos os movimentos e coletivos são necessariamente voltados ao feminismo, mas todos mantêm um diálogo com essa discussão sobre a violência e morte de mulheres. A pesquisa-texto, portanto, opera aqui como plataforma de aliança entre esses corpos.

Entrevistamos seis mulheres-integrantes de coletivos feministas e/ou organizações da sociedade civil que tem contribuído com o tema da morte de mulheres na cidade. A primeira delas, Azul, faz parte do coletivo Sem Flores e faz batalhas de Mc no Jangurussu; a segunda, Violeta, compõe o Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA); a terceira, Rosa, integra o Fórum Cearense de Mulheres (FCM); a quarta, Verde, faz parte do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA); a quinta, Vermelho, faz parte de coletivos de mães (como o Mães do Socioeducativo e o Mães do curió), como também circula no FCM; e a sexta, Amarelo, faz parte do mulherio das letras, que é um grupo de mulheres escritoras, bem como estar sempre presente no Sarau da B1.

Conheci Azul em um evento na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), onde ela estava palestrando, em conjunto a outras três mulheres, sobre a questão da violência contra a

mulher e o assassinato de mulheres em Fortaleza. Para além de sua fala e posicionamentos no tal evento, Azul cantou um rap que ela mesma havia escrito e que tinha relação com o tema abordado na mesa. Logo após o evento, trocamos umas palavras e acabamos trocando nossos contatos de celular. Após três desencontros nos quais desmarcou, acabamos nos encontrando duas semanas depois no CUCA Jangurussu para conversar um pouco.

Antes de nosso encontro, que havia sido marcado para às 19h, convidei uma amiga para ir comigo ao CUCA, porque estava com medo de ir sozinha. Acabamos chegando bem mais cedo, a tempo de assistir a uma aula de zumba que estava acontecendo bem perto da entrada do estacionamento. E eu, que antes estava com medo de chegar lá e ficar sozinha, olhei mais de perto para a professora de dança e percebi que, na verdade, era uma amiga minha! Depois que a aula acabou, fomos cumprimentar a professora e acabamos nos dando conta do horário, pois já havia passado meia hora do combinado e eu comecei a ficar preocupada com o anoitecer. No entanto, parecia que quanto mais tarde ia ficando, mais gente ia chegando e o CUCA começou a ficar lotado. Daí, resolvemos dar uma volta e ver o que as pessoas estavam fazendo; quando chegamos em frente à biblioteca encontramos outro amigo, que acabou nos contando que também estava impressionado com a quantidade de jovens naquela noite, porque há menos de duas semanas a polícia havia confrontado as pessoas no anfiteatro que estavam fumando maconha. Conversa vai, conversa vem, já eram 21h e eu já estava me preparando para ir embora, quando Azul aparece correndo e muito suada.

Ela chegou na minha frente, pediu desculpas pelo atraso, explicando que acabou perdendo o ônibus e o outro havia demorado muito tempo para passar na parada. Eu acabei ficando preocupada porque ela estava muito ofegante e perguntei se ela não queria um copo de água. Não sei exatamente o que aconteceu nesse momento, mas ela olhou para mim e começou a rir e eu, mesmo sem entender, comecei a rir também e foi então que percebi que minha primeira entrevista seria, pelo menos, divertida. Percebi também que havia me afastado de minha amiga e que estávamos conversando as sós, eu e Azul, portanto, achei ser um bom momento para introduzir alguns pontos sobre a entrevista, como quem eu era, como havia chegado até ela e o que eu estava pesquisando.

Eis que quando começo a falar, Azul começa a olhar para os lados, quase como se percebendo se há alguém por perto ou se alguém poderia estar ouvindo nossa conversa. Eu acho um pouco estranho e também começo a perceber o movimento das pessoas que passam por nós. Alguns olhares e cochichos rondavam-nos e Azul fica cada vez mais ansiosa até que eu pergunto se está tudo bem e o que está acontecendo. Azul olha para mim e disfarça a ansiedade, perguntando se nós poderíamos mudar de lugar e ir para um canto mais reservado.

Eu perguntei se ela gostaria de ir para uma sala e ela me olha como se eu tivesse falado alguma besteira, puxa a minha mão e diz: “Vem comigo que eu sei um lugar que a gente pode conversar”.

Vou me deixando levar, até que chegamos em uma espécie de ruela, ainda no CUCA, sem luz e sem movimento, onde ela exclama “Pronto, aqui tá bom”. Ao passo em que ela relaxa estando em um lugar mais sombrio, eu fico tensa. Mas, novamente, vou me deixando levar. Daí, a entrevista vai acontecendo de uma maneira bem tranquila e percebo que Azul fala muito e muito rápido, gesticulando muito, como se falasse com o corpo todo. Tal hora, mais que entrevistadora, sinto-me sendo levada pelas histórias, pelos posicionamentos e pela voz de Azul.

O contato com Violeta foi mediado pelo FPSP, visto que algumas das reuniões aconteceram na assembléia legislativa e tive como entrar em contato com as pessoas que trabalham no CCPHA. Logo, me aproximei do CCPHA, posto que estavam engajados na formulação de uma pesquisa para (re)contar a trajetória de mulheres jovens que haviam sido assassinada em meio às dinâmicas da violência urbana; inclusive, o primeiro relatório desta pesquisa está previsto para sair em março deste ano. Daí, um dia marcamos de conversar no lugar onde Violeta trabalha.

Cheguei em um prédio bem grande, e subi os andares para chegar até a sala de Violeta. Uma vez lá, fui recebida muito bem e me sentei em frente a mesa de trabalho dela. Eis que Violeta começa a falar de algumas questões da sua vida e de alguns problemas de saúde que andava enfrentando. Ela mesma puxa o assunto da entrevista e eu não queria atrapalhar o horário de trabalho dela: direto ao ponto! Começo a explicar melhor quem sou, o que estou pesquisando e como cheguei até ela. Nós vamos conversando e percebo que, assim como Azul, Violeta também falava muito e bem rápido e, em vários momentos, senti-me acompanhando seus movimentos enquanto ela tentava articular razões acerca do aumento do número de mortes de meninas em Fortaleza.

Em uma das reuniões que aconteceram no CCPHA, para discutir pormenores sobre como a tal pesquisa poderia ser realizada, várias mulheres de diversos coletivos feministas na cidade foram convocadas e foi nessa reunião que conheci Rosa, integrante do Fórum Cearense de Mulheres (FCM). Ao me aproximar de Rosa, acabei me aproximando do FCM e conheci uma série de mulheres incríveis que estão compondo esse movimento. Acabei participando e encontrando Rosa em vários eventos que tinham como temática central discutir questões feministas, como o “Amanhecer pela vida das mulheres” e o “8 de Março de 2019”. E então, quando percebemos, estávamos marcando de nos encontrar para conversar.

Marcamos de nos encontrar, a pedido de Rosa, na Universidade Federal do Ceará, no campus do Pici. Demorei um pouco até encontrar o Departamento de Estudos Interdisciplinares e chegar na cantina, onde efetivamente havíamos combinado nosso encontro. Quando encontro Rosa, ela me explica que havia pedido para marcar ali porque iria assistir a uma aula, daí acho que dou a entender minha tensão e ela rapidamente complementa “Não, mas fica tranquila, é só daqui a um tempo”. Sentamos para comer alguma coisa e já engatamos no assunto. Rosa foi uma das participantes que mais parecia estar tranquila no momento da entrevista, falava com muita desenvoltura e articulação, parecia até que já havia discutido aquele tema inúmeras vezes.

O único ponto da entrevista em que ela sacudiu um pouco a calma foi quando começamos a discutir questões referentes ao feminicídio. Rosa denunciou durante toda a entrevista que os dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS) sobre feminicídios são falsos e que as suspeitas de que haveria diminuído a porcentagem de feminicídios na cidade é uma grande mentira. Segundo ela, o FCM tem feito um trabalho de investigar uma série de casos de morte e violência contra mulheres e o número que elas até agora consideram casos de feminicídios é muito maior do que o registrado pela SSPDS. Rosa alega que uma das estratégias do governo para diminuir essa porcentagem referente ao feminicídio é registrar o crime como homicídio (não que essa estratégia seja diretamente intencional, muitas vezes acontece por conta da falta de preparo de vários profissionais na identificação do feminicídio), fazendo com que fique parecendo que os casos de feminicídio sejam menores em termos quantitativos, o que ocasionaria, alega ela, um baixo investimento em políticas públicas voltadas a proteção de mulheres.

No mês de dezembro de 2018, aconteceu uma audiência pública sobre a questão do feminicídio em Fortaleza, “Critérios e referenciais jurídicos para a tipificação do feminicídio”, que foi organizada pelo CCPHA em parceria com a Procuradoria da Mulher no Senado Federal. Essa audiência reuniu coletivos e movimentos de mulheres, representantes do governo, do Parlamento e do Ministério Público. Verde fez uma fala representando o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) e foi nesse dia que a conheci. Daí, comecei a encontrar com ela em eventos do FCM e nas reuniões para a construção do 8 de Março de 2019.

Tentamos marcar duas vezes e as duas foram desencontradas; na primeira vez ela desmarcou e na segunda eu acabei batendo o carro. Mas, felizmente, da terceira vez conseguimos marcar. O ponto de encontro foi em sua casa, visto que assim era mais confortável para ela. Chegando lá, subi as escadas para entrar. Verde abre a porta e rimos por

finalmente termos conseguido nos encontrar para conversar. Sentamos juntas em um sofá para duas pessoas que se encontrava quase em frente a varanda da casa. Conversamos algumas poucas amenidades como o clima da cidade (porque nesse dia estava fazendo muito calor) e Verde pergunta o que estou pesquisando, daí me apresento e explico a ela como cheguei até onde estávamos.

Ela fica um tanto preocupada sobre o que ela poderia ou não poderia dizer já que ela estaria ali de certa forma, nas palavras dela “representando o CEDECA”. Mas eu expliquei e incentivei que ela ficasse bem livre, posto que sua identidade seria preservada. Foi uma entrevista muito cheia de “Ai, por favor, não escreve isso, eu vou te contar, mas não pode estar em nenhum lugar, Deus me livre”.

E entre “Não conta isso” e “nem aquilo”, tentamos formular as questões que trazíamos e pensávamos como mais imprescindíveis no assunto da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana. Verde, então, sinaliza uma possível participante para a pesquisa e me passa o contato de Vermelho, afirmando que ela poderia contribuir bastante com as questões que estávamos conversando e que ela estava muito envolvida com alguns coletivos de mães que estavam participando da construção do 8 de Março de 2019. Esse foi um dos encontros em que tanto eu como Verde falamos muito. Ao final, depois de mais de uma hora e meia de conversa, nós duas precisávamos de um copo d’água e foi brindando a sensação de matar a sede que terminamos nossa conversa.

Entrei em contato com Vermelho através do Whatsapp, explicando como havia chegado até seu contato, a pesquisa e propondo para que pudéssemos nos encontrar. Vermelho aceita minha proposta e manda um vídeo dela mesma (que antes já havia sido publicado nas redes sociais - Facebook - em 2018) fazendo uma fala na VI Marcha da Periferia, que naquele ano carregou o título de “E se fosse seu filho? E se fosse sua filha?”. Para preservar a identidade de Vermelho, não disponibilizarei aqui o link do vídeo, mas seguem suas palavras:

No ano de 2013, minha filha estava numa festa de pré-carnaval, trabalhando na Van dela. No horário mais ou menos entre onze e meia pra doze horas (da noite), houve uma confusão entre os policiais e os meninos que estavam na festa e ai ao invés de os policiais conterem a situação da confusão com uma conversa, ou contendo, sei lá... com spray de pimenta, com cacetete, qualquer coisa do tipo. Não, eles simplesmente chegaram e abordaram todo mundo atirando. Eu acredito! E aqui tô nessa marcha buscando por situações de políticas públicas aonde o estado também fiscalizasse a ação desses policiais. Eu acredito que por ser um bairro, que no caso foi no bairro Ellery, ser um bairro periférico, geograficamente falando, não nos traz nenhum conforto no sentido de tipo..a polícia pode chegar e fazer o que quer. Porque essa não é a primeira vez que eu sou vítima da polícia não. Essa é a terceira vez. Eu já fui assaltada pela polícia, presa e algemada pela polícia. Isso enquanto uma gerente comercial de um hotel. Fui presa e algemada e, pela terceira, vez eu tive

minha filha como vítima. Tudo dentro do mesmo bairro. No ano de 2013, no dia 26 de janeiro foi a minha filha. De lá pra cá vieram muitas outras chacinas. E as outras mães que não denunciam? Que não vão atrás? Hoje eu tenho uma resposta, entre aspas. Porque no período eu tive o apoio total dos direitos humanos, que muitos aí julgam ser aquelas pessoas que defendem marginais. Mas os direitos humanos, eles são humanos, eles são humanos..não são pra defender apenas marginais como eles citam aí nos jornais policiaiscos da vida, inclusive até pra policiais que sejam vítimas da própria polícia ou do próprio estado, não sei. Hoje, talvez se não fosse o apoio, a fala, a força que eles me dão, eu não tivesse nem viva pra cuidar dessa minha neta que é órfã de pai e mãe. Hoje eu sou uma desempregada. Por que? Porque ela ficou desordenada, sem ninguém na vida, ela só tem a mim.

Vermelho quis me adiantar algumas questões que poderiam aparecer na nossa conversa, como quem diz que tem muita coisa para dizer. Marcamos então um encontro em sua casa. Admito que eu estava um tanto nervosa em relação à nossa conversa, talvez porque eu não conseguisse ser acolhedora o suficiente, como acreditava que era preciso. Quando cheguei no bairro Ellery, lugar onde Vermelho mora, demorei um pouco para encontrar sua residência e acabei perguntando para um grupo de pessoas que estavam sentados em uma sombra conversando se, por um acaso, eles não sabiam onde era a casa dela. Depois que eles me levaram até lá, pediram que eu esperasse lá em baixo que iriam chamá-la. Vermelho vem ao meu encontro e sinaliza para as escadas, então subimos até sua casa.

Ela me pede para esperá-la na sala, no sofá, enquanto vai fazer alguma coisa na cozinha. Assim que cheguei na sala, não pude deixar de prestar atenção no poster que ocupava uma das paredes com o rosto e o nome de sua filha grafados bem grandes. Depois de um tempo, Vermelho chega e senta no sofá comigo. Começamos a conversar e em vários momentos da entrevista, Vermelho se emociona, principalmente quando fala sobre sua filha. Seu filho passa diversas vezes pela sala onde estamos conversando e isso parece, de certa forma, incomodar Vermelho, que em determinado momento diz a ele para “se aquietar”. Quando seu filho finalmente sobe para o quarto, Vermelho relata algumas questões complicadas de saúde que a família vem vivenciando após o assassinato de sua filha. Ao final da nossa conversa, fomos tomar um café e descobro que, assim como eu, Vermelho é apaixonada por tricô; ela estava me mostrando sua coleção de bonecas feitas por ela própria. Eu que estava preocupada em não acolher o suficiente, me senti muito bem acolhida.

Em um dos encontros que o VIESES promoveu em 2018, que visava discutir relações raciais e violência urbana, o amigo Rômulo Silva foi convidado para falar um pouco sobre seu percurso acadêmico e sua dissertação, intitulada “Redes de Afetos: Práticas de Re-Existências Poéticas na Cidade de Fortaleza (CE)”. Nesse encontro, Rômulo acaba mostrando várias fotos e vídeos dos encontros do Sarau da B1, que é um sarau famoso que reúne vários jovens de diversos bairros periféricos na cidade e, ao comentar sobre o sarau, ele aponta

Amarelo como uma das participantes mais ativas no sarau e na luta contra a violência nas periferias de Fortaleza.

Peço então, o contato de Amarelo e conseguimos marcar de nos encontrar. Amarelo combina comigo de me encontrar em seu trabalho, uma escola privada, onde poderíamos nos encontrar pela manhã. Quando chego, deparo-me com as catracas da escola e envio uma mensagem para Amarelo avisando-a que cheguei. Ela me explica que ainda não pode sair, mas que não demora muito. Depois de um tempo, ela desceu até as catracas e liberou minha entrada, daí fomos até sua sala. Chegando lá, nos sentamos ao redor do seu birô e começamos nossa conversa. Quando falou sobre o Sarau da B1, ela disse que

Amarelo: participo do sarau da B1, que não é um coletivo, né, só de mulheres, mas que cada vez mais tem ido, né, muitas mulheres e que é importante também, né, que tenha e acontece lá, né, no Jangurussu, no Conjunto São Cristóvão, acontece lá mas é um sarau muito curioso porque vão pessoas de diversos lugares, né, é muito curioso esse sarau, de diversas periferias diferentes, e como tem ido cada vez mais mulheres e como a minha presença lá é muito marcante, é muito importante porque essas questões são muito fortes, né, essas questões... é... questões de mulheres, mas que não são só de mulheres, são questões que são muito... é... a gente sempre fala muito isso lá, não é uma questão nossa, né... a história das mulheres, né, as questões das mulheres não são questões das mulheres, são questões da sociedade.

Esse foi um dos pontos que Amarelo mais chamou atenção durante a entrevista, que as questões das mulheres são uma questão para a sociedade como um todo. A entrevista foi tranquila e, ao final, ela me chamou para uma oficina de escrita com mulheres que vai acontecer ainda esse semestre.

2.5 Por uma análise rizomática

Para operar uma análise cartográfica, é preciso, primeiramente, entender “Qual o sentido de “dado” para a cartografia?” (BARROS, BARROS, 2016, p. 175). Se não entendemos que a cartografia produz dados, pensando aqui “o dado” de uma forma tradicional, ou seja, como algo à espera de ser descoberto, não podemos, no entanto, nos desviar do fato de que a cartografia produz efeitos, ela gera realidades que, muito mais que esperadas, são inimagináveis. (BARROS, BARROS, 2016)

É importante que deixemos explícito que, já que estamos a trabalhar com uma objetividade corporificada, os dados aqui produzidos (e não coletados) não são usados para legitimar uma objetividade, ou seja, não são usado para representar estruturas conceituais formadas aprioristicamente. A cartografia aliada às perspectivas feministas nos permite pensar

que a objetividade, aqui, não joga luz aos dados ou desvela dados, mas sim acompanha a produção de experiências que fazem emergir realidades diversas.

Ao invés, portanto, de pensarmos os dados como já dados, buscaremos visualizar a produção de experiências que emergiram a partir do contato com as mulheres interlocutoras e com as ferramentas escolhidas. Buscamos, então, dar ênfase aos processos de identificação e (des)identificação da pesquisadora com as companheiras de pesquisa, as dificuldades em realizar uma entrevista que provoque o deslocamento da pesquisadora e das participantes sem apagar as relações de poder que se inscrevem nesse contato, as novas relações que emergem a partir desse contato e a formulação coletiva de uma narrativa que rompe com histórias já estabelecidas e instituídas sobre as mulheres. O ponto de partida aqui, portanto, é a construção de conhecimento a partir da experiência com essas mulheres.

Em relação à experiência, não há como manter a atitude típica que mantemos em frente de objetos, baseada na crença de que eles existem independentemente de nossa relação com eles. O acesso à experiência modula todo o procedimento de pesquisa, porque faz aparecer uma dimensão participativa na constituição dos objetos. Sendo assim, a análise também deve caminhar na direção da participação. (BARROS, BARROS, 2016, p. 177)

É importante apontar, também, que o intuito de fomentar essas experiências parte de um problema, mas não faz questão de resolvê-lo, já que os problemas, na cartografia, abrem espaço para a multiplicação de novos problemas, sendo, dessa forma, possível à pesquisa comportar a heterogeneidade (BARROS, BARROS, 2016). A problemática da morte de mulheres na violência urbana em Fortaleza é usada, aqui, então, como motor de produção de novos problemas e aberturas em outros campos.

A análise dos dados, portanto, procurou dar conta de perceber como as narrativas e sentidos, que essas mulheres dão à violência, permitem estabelecer conexão com os marcadores sociais e, também, refletir sobre as dinâmicas da violência em que mulheres estão sendo vitimadas. O uso da cartografia, para formular a análise de dados, diz respeito ao fato de que a mesma está presente durante toda a pesquisa, de modo que é impossível pensá-la apenas como ferramenta metodológica, mas sim ir encontrando seus rastros a cada linha escrita, visto que uma outra fase da cartografia, nessa pesquisa, é ser um instrumento político que possibilita uma crítica social e histórica às problematizações e sentidos produzidos acerca da morte de mulheres nas conversas com nossas companheiras de pesquisa, bem como nos atos e espaços para dialogar sobre as diversas formas de violência contra as mulheres.

As linhas analisadoras, forjadas nos diálogos com as manas da pesquisa, assim como a partir de minha participação em atos, protestos e espaços que discutiam a morte de

mulheres, foram o resultado final da aglutinação de falas, sentidos e cenas que estavam atravessados pelas dinâmicas da violência urbana, pelas discussões acerca da interseccionalidade que constantemente se relacionam a essas dinâmicas, bem como pelas possibilidades de resistência a essa lógica da violência.

A partir dessa aglutinação, tecemos recortes de linhas que se inter cruzam no novo entre o campo da violência urbana, violência contra mulheres, formas de dominação e sujeição das mulheres, modos de subjetivação e formas de resistência à lógica de violência contra mulheres. A esses recortes demos o nome de linhas analisadoras, entendendo-as aqui como aquilo que rompe com realidades solidificadas e naturalizadas (LOURAU, 1993).

Segundo Rossi e Passos (2014, p. 173), analisador

é aquele ou aquilo que provoca análise, quebra, separação, explicitação dos elementos de dada realidade institucional. Esse conceito é inseparável do conceito de transversalidade, porque é numa situação de questionamento das hierarquias e especialismos que o analisador surge como uma ferramenta analítica que deslocaliza ou despersonaliza a intervenção.

As linhas analisadoras, aqui, portanto, podem ser vistas como algo que questiona e/ou denuncia as instituições que também nos atravessam e também como sinalizadoras de possibilidades de mudança (ROSSI; PASSOS, 2014). Nesse sentido, tornar visível a narrativa de criminalização de mulheres jovens negras periféricas, por exemplo, é uma forma de denúncia as malhas necropolíticas que produzem vidas vivíveis para algumas mulheres e vidas não vivíveis/matáveis para outras

Produzimos linhas analisadoras que se cruzam e que serviram de inspiração para a construção dos capítulos dessa pesquisa. São elas: 1) a relação do fenômeno do assassinato de mulheres nas conflitualidades urbanas com uma rede de violências contra mulheres; 2) a seletividade dessa forma específica de vitimização, ao problematizarmos quem são as mulheres que estão morrendo nas dinâmicas da violência criminal em Fortaleza, a partir da intersecção de diferentes marcadores sociais; 3) As transformações da violência criminal no Ceará e seus efeitos na vida de mulheres periféricas; 4) A brutalidade dos assassinatos de mulheres exibidos em vídeos que viralizam nas redes sociais e a partir do dispositivo da “decretação”; 5) A narrativa de criminalização das mulheres que morrem a partir da figura da "Envolvida" e 6) As formas, caminhos, experiências e pistas de resistência que mulheres que integram movimentos feministas e organizações da sociedade civil têm produzido coletivamente.

2.6 Compromisso ético da pesquisa

Refletir acerca do compromisso ético desta pesquisa, além de pôr em visibilidade os limites e as possibilidades do lugar da produção de conhecimento científico no mundo, é usar os resultados da pesquisa a fim de contribuir com uma subversão de uma epistemologia hegemônica acadêmica e com uma produção de modos de vida que combata a distribuição desigual da precariedade. Portanto pesquisar, aqui, é fomentar a produção de olhares éticos-estéticos-políticos acerca das mulheres que morreram/morrem nas atuais dinâmicas da violência urbana em Fortaleza; olhares esses que não as criminalizem e que não legitimem suas mortes. É necessário, portanto, construir tensionamentos que rompam com as dicotomias oposicionais que tradicionalmente dividem o campo de conhecimento, bem como problematizar os modos de subjetivação que a pesquisa pode produzir.

De acordo com Silva (2008, p. 43), o objeto da psicologia social é “o modo como um determinado conjunto de práticas sociais produz uma certa forma de relação consigo e com o mundo, ou, dito de outra maneira, a forma pela qual um determinado modo de subjetivação produz certos territórios existenciais”. Dessa forma, a pesquisa intervenção atravessada pelo ethos da cartografia, além de apostar na produção do conhecimento a partir da construção de um plano coletivo de forças e do acompanhamento e participação de um plano de experiência comum (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014) entre as mulheres, aliança-se aqui aos referenciais, movimentos e coletivos feministas para a produção de modos de vida menos desiguais e mais vivíveis.

Apostar em um olhar parcial e uma objetividade corporificada já é, de antemão, entender que a “intervenção nos coloca diante do fato de que nossas práticas não são neutras, elas são vetores que produzem realidades” (MORAIS, 2010, p. 37). Portanto, a interseccionalidade, aqui, ajuda-nos a fazer ver essa invisibilidade de determinadas vidas, frente, em especial, a articulação estrutural entre racismo, patriarcado e cis-heteronormatividade (RIBEIRO, 2017), a qual atinge de forma mais visceral, nas malhas da violência urbana em Fortaleza, mulheres jovens negras periféricas.

Pensar sobre tais questões nos é importante aqui, visto que o lugar de pesquisadora que também me incorpora faz parte de um sistema de saber-poder que carrega em si a possibilidade de contribuição ou não para o silenciamento das massas (FOUCAULT, DELEUZE, 2018). Dessa forma, faz-se necessário articular a conduta ética ao próprio lugar de saber-poder que a pesquisadora ocupa, bem como a epistemologia e os efeitos que a

pesquisa, também como agente de produção de subjetividade, pode produzir (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014).

Portanto, quando falamos em conduta ética da pesquisadora, estamos ampliando as discussões relativas ao comitê de ética, para discutir a implicação da pesquisadora a partir do reconhecimento do nosso lugar de fala e de que as instituições e os marcadores de diferença também nos atravessam (RIBEIRO, 2016; HARAWAY, 1995; PUAR, 2013). Nesse sentido, “estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, idéias, etc.” (AGUIAR; ROCHA, 2007, p. 656) e, nesse processo, possibilita-se então tensionar os reducionismos e naturalizações, além do comprometimento político com a transformação social. Esse posicionamento é imprescindível em um campo, onde continuamente se legitima a morte de determinadas mulheres, assim como as coloca em posição de vidas não passíveis de luto.

Dessa forma, posiciono-me aqui no sentido de pensar e implicar-me na própria produção de conhecimento que aqui construo, a qual compromete-se em não reificar modos de sujeição e não objetificar as participantes da pesquisa. É por isso que a produção desta pesquisa está atravessada por uma psicologia comprometida com os movimentos feministas, com os direitos humanos e com a luta por vidas mais vivíveis. Em adição, a pesquisa deu-se em coerência com as recomendações para as pesquisas com seres humanos estabelecidas pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Conversamos com a participantes sobre os objetivos do trabalho, a justificativa da pesquisa, e também disponibilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com a garantia de que o anonimato e a privacidade dessas mulheres fossem resguardados. Por fim, a aprovação dessa pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa pode ser apreciada pelo Parecer 3.511.667.

3 A PROBLEMÁTICA DA MORTE DE MULHERES NAS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA URBANA: CARTOGRAFIAS FEMINISTAS

“Pensar as contribuições do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais” Sueli Carneiro

A partir da inserção em campo e das interlocuções estabelecidas, pudemos mapear algumas linhas analisadoras que compõem o plano de forças operantes na problemática da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana no cenário local. Nesse sentido, esse capítulo objetiva discutir duas dessas linhas: 1) a relação do fenômeno do assassinato de mulheres nas conflitualidades urbanas com uma rede de violências contra mulheres; 2) a seletividade dessa forma específica de vitimização, ao problematizarmos quem são as mulheres que estão morrendo nas dinâmicas da violência criminal em Fortaleza.

Dessa forma, para realizar tal discussão, buscamos que o texto da pesquisa potencialize uma polifonia de saberes feministas, a partir de diálogos das vozes das nossas interlocutoras com as vozes de referências teóricas de diferentes feminismos. Portanto, os debates agenciados neste capítulo permitem conectar os dois primeiros objetivos específicos desta pesquisa apresentados na introdução.

3.1 Um olhar sobre os diversos feminismos e como eles pautam a violência contra mulheres

Em um primeiro momento deste capítulo, lançaremos discussões sobre como a violência contra mulheres é posta em análise no âmbito dos estudos feministas. Para tanto, cumpre frisar, a princípio, que o feminismo é um campo heterogêneo (MIGUEL, BIROLE, 2014; MAYORGA, 2019), atravessado por múltiplos referenciais, especificidades de grupos e reivindicações políticas diversas (NOGUEIRA, 2017). Dessa forma, por conta de sua diversidade, torna-se tarefa difícil organizar as diversas teorias e perspectivas feministas, de modo a dar a mesma atenção a cada uma delas. Portanto, ainda que não seja acordo entre as feministas, assumiremos a classificação dos múltiplos feminismos em “ondas”, destacando maior atenção às referências que nos fornecem maiores ferramentas teórico-metodológicas para a realização da pesquisa, tendo em vista sua temática, seu objetivo e suas interlocutoras.

Antes de nos atermos às ondas especificamente, vale dar ênfase ao fato de que essa divisão em ondas acarreta uma série de problemáticas. De forma geral, esses problemas se resumem em dois pontos: 1) muitas feministas argumentam que essa classificação é simplista e reducionista, não tendo condições de abordar as multiplicidades políticas, analíticas e teóricas dos feminismos e 2) há, também, a discussão de que a divisão em ondas tenda a dar a ideia de que, a cada onda, as abordagens “passadas” foram sendo superadas pelas abordagens “novas”, trazendo uma perspectiva de “progresso” para a produção de conhecimentos e saberes dos diversos feminismos. (NOGUEIRA, 2017)

Nogueira (2017) alerta-nos, então, que essa conceitualização dos movimentos feministas pode ser usada para apagar certas agendas políticas, em especial de feminismo “marginais”. Escolhemos a palavra marginal no intuito de indicar que existe um regime de visibilidade/invisibilidade ao debatermos sobre os diversos feminismos, onde alguns feminismos aparecem (e ficam ao centro do debate) e outros deixam de aparecer (sendo relegados à margem do debate). Portanto, existem teorias e saberes que ganham maior visibilidade que outras, em virtude, em especial, de sua localização geopolítica. Um exemplo disso é localizarmos a primeira onda no sufrágio (e, portanto, Europa e Estados Unidos) e reduzir todas as possíveis temáticas e questões no direito ao voto. (NOGUEIRA, 2017)

Apesar das dificuldades e dos desacordos em relação ao uso dessa classificação em ondas, seguiremos com sua utilização tendo em vista que essa divisão permite que

se percebam as diferentes e diversas posições que foram sendo trabalhadas ao longo do tempo (e que coexistem) e que, em determinados períodos, por razões de ordem distinta, se encontraram mais facilmente e se traduziram em movimentos de pessoas, teorias e ativismos. (NOGUEIRA, 2017, p 25).

Em termos gerais, reconhecem-se três grandes “ondas” dos movimentos feministas: a primeira delas situa-se temporalmente a partir da metade do século XIX e vai até a década de 60; a segunda até a década de 80 e a terceira, também conhecida por pós-feminismo, assume a atualidade (NOGUEIRA, 2017). Não pretendemos considerar as ondas em uma perspectiva progressista, como se uma onda superasse a outra, mas entendendo que essa é apenas uma divisão didática e que essas diversas ondas coexistem no presente.

A primeira onda do feminismo ficou conhecida por suas preocupações centrais girarem em torno, especificamente, da emancipação de um estatuto civil que subordinava as mulheres ao homem da família, seja o pai ou o marido, assim como pela reivindicação, no estado moderno, para se tornarem cidadãs de direito, tal qual os homens (SCOTT, 1995). As principais causas históricas, políticas e sociais que acionaram a discussão feminista, nessa

época, foram em um primeiro momento a revolução industrial e, posteriormente, as duas grandes guerras, onde foi pedido às mulheres que realizassem muitos papéis antes destinados apenas aos homens, como a inserção no mercado de trabalho (NOGUEIRA, 2001). As principais reivindicações nessa onda se deram a partir de questionamentos relativos aos direitos civis e políticos dados apenas aos homens, onde as mulheres, através das reivindicações pelo direito ao voto, objetivavam ter acesso ao estatuto de sujeito jurídico. (NOGUEIRA, 2001, 2017)

A segunda onda do feminismo representou uma grande reviravolta nas práticas feministas. Questionava-se, em especial, uma ideia de opressão feminina tanto no trabalho das mulheres, como na família; pensando essa opressão como condição de manutenção da própria família nuclear patriarcal. Passa-se a problematizar a dicotomia público e privado, fazendo emergir a frase que ficou popularmente conhecida como “o pessoal é político” (SILVEIRA, NARDI, SPINDLER, 2014). A desigualdade em relação aos homens (sujeitos do espaço público) fomentou uma série de problemáticas, despontando em críticas e estudos acerca das políticas de identidade, da contracepção, do aborto e da sexualidade, o que fez com que temas relacionados à violência contra a mulher ganhasse destaque em campos como a arte, a publicidade e a pornografia (NOGUEIRA, 2017), através de uma crítica ao “regime” da heterossexualidade ou a uma economia masculinista falocêntrica (IRIGARAY, 2017)

Diferentemente da primeira onda, a segunda é marcada por um campo de tensões maior, onde as pluralidades e os desacordos entre os feminismos passam a ganhar mais visibilidade. As diversas teorias têm como linhas de diferenciação o que pensam ser a causa da opressão das mulheres e ações de enfrentamento para erradicar essa desigualdade (NOGUEIRA, 2017). Nogueira (2017) aponta cinco grandes correntes dos feminismos nessa onda: Feminismo Liberal, Feminismo Marxista, Feminismo Radical, Feminismo Cultural e Feminismo Negro. Por questões de aproximações Teórica e tendo em vista que esta pesquisa não pretende aprofundar as diversas diferenças entre os múltiplos feminismos, nos centraremos na importância do feminismo negro, tanto para a segunda onda, como para essa pesquisa.

Segundo Davis (2016), o movimento feminista dos Estados Unidos, que não se intitula como “branco”, escreveu a história das mulheres como se as mulheres negras e trabalhadoras não existissem. Ora, se, à época do sufrágio, as mulheres brancas de uma classe burguesa reivindicavam sair de casa (do campo do doméstico) para habitar o espaço público como efetivamente sujeitos jurídicos, é porque elas não se perguntaram quem teria que cuidar de suas casas e de seus filhos enquanto saíam em busca dessa empreitada política. A resposta

para essa pergunta nunca feita por essas mulheres é histórica: foram as mulheres negras e trabalhadoras que, ao ficarem com os trabalhos domésticos, sustentaram a possibilidade das mulheres burguesas brancas poderem sair de casa para trabalhar.

Hooks (2015) sustenta ainda o fato de que as mulheres que compunham o movimento feminista branco estadunidense colocavam a sua situação de “mulher, branca, burguesa, casada” como figura representante de todas as mulheres, convocando as diversas mulheres a se unirem ao movimento desde que ecoassem suas vozes com o discurso dominante. Para Hooks (2015), essa figura nem de longe teria condições de representar as mulheres nos Estados Unidos, onde a maior parte das mulheres era pobre e já estava em um mercado de trabalho (precarizado) para conseguir sobreviver aos empecilhos da vida.

Portanto, o movimento feminista negro nos Estados Unidos fez frente ao discurso essencialista do feminismo branco estadunidense, apontando as diversas experiências de ser mulher e as diversas formas de opressão. Ao fazer isso, as feministas negras criticaram as feministas brancas quando as mesmas realizaram suas análises (que tinham maior visibilidade por conta de um privilégio tanto de classe como de raça) sem levar em consideração seus próprios atravessamentos em relação às questões de classe e raça. Ou seja, o privilégio de não precisar realizar uma análise sobre raça e classe, implicaram análises, para o feminismo branco, onde se mantém (e não se questiona) estruturas de poder e opressão entre as próprias mulheres. (DAVIS, 2016; HOOKS, 2015)

O racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais. A recusa feminista, no passado, a chamar a atenção para hierarquias raciais e as atacar, suprimiu a conexão entre raça e classe. Mesmo assim, a estrutura de classe na sociedade norte-americana foi moldada pela estratégia racial da supremacia branca; apenas se analisando o racismo e sua função na sociedade capitalista é que pode surgir uma compreensão profunda das relações de classe. (HOOKS, 2015, p 195)

Nesse sentido, a maior parte das análises de mulheres feministas brancas, que não pensam a raça e a classe como categorias analíticas, não tematizam a supremacia branca como estratégia de condição política de manutenção de um Estado racista, sexista e capitalista (HOOKS, 2015). Essas análises que têm somente no gênero o aspecto determinante para a desigualdade social, por vezes fomentam a discussão de que todas as mulheres estão “em pé de igualdade” visto que todas são oprimidas por serem mulheres; isso permite pensar que “as mulheres compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual etc. não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher” (HOOKS, 2015, p 197). No entanto, Hooks

(2018) nos mostra que a ênfase colocada na ideia de opressão comum entre as mulheres - a partir de análises isoladas do gênero - é menos uma estratégia de politização do movimento feministas que uma política de estratégias para que se promovessem os interesses de determinada classe, a burguesa. Essas reflexões, dentro dos movimentos e práticas do feminismo negro norte americano, fomentaram o posterior aparecimento da categoria interseccionalidade como ferramenta para apontar a visibilidade de discriminações antes invisíveis, no que diz respeito às mulheres negras (CRENSHAW, 2002, 1991). Voltaremos ao debate sobre interseccionalidade posteriormente.

No Brasil, a conformidade do movimento feminista, por um longo tempo, com a visão eurocêntrica trouxe, também, essa essencialização do “ser mulher” como pivô para união do movimentos de mulheres, tendo como consequência a impossibilidade de reconhecer as desigualdades entre mulheres (CARNEIRO, 2003). Como Carneiro aponta (2003), no Brasil, assim como nos Estados Unidos, o movimento feminista negro tem fundamental importância no que diz respeito à denúncia ao silêncio do movimento feminista dominante acerca das diferenças formas de experienciar ser mulher. Nas palavras dela:

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil. (CARNEIRO, 2003, 118)

Cabe ressaltar que a perspectiva do movimento feminista negro não pretende dar conta da experiência de todas as mulheres não brancas, mas sim indicar que a formulação clássica do feminismo é atravessado por uma identidade branca e ocidental, como também apontar a insuficiência teórica no que diz respeito a essa formulação para refletir acerca das diferentes expressões de “ser mulher” construídas em sociedades racistas (CARNEIRO, 2011). Nesse sentido, quando se politiza as diferenças entre mulheres, levando-se em considerações outras estruturas de poder - como raça, classe, etc -, tem-se nelas novos sujeitos políticos, fazendo com que “esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular” (CARNEIRO, 2003, 119).

A terceira onda, considerada como a onda “atual”, surge na mesma época em que apareceram as críticas pós-estruturalistas às concepções de gênero e de subjetividade provenientes do feminismo dominante na época, o que coincide com o tempo em que se visibilizaram as críticas realizadas pelo feminismo negro (NOGUEIRA, 2017). As correntes

feministas que emergem nessa onda tinham o compromisso com a crítica à qualquer forma de essencialismo, tendo se aliado à noções como diversidade e pluralidade e são conhecidas por apresentarem críticas pós-modernas e pós-estruturalistas (NOGUEIRA, 2017). Mesmo não sendo enquadrado em nenhuma das três ondas feministas, o feminismo descolonial também nos é importante para pensarmos a problemática da morte de mulheres, uma vez que traz ao debate as questões referentes à colonialidade e apontam as formas categoriais de se pensar os marcadores sociais de diferença como efeitos da modernidade colonial

Se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença. Assim, ver mulheres não brancas é ir além da lógica “categorial”. LUGONES, 2014, p 935)

Nesse sentido, pensar o sistema moderno colonial de gênero nos convoca a questionar o uso das dicotomias hierárquicas e de lógicas categoriais e oposicionais, as quais são basilares para a produção de visões sobre raça, gênero e sexualidade, no contexto do capitalismo colonial moderno (LUGONES, 2014).

Nesse sentido, faz-se questão de apontar como o debate sobre a violência contra as mulheres e, em especial, os assassinatos de mulheres, foi montado fazendo interface com os feminismos. O debate acadêmico Latino Americano acerca de assassinatos de mulheres apenas ganhou forma a partir da década de 1990, muito em parte por conta das denúncias de morte e desaparecimento de mulheres em Ciudad Juarez, no México, onde a tortura, a violência sexual e o assassinato de mulheres seguia um contexto constante de desresponsabilização estatal. (PASINATO, 2011).

De acordo com Pasinato (2011), é por meio da categoria “femicídio” (e posteriormente também o feminicídio) que a discussão (não só) acadêmica se monta. Russel e Radford foram, então, umas das primeiras pesquisadoras a usar o termo para identificar o assassinato de mulheres que teria acontecido pelo fato de serem mulheres (PASINATO, 2011). Para Pasinato (2011), as autoras utilizam a categoria feminicídio tanto para identificar determinadas mortes de mulheres que teriam como fim a discriminação baseada no (e somente no) gênero, não havendo conexões com outros marcadores sociais de diferença, tais quais raça, classe ou geração, como também para apontar que a morte, nesses casos, apresenta-se como uma “última violência” em um conjunto de violações permanentes as quais as mulheres estão submetidas nos seus cotidianos.

Ciudad Juarez situa-se na fronteira com os Estados Unidos e, desde a década de 1990, com o fechamento da migração legal dessa fronteira, a cidade tornou-se palco da

imigração ilegal de pessoas que queriam ir aos EUA, do tráfico ilegal de drogas e de armas e da corrupção policial. As maiores vítimas mulheres em Ciudad Juarez eram jovens que trabalhavam nas recém instaladas indústrias.

As descrições sobre o modus operandi sugerem um cenário de horror: os corpos são encontrados em valas e terrenos baldios com marcas de violência sexual, tortura, algumas têm as mãos atadas e são visíveis sinais de estrangulamento. Alguns corpos são esquartejados. Além das mortes, há inúmeros casos de desaparecimentos, sobre os quais também paira a certeza de que ocultam homicídios. As mortes em Ciudad Juarez são sempre descritas com uma aura de mistério, seja pelas características dos crimes – cujas práticas são descritas como partes de rituais –, seja pela omissão do Estado e a existência de algo que parece ser um “poder” maior que protege os responsáveis pelos crimes e pelas ameaças contra a vida de todos aqueles que tentam levar adiante alguma investigação sobre os casos (PASINATO, 2011, p 226-227)

Segundo Pasinato (2011), no caso de Ciudad Juarez, a explicação sobre essas mortes que parece ter maior sentido é que os crimes acontecem em um contexto local de ampliação de conflitos entre grupos armados que buscam ter controle sobre a mídia, a população local, por vezes o próprio Estado e, também, sobre os corpos das mulheres. Ciudad Juarez tem vários elementos que também podemos encontrar em Fortaleza, como o fortalecimento de grupos que disputam o mercado ilegal de drogas e armas, a corrupção policial e o próprio fenômeno da morte de mulheres.

A maioria dos trabalhos e pesquisas latino americanos sobre o tema da morte de mulheres, incluindo aí os que discorrem especificamente sobre Ciudad Juarez, referem-se ao termo femicídio e utilizam-no nessa definição onde o gênero é posto em análise de forma isolada, ainda que seja possível a identificação de diferentes contextos; também referem-se aos assassinatos de mulheres que foram realizados por seus (ex)companheiros (PASINATO, 2011). Nesse sentido, as principais características do femicídio são que ele ocorre a partir da desigualdade de gênero e que não pode ser considerado um evento isolado. Essa formulação implica uma visão que a torne possível que, nesse caso, se desdobra em pensarmos a violência contra a mulher como universal, estrutural e derivada do sistema de dominação patriarcal (PASINATO, 2011) - que graças às articulações, em especial, do movimento feminista branco (leia-se feminismo radical norte americano), conseguiu espalhar-se como ponto originário da opressão de todas as mulheres. Nessa forma de construção do mundo, tanto o femicídio, como outras formas de violência contra as mulheres, são apontados como resultado e condição de manutenção da diferença de poder entre homens e mulheres. (PASINATO, 2011). Nesse sentido, podemos vislumbrar que essa definição de femicídio está atravessada pelas discussões dos feminismos brancos (situados em especial na primeira e segunda onda), onde

as análises acerca do gênero são apontadas de forma isolada, não havendo, nas análises, transversalidade entre o gênero e outros marcadores de diferença.

Essa apresentação do femicídio como um crime cometido por homens contra mulheres, e por vezes como genocídio de um grupo pelo outro, permitiu que esse crime, por dizer respeito a eliminação da vida, fosse classificado como violação máxima de direitos humanos das mulheres, denunciando, assim, o caráter público e político da violência contra as mulheres e acentuando a possibilidade de cobrar dos Estados a erradicação de todas as formas de violência contra a mulher (PASINATO, 2011). Apesar da clara vantagem política (em termos de reivindicação de direitos para as mulheres) que essa categoria trouxe, é preciso desnaturalizar algumas questões que tornam possível essa formulação: em especial, o caráter universal tanto de uma ideia sobre o que é opressão, como de uma ideia sobre “ser mulher”.

Dessa forma, nossa aproximação teórica com os feminismos interseccionais nos ajuda a ampliar esse campo de análise uma vez que aponta a relação entre gênero e marcadores como raça e classe. A forma como os feminismos interseccionais podem nos ajudar vai ser mais bem detalhada no último tópico deste capítulo: “Quem são as mulheres que estão morrendo?”.

No campo de pesquisa sobre morte de mulheres, existem autoras, ainda que em minoria, que amalgamam, na discussão sobre o femicídio, o gênero a outras estruturas de poder, reconhecendo, dessa forma, a diferença de contextos em que essas mortes podem acontecer, como também as diferentes experiências das mulheres no que diz respeito a vivência de violações e abusos (PASINATO, 2011). O termo feminicídio, apesar de mais conhecido, só entra ao debate posteriormente, como contribuição da deputada federal mexicana e feminista Marcela Lagarde e difere do termo femicídio apenas por sua ênfase em apontar a impunidade penal como fator causal de continuidade de violações contra as mulheres (PASINATO, 2011). Não pretendemos, com isso, esgotar as possíveis definições dos termos, inclusive Pasinato (2011) ainda afirma que os usos dessas categorias, em sua maioria, são feitos de uma forma que femicídio e feminicídio signifiquem a mesma coisa. No entanto, é indispensável que pensemos como o uso dessas categorias podem nos ajudar na empreitada de analisar a problemática da morte de mulheres em Fortaleza.

A ênfase que é dada na dominação masculina, tanto para falar sobre feminicídio como para manter o paradigma do patriarcado, tem como principais efeitos a universalização da violência e a naturalização/congelamento das relações entre homens e mulheres: homens são sempre opressores e mulheres sempre oprimidas (PASINATO, 2011) - fazendo com que não pareça existir possibilidade de mudança nesse cenário.

Em um momento onde a interseccionalidade parece ser um dos principais paradigmas para pensar a produção de diferença nos diversos feminismos, seria minimamente contraditório propor uma categoria que pudesse dar conta da expressão de todas as formas de morte das mulheres nos diversos contextos possíveis. Portanto, ainda que em Ciudad Juarez, o femicídio tenha sido a categoria chave para pensar essas mortes, em Fortaleza, tanto o femicídio, como o feminicídio não serão usados para explicar ou descrever essas mortes (ainda que os cenários de Fortaleza e Ciudad Juarez guardem muitas semelhanças), mas sim como categorias que atravessam o debate a partir de suas atualizações em Fortaleza.

Um dos pontos apresentados no ato “Amanhecer pela vida das mulheres” foi a reivindicação política dos crimes que resultam em morte de mulheres como crimes de feminicídio. O ato se constituiu a partir da construção de um cemitério com 315 cruzeiros na praia de Iracema com os nomes das mulheres que haviam morrido em 2018 até então, contabilizados pelo Fórum Cearense de Mulheres (FCM). Nesse ato, integrantes do FCM declararam que os dados constatados na SSPDS no que diz respeito ao número de crimes taxados como feminicídios estava equivocado. Segundo elas, a SSPDS aponta os crimes de feminicídio com outros nomes, como homicídio doloso, o que, por sua vez, denuncia um processo de apagamento da discussão sobre o feminicídio no estado, dando a errônea impressão de que o número de feminicídios na cidade está diminuindo. Assim, as integrantes tanto do FCM como de outras organizações ali presentes, indicaram a importância da tipificação desses crimes como feminicídio, visto que esses dados impactam diretamente na produção de políticas e projetos de proteção às mulheres em situação de violência.

Para que consigamos uma compreensão das relações entre homens e mulheres para além da ideia de dominação patriarcal, é preciso, portanto, que avancemos nos debates que põem em diálogo gênero e poder. Se levarmos em consideração as contribuições de Scott (1995), encontraremos, nas relações de gênero, uma forma de circulação do poder, onde essas relações passam a ser consideradas como dinâmicas do poder, sendo, portanto, móveis; onde essas relações não podem ser delegadas em função de uma diferença sexual anatômica/biológica, mas sim a partir de uma configuração política entre os gêneros e onde essas relações são o tempo todo atravessadas por outras estruturas de poder (como questões relacionadas à raça, classe, geração etc), fazendo com que existam diferentes tipos de vivências de ser mulher, ser homem e de experimentar a própria violência.

Dessa maneira, é indispensável trazer Lugones (2014) ao debate, quando a mesma traz uma perspectiva a partir da diferença colonial. Lugones vê “a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial” (LUGONES,

2014, p 936) e, com isso, aponta que essa dicotomia foi imposta aos colonizados (as) pela figura do homem ocidental. Essa dicotomia, no entanto, não vem sozinha, ela traz uma série de outras dicotomias oposicionais hierárquicas coladas à ela, incluindo aí a diferença entre homem e mulher (LUGONES, 2014). A diferença sexual anatômica e a diferença de gênero são utilizadas, em especial, pelas disciplinas da antropologia clássica, para demarcar o que é da ordem do humano e da civilização e o que não é (PRECIADO, 2014). E, nesse sentido, se os (as) colonizados (as) não são considerados humanos, tampouco poderiam ser considerados homens ou mulheres, sendo colocados (pelos colonizadores) como bestas sexuais incontroláveis ou, em outros termos, machos e fêmeas de uma outra espécie (LUGONES, 2014).

Não queremos com isso remontar um passado, mas apontar que o que pensamos por passado se encontra de forma atualizada no presente, nos processos de produção de modos de vida e de ser e estar no mundo das pessoas. Lugones explicita esse ponto quando aponta que mesmo que o processo de colonização tenha acabado, resta-nos lidar com a colonialidade. Esta, bastante presente em nossos cotidianos, trata-se da negação e do apagamento, realizado pela modernidade colonial, das formas de produção de vidas (leia-se linguagem, saber, subjetividade etc) não eurocentradas (LUGONES, 2014).

A partir da ideia de que o sistema-gênero é uma imposição colonial, Lugones nos traz novas formas de pensar as relações de gênero e poder, onde é fundamental que não criemos dicotomias categoriais oposicionais e hierárquicas - Modus Operandi do pensamento da modernidade colonial. Nesse sentido, uma análise dos processos de generificação, racialização e exploração capitalística dos corpos se faz necessária para pensar a partir da diferença colonial - e não mais a partir da diferença sexual. “Compreende-se a colonialidade do gênero como exercícios de poder concretos, intrinsecamente relacionados” (LUGONES, 2014, p 947).

A leitura de Lugones pode nos ajudar ao passo que retornamos ao debate sobre o feminicídio e nos perguntemos:

Qual a importância política de se utilizar uma mesma categoria para explicar mortes que ocorrem em contextos variados pelas mãos de agentes diferentes? É possível afirmar que todas essas mortes possuem uma raiz comum que seria a discriminação baseada no gênero? O emprego dessa categoria não contribuiria para dar a falsa ideia de “unidade” ou de “homogeneidade” para essas mortes, fazendo com que se perca a capacidade de observação sobre as especificidades locais, fator que pode ser importante para propor estratégias de enfrentamento? (PASINATO, 2011, p 229)

O uso comumente feito dessas categorias, na verdade, trazem aspectos para pensarmos não só uma homogeneidade no que diz respeito à essas mortes, mas também uma

homogeneidade no que diz respeito às mulheres que morrem. Ora, se todas essas mortes têm como ponto de partida a discriminação de gênero, não só fica evidente uma análise isolada do gênero, como também a ideia de que todas as mulheres experienciam a violência da mesma forma. Logo, pensar a partir da colonialidade de gênero faz frente ao paradigma do patriarcado, posto que coloca em xeque a ideia de que todas as mulheres sofrem opressão da mesma forma. Há autoras ainda que sugerem uma mudança no próprio sistema patriarcal (BUTLER, 2003).

Nesse sentido, podemos indicar que, ainda que em um primeiro momento o uso dessas categorias tenha servido para chamar atenção para um processo que não era nem considerado como de dimensão pública, talvez esse uso também tenha servido para invisibilizar determinadas mulheres, o que por si só traz a consequência da produção de projetos e políticas públicas de proteção às mulheres que literalmente não conseguem ver todas as mulheres.

Então, podemos fazer o seguinte questionamento: se o termo feminicídio aloca discussões em torno da violência doméstica a partir de uma análise isolada do gênero, seria mais interessante reinvidicarmos esse termo para a discussão da violência urbana? (mesmo correndo o risco de criar uma falsa ilusão de homogeneidade para todas essas mortes que teriam como ponto originário a discriminação de gênero) ou criar uma outra palavra, nomear essas mortes de uma outra forma? (ainda que correndo o risco de essa separação não trazer o mesmo impacto para a produção de políticas públicas de proteção às mulheres, em virtude do número de mortes diminuir - já que não será possível juntar todas essas mortes em um único número).

3.2 Uma rede de violências contra mulheres: limites e tensões entre a violência contra mulheres e a violência urbana

Nas entrevistas com as nossas interlocutoras, fica nítido para elas que o debate sobre a morte das mulheres na violência urbana deve ser relacionado a uma série de outras violências que historicamente marcam a vida desses segmentos.

Algumas notícias de jornais tornam possível visualizar como essa reordenação da criminalidade no Ceará, e em especial em Fortaleza, vem afetando a vida de mulheres: “Em 10 anos, 2,3 mulheres foram mortas no Ceará aponta pesquisa” (O Povo, 2019); “Ceará foi o segundo estado onde mais se matou mulheres em 2018” (G1, 2019); “Vítimas são filmadas durante execução com tortura e decapitação no Ceará” (O Dia, 2018); “Membros de facção

torturam mulheres e decepam dedos de homem em Quixeramobim” (Diário do Nordeste, 2018); “Vídeos comprovam participação de acusados de torturar e matar três mulheres, diz promotora” (Diário do Nordeste, 2019); “Três mulheres são torturadas, mortas e decapitadas em Fortaleza” (Estadão, 2018); “Mulher é sequestrada, mantida em cativeiro e torturada por integrantes de facção criminosa” (Tribuna do Ceará, 2019); “Mulheres torturadas e executadas em mangue foram filmadas antes de morrerem” (O Povo, 2018); “Mulheres foram decapitadas no Ceará por ordem de chefe de facção, diz polícia”(G1, 2018). O caso das três mulheres que foram torturadas e decapitadas em meio às disputas faccionais ganhou notoriedade nacional e internacional, apontando um cenário de diferença de mortes de homens e mulheres nessas dinâmicas, onde não podemos desconsiderar o caráter misógino das mortes das mulheres, ao apresentarem tortura e brutalidade tamanha.

Azul, por exemplo, demarca com veemência que tanto a morte das mulheres como as violências cotidianas que as mulheres passam são experiências que já acontecem há muito tempo. Quando perguntei pra Azul qual sua leitura desse contexto atual em que se pode observar, através de vários relatórios, que o número de mortes de mulheres e, em especial de adolescentes, tem aumentado, ela respondeu que:

Azul: “Certo, é... Assim, pra falar a verdade, eu acho que isso acontecer, é uma coisa que sempre aconteceu, entendeu? E que as pessoas sempre... como é que eu posso dizer, sempre “não, mas é porque era casal, era briga de casal” “não, acontece” é isso, é aquilo, e eu não me refiro apenas a meninas, entendeu? Eu me refiro a mães, a avós, mulheres que realmente já estão presentes na nossa vida, no nosso cotidiano, né e a gente nota que existe um abuso muito grande, entendeu? E isso é quase praticamente em todas as famílias a gente nota. Principalmente na questão da periferia, isso é muito comum, porque a maioria das mulheres, elas são abandonadas, entendeu? Elas são abandonadas ainda grávidas e as crianças nascem não tendo um pai e... acaba tendo, no decorrer do tempo, padastros, né? Então, que que acontece, esse abuso, a maioria das vezes acontece, em praticamente todas as famílias isso acontece (...) Se tornou um ciclo. As meninas nascem, desde muito nova são super sexualizadas, entendeu? Tem essa visão, entendeu? Eu não me refiro apenas a homens sexualizar, entendeu? Mas as próprias mulheres, entendeu? Por não ter... como é que eu posso dizer, uma informação, uma preparação, eu diria, assim, ao longo da vida, em relação a ter, uma fala com outra mulher, pra gente conseguir ter uma mudança, a maioria dessa supersexualização vem de todos os lados, entendeu? Vem atirado de todos os lados. Vem desde a mãe, que por a gente morar num... lugar onde o calor é, sei lá, horrível, entendeu? E a gente não tem condição de tá, principalmente as meninas da periferia, de tá usando roupas assim, papapa, porque nem todo mundo tem condição pra tá comprando roupas, e também por opção, entendeu? Porque EU quero usar, então desde quando a mãe ensina a sua filha a crescer, pra um dia conhecer um marido rico e casar com ele, pra ter uma vida boa, entendeu? Desde isso, até pessoas na rua, que sexualizam crianças, entendeu? Que infelizmente hoje ainda é muito frequente. Então assim, é... eu acho que devido a tudo que tá acontecendo, a violência tá aumentando, cada vez mais, cada vez mais e isso é uma coisa que sempre esteve presente, entendeu?”

Nesse sentido, Azul indica que há uma relação entre a problemática da morte de mulheres e o que ela coloca como “briga de casal”, assim como com o processo de

sexualização dos corpos das mulheres. Azul, dessa forma, aponta-nos que a problemática da morte de mulheres é um fenômeno de alta complexidade e não cabe na dicotomização entre os campos do público e do privado, pois é um fenômeno que é atravessado por questões desde os ensinamentos transmitidos entre mães e filhas em casa, até a rua.

A porosidade que Azul salienta entre os campos do público e do privado talvez nos sinalize uma pista interessante para (re)visualizarmos não somente a problemática da morte de mulheres, mas a violência contra a mulher de uma forma geral - não no sentido de homogeneidade dessas violências, mas em uma tentativa de produzir conhecimento a respeito dessas questões que não se apoia nas dicotomias oposicionais da modernidade colonial, nesse caso, público x privado e indivíduo x sociedade.

Se o slogan da segunda onda do movimento feminista foi “o pessoal é político” e isso significou, em um primeiro momento, que as questões da intimidade também dizem respeito a esfera pública e, portanto, ao Estado, isso não significou que passamos a ver as coisas a partir da fronteira entre o privado e o público. Por mais que as construções narrativas feministas entre as décadas de 60 e 80 tenham chacoalhado essa dicotomia, ainda observamos que muitas pesquisas e trabalhos acadêmicos ainda a utilizam. Como o tópico anterior aponta, os debates sobre a morte das mulheres (femicídio/feminicídio) e outras formas de violação giram mais facilmente em torno do campo privado, posto que em sua maioria se fala em violência doméstica (PASINATO, 2011). Aqui tem-se um debate interessante visto que, se por um lado, o slogan do “pessoal é político” traz visibilidade para as violências e abusos contra as mulheres dentro de casa, fazendo com que pensemos em formas de enfrentamento a essas violações, por outro ele não desloca a figura da mulher da casa, de modo que os debates sobre violência contra a mulher (incluindo aí a problemática da morte de mulheres) estão, em sua maioria, rondando os quartos e quintais das casas.

Já Amarelo, quando discutia comigo sobre as possíveis causas desse aumento de violência em relação às mulheres, indica-nos que

Amarelo: Uma das coisas que tem me chamado a atenção é que... a... as mulheres têm se empoderado mais, né, e os homens têm, têm... têm se confrontado, né, com esse... não com esse novo lugar da mulher, né, têm se confrontado com essa... com esse “não” das mulheres, né? Noutro dia, eu tava, eu venho de bicicleta da minha casa pro trabalho, né, e aí... isso pra mim foi um exemplo muito... muito cabal, assim, do que eu vou, do que eu tô tentando te dizer. Eu vinha, né, pedalando, e aí eu parei no sinal, e aí um cara parou ao meu lado e a gente tava esperando o sinal abrir e aí passou uma moça em Fortaleza, né, 30 graus... Dez horas da manhã e essa moça tava com um vestido que nem era muito curto na verdade, né, um vestido até o joelho, uma moça jovem, bonita... e aí esse cara ficou com tanto ódio dessa mulher, mas era um ódio, mas era um ódio, sabe? E ele começou a falar comigo, né, ele falou assim “olha a roupa dessa mulher, depois acha ruim...”; “Depois acha ruim que a gente cante. que a gente fale alguma coisa, depois não quer que ninguém fale

nada”... sabe, assim, o lugar dela, sabe, ficou muito claro pra mim no discurso, eu fiquei, assim, completamente passada, né. Mas ficou muito claro pra mim que o lugar dessa mulher no discurso desse homem, que é um discurso geral, que é um discurso generalizante, infelizmente, né, é que ela era a propriedade dele. Mas ao mesmo tempo, tava claro para ele que as mulheres não aceitam mais...que não aceitam mais ser objetificadas e ele tava puto com isso, né, então assim, é, faltava eu acho que muito pouco pra ele agredir uma mulher, né, ele tava quase me agredindo. É... em razão de uma outra mulher e talvez até em razão de uma outra situação, então os homens estão... estão reagindo, né, eu acho que é uma reação a esse empoderamento que não é recente, né, é uma luta das mulheres de séculos...

Nesse sentido, Amarelo sai de casa e traz o debate para a rua, no entanto, algo a acompanha: os processos de objetificação. A cena relatada nos exige pensar que o assédio atravessa a vida cotidiada de mulheres da casa à rua. Essa cena nos coloca uma questão importante: a cena de assédio é montada, antes de tudo, por modos de subjetivação que, em última instância, são os processos de construção dos nossos modos de ser e estar no mundo. Nossos modos de subjetivação são atravessados por gênero, classe, raça, geração, território e etc, de modo que homens e mulheres, ricos e pobre, brancos e negros compartilhem vivências como se fossem grupos separados e, no caso das mulheres, essas vivências são atravessadas por processos de objetificação e silenciamento, especialmente porque esses marcadores não são isolados, mas sim, imbricados uns nos outros (KILOMBA, 2019; CARNEIRO, 2011; DAVIS, 2016; RIBEIRO, 2016; AKOTIRENE, 2018), o que certamente significa dizer que essas vivências de violência atingem as mulheres de formas diferentes, umas mais que outras. No caso, as mulheres jovens negras periféricas são as mais atingidas, visto que também são as mais desassistidas pelo Estado, que se desresponsabiliza por suas vidas.

Sendo assim, mesmo que Amarelo tenha focado no homem como grande autor da violência contra mulheres, quero chamar atenção à cena que ela descreveu e como as questões de gênero aparecem aí. Tanto a objetificação das mulheres, como também seu silenciamento, afinal por que nenhuma mulher fala nessa cena? E até mesmo quando ousamos falar e nos rebelar, não estamos isentas dos modos de objetificação e silenciamento. Azul, como muitas de nós, também traz a história de um assédio fora de casa e, nesse caso, literalmente nomeio da rua:

Azul: Já aconteceu de eu tá andando na rua, não faz muito tempo isso, até eu pensei em fazer um b.o, porque eu tava saindo da minha casa, uma vez, era de tarde, eu tava indo pra um curso aqui no cuca mesmo e a rua tava deserta, entendeu? Tava deserta e passou um carro com um cara dentro do carro, um cara parou do meu lado, ficou soltando gracinha, piadinha, eu já me incomodei, mas não tinha gente na rua pra eu poder tentar fazer algo, eu apressei o passo e, por fim, ele meio que abriu a janela, fez um gesto de que tava armado e falou assim “Ei, tu não quer dar uma volta? Entra no carro” E eu me desesperei, entendeu? Eu me desesperei, eu apressei desesperadamente meu passo a ponto d’eu quase correr, entendeu? E ele continuou

acompanhando com o carro, e ele novamente parou do meu lado, e fez sugestão, e disse assim, “tu tem certeza que não quer entrar no carro, né?” Tipo, me ameaçando mesmo, e nessa hora, acho que foi Deus que colocou uma pessoa que tava saindo de uma borracharia, ali próximo, e eu corri desesperadamente pra pessoa, só que o medo que eu tive foi tanto, do cara do carro reagir, ou alguma coisa do tipo, que eu não tive reação de falar pra pessoa o que é que tava acontecendo, principalmente porque a pessoa que estava saindo era um homem, então eu não me senti à vontade com isso e eu me desesperei, entendeu? Eu “moço pelo amor de Deus que horas são?” E ele me olhou com uma cara assim, tipo “oi?” “Que é que tá acontecendo?” E na hora que o cara do carro viu que eu tava falando com esse cara, ele foi embora, ele acelerou e foi embora. E mano... isso bateu tão forte em mim, isso bateu tão forte em mim de um jeito, que eu cheguei aqui no cuca, pálida, entendeu? Eu cheguei pálida, sem reação nenhuma, eu tava aos prantos, porque eu pensei “não tinha ninguém naquela rua, se não tivesse aparecido ninguém e o cara do carro cismasse comigo e mandasse eu entrar naquele carro, mulher, só Deus pra saber o que teria acontecido, entendeu? Então, assim, eu tive que fazer o b.o, me aconselharam aqui no cuca aqui fazer o b.o, aí eu fui, na época eu ainda namorava, então o rapaz que era meu companheiro na época me acompanhou, quando a gente chegou nessa delegacia, mulher, foi um descaso, foi um descaso, foi aí que eu senti na pele, na vivência, literalmente o que é que a gente tanto prega, entendeu? Porque muitas vezes a gente prega ou ouve uma coisa e a gente nunca pensa que pode ter sido tão pesado quanto a gente ouve, entendeu? E o que é que acontece? Foi um descaso, entendeu? Não tinha uma mulher dentro da delegacia, eram só homens, policiais, escrivões, todo mundo era homem, entendeu? Todo mundo. E eu cheguei nervosa, chorando, e meu companheiro, na época, “calma, vai dar tudo certo, a gente vai resolver”. Quando a gente chegou, que fomos explicar pros policiais, que tinha bastante policial lá, como é que funcionava e tudo mais, primeiro que, eles não olharam nem pra minha cara pra saber o que tinha acontecido. Olharam pro meu namorado pra esperar que ele desse a versão da história, entendeu? E é tanto que eu fiquei, me desculpa a palavra, eu fiquei muito puta, entendeu? A gente fica muito puta, eu fiquei muito puta, porque eu olhei pro policial e falei assim “oi, tudo bom? o que aconteceu foi comigo, não foi com ele, ele é meu companheiro e tá me acompanhando” aí “não é porque você tá muito nervosa” “eu tô nervosa, mas eu sei o que aconteceu, eu tenho como falar por mim, entendeu?” Aí a partir daí eu já tava indignada. Entendeu? Aí me mandaram ir lá pra sala pra conversar com o escrivão, pra explicar o que aconteceu, foi outro descaso, porque novamente ele se dirigiu ao meu namorado pra perguntar, olhou pra mim com a cara de pena e olhou pro meu namorado e disse “e aí, o que foi que aconteceu?” E meu namorado “não, ela vai falar” aí “não, eu falo, aconteceu isso, isso, isso e isso” aí o cara simplesmente olhou pra minha roupa, olhou pra minha cara e pediu características do agressor, mulher, eu me senti tão humilhada, eu me senti tão humilhada. (...) e ele perguntando os detalhes, eu sei que isso é importante pra fazer uma ficha, mas a cara dele, entendeu? E na época eu tava com cabelo maior, eu tava com tipo aqueles pitozinho, tipo aquelas chiquinha, e ele olhando pra minha cara, com a cara assim de “hm... eu acho que tô entendendo porque isso aconteceu”. Eu sei que depois de todo o processo, Ingrid, ele olhou pra cara do meu namorado e disse assim “você é companheiro dela?” aí ele “sim, sou namorado dela” “rapaz, próxima vez deixa ela ir sozinha não, deixa ela andar sozinha não, rapaz, vá deixar, vá buscar, deixa andar só não” eu olhei assim pra cara dele, eu não tive a reação de falar nada, entendeu? Porque mulher eu me senti tão acuada, eu me senti tão humilhada de um jeito... E pra terminar com chave de ouro, tudo isso, ele tava escrevendo lá, como é que tinha acontecido, aí ele falou assim “ah, então foi ameaça, né? Vou colocar aqui no boletim que foi ameaça” aí eu “não, não foi ameaça, foi assédio seguido de ameaça, teve o assédio, assédio é crime, entendeu? assédio seguido de ameaça, pode colocar aí no boletim” (...) E acabou, mulher, que por fim, ele me deu a carta, né, o boletim, um fica comigo e o outro fica com eles, e eu na hora mulher não tive nem cabeça pra abrir a porcaria do papel pra ler o que é que tava escrito, quando eu cheguei em casa, que eu fui ler o que tava escrito, além do boletim, tá escrito da pior forma possível, com palavras super erradas, entendeu? Com palavras erradas, a escrita errada, as colocações erradas, além de tudo, tava lá “ameaça” ele não colocou assédio, e eu não

voltei lá porque eu sabia que eu ia chiar o quanto fosse, eu ia virar algum tipo de piada na delegacia, era isso que ia acontecer.

Apesar de Azul trazer uma outra cena de assédio, os elementos de objetificação e silenciamento seguem insistindo em aparecer, inclusive mesmo quando ela procura a polícia.

Amarelo indica que

Amarelo: é muito louco, né, a violência contra a mulher, porque... se a gente pensar em juventude, por exemplo, é claro que a juventude preta, pobre, periférica... é exponencialmente muito... talvez um menino branco, um menino, jovem, homem, branco, nunca seja violentado. Mas uma menina, jovem, possivelmente será violentada na sua vida. Seja branca, japonesa, rica... é muito louco isso, só por ser mulher, de qualquer classe. (...) Eu sempre morei ali no Titanzinho... e aí, sempre que eu tô na praia e vejo as meninas passando oferecendo coisas, mas sempre, sempre e eu vejo os caras parando pra comprar coisa, sabe, eu sempre penso que possivelmente aparece um cara escroto pra não comprar o que elas oferecem e oferecer sexo. “Olha, eu não vou comprar esse bombom de um real, mas faz sexo oral por dez reais, sei lá, por cinquenta? E tal hora elas aceitam, porque... né? E essa é só uma das violências, né, se a gente for parar pra pensar em todas as possibilidades, em todas as chances de desgraça, né, que essas meninas têm... em um dia de vida, no caminho da escola, da escola pra casa, no trabalho, dentro de casa, nos becos, em todos os lugares, é muito cruel, é muito cruel ser uma... e começa muito cedo, porque isso é uma outra questão, né, das meninas.

Nesse sentido, por mais que as mulheres, de modo geral, sofram algum tipo de opressão, os lugares onde as mulheres habitam e circulam podem maximizar as formas de violência que essas mulheres podem sofrer. O Estado, dessa forma, ao não estar presente em determinados territórios da cidade, submete as(os) moradoras(es) a uma maximização da precariedade e da violência. Dessa forma, articular a rua à um lugar perigoso para as mulheres, como Amarelo aponta algumas vezes, é fruto de uma articulação anterior entre o que é considerado público e privado e quem deve habitar esses espaços. Portanto, quando vemos anúncios de reportagens ou falas que perguntam “que roupa ela usava e o que ela estava fazendo andando na rua sozinha nesse horário?” (e o mesmo não acontece para homens) já podemos visualizar que nessa pergunta se supõe quem pode andar sozinho nas ruas, deixando claro, portanto, que o espaço também está sujeito as interseccionalidades e formas de produção de subjetividade (BUTLER, 2018).

Quando perguntei a Azul quem ela achava que eram essas mulheres que estavam mais vulneráveis à violência urbana, ela me respondeu que:

Azul: Olha, conhecer, por tá nesse momento da minha vida que eu tô trabalhando... como é que eu posso dizer, tendo a honra de trabalhar com cada vez mais pessoas e escutar cada vez mais histórias, e também por vivência própria, entendeu? Por experiência própria, porque, assim, nós que somos mulheres a gente tem a noção de que pelos menos no decorrer da sua vida você vai sofrer um abuso, seja uma fala, seja um olhar, seja um assédio, seja uma coisa mais grave que é um estupro, que infelizmente a gente corre esse risco, entendeu? Então, assim, eu já passei por muita coisa, entendeu? Eu já passei por muita coisa que alimenta cada vez mais a força que

eu tenho pra conseguir continuar na luta, porque a gente pensa que não é tão fácil, na verdade, a gente olha e diz “Ah, não, isso é fácil, né, ela pega o microfone, escreve as coisas dela e canta”. Então, assim, só que na verdade não é assim que funciona, entendeu? Infelizmente todo esse abuso, todas essas taxas de crime que acontecem, não é só com a mulher periférica, isso são todas as mulheres, de todas as classes. É mulher? Acontece, entendeu? E ultimamente a gente tá vendo uns casos de mulheres que acabam no ônibus, um rapaz vai e ejacula na mulher, ou vai e se esfrega na mina dentro do ônibus, eu abro meu facebook às vezes e eu vejo cada história, entendeu? Já aconteceu muita coisa comigo, muita, já aconteceu de dentro do ônibus tentarem, tipo... um homem tentar passar a mão em mim, e isso é comum, eu diria, assim, infelizmente as pessoas não veem tanta gravidade nisso...

Nesse sentido, Azul, além de relacionar a problemática da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana com a questão da sexualização do corpo da mulher, indica que as mulheres (por conta dessa sexualização) estão submetidas a uma rede de violência. Para Azul, o fato de ser mulher por si só já congrega uma série de experiências de violação. E essas violências podem ser tanto em casa, quando ela fala em “briga de casal” ou da “mãe que ensina a filha a casar-se com um homem rico”, como também na rua, que inclusive acontecem no cotidiano, por exemplo dentro do transporte público ou no trabalho. Dessa forma, Azul indica que a sexualização do corpo da mulher é uma pista para pensarmos essa rede de violências que as mulheres estão submetidas e que está o tempo todo na fronteira entre o público e o privado. Amarelo, assim como Azul, também enfatiza essa questão da sexualização do corpo da mulher. Ainda sobre a erotização dos corpos das mulheres desde muito cedo e os perigos que emergem na rua por conta dessa erotização, Amarelo nos aponta que

Amarelo: Eu, como uma menina de periferia, eu vivi isso muito cedo, eu e todas as meninas que faziam parte do meu círculo. A gente era, desde muito cedo esteve exposta, desde muito cedo, sabe? Eu tinha nove anos, desgraçadamente com nove anos eu já era mais ou menos como eu sou agora, desgraçadamente, e antes até, porque os caras não perdoam, né, começa a aparecer um peitinho, já tá pronta pra dar. É “Senta no colo do titio” e essas coisas bem nojentas, assim. E eu tava, eu faço uns laboratórios de escrita criativa com mulheres, né, aí eu fui pra Rondônia, há duas semanas, aí tinha uma menina que tava fazendo o curso com a gente, e ela parecia bem jovem mesmo, aí quando ela foi ler um dos textos que ela fez, ela falou assim “eu pareço ter quinze anos, mas eu tenho trinta”, todo mundo levou um susto, porque realmente parecia que ela tinha quinze. porque era baixinha, bem magrinha, e a voz também infantil. E aí ela contou uma história dizendo que os caras sempre vão ficar com ela achando que ela é uma criança, e quando eles sabem que ela tem trinta, eles ficam tranquilos porque não estão sendo... pedófilos.

Ingrid: Sim.

Amarelo: Não legalmente, né, mas moralmente eles estão.

Ingrid: Ele tá ficando com ela pelo fato de que ela parece...

Amarelo: Parece ser criança. É muito nojento. E eu acho, eu tava falando da minha filha, né, eu acho que talvez famílias mais estruturadas conseguem fazer um cerco, né, eu faço um cerco.

Ingrid: Sim.

Amarelo: Assim, porque você precisa de condições estruturais em diversos sentidos, né, financeiros, inclusive...

Ingrid: Sim, tipo condições materiais, né?

Amarelo: Condições materiais, é, transporte pra ir buscar a criança, quem é que na periferia tem condições de, você tá trabalhando, como que você vai buscar sua filha na escola? Se você não tem uma amiga que também tá trabalhando, de repente, né, a menina tá... vai pra escola e volta sozinha. Nessa hora...

Ingrid: Mais uma diferença das famílias daqui, né, e das famílias que não são daqui.

Amarelo: Exatamente. O transporte chega aqui e leva todo mundo nessa hora, quer dizer, você cria uma rede de proteção, né, então, é, o que eu faço com minha filha, por exemplo.

Ingrid: Aham.

Amarelo: Ou moro muito perto de casa, né, que foi o que eu fiz depois, fui morar bem perto mesmo da escola onde ela estuda, e aí é um quarteirão, quase.

Ingrid: É, fica bem pertinho.

Amarelo: Bem pertinho, aí dá pra ela ir e...

Ingrid: Por que, na tua opinião, por que que tu acha que a rua é um lugar muito perigoso? Porque olha, é, a gente tava conversando, né, que tipo, as casas também são lugares perigosos, né, mas a gente consegue de alguma forma criar condições nessa casa pra que não haja perigo.

Amarelo: Sim.

Ingrid: Aí agora a gente tem que se preocupar com a proteção da rua, né, tipo, “ah, vamo aqui criar uma rede de proteção”, por exemplo, transporte, ou morar perto, ou estratégias, né, pra que a criança circule menos na rua. O quê que tu acha que é tão perigoso na rua?

Amarelo: Os homens.

Nesse sentido, Amarelo aponta questões importante para pensarmos a ausência estatal nas periferias da cidade: como o Estado não oferece proteção às mulheres e tampouco oferece formas de minimizar essas violências, às mulheres (e as mães) acabam fazendo isso com as condições que tem. No entanto, cada família, cada mulher e cada mãe vão realizar essa forma de proteção com as suas condições possíveis, é por isso que Amarelo salienta que famílias “mais estruturadas”, que aqui significa que tem uma renda maior, muitas vezes, conseguem proteger suas filhas, enquanto que famílias com condições financeiras precarizadas tem mais dificuldade de realizar essa “proteção”. Portanto, temos um cenário onde os processos de socialização das mulheres está imbricado a rede de violências, e essa imbricação tem como consequência a ideia de que as mulheres precisam ser “protegidas” seja na casa, seja na rua, que é exatamente a mesma ideia da construção do sexo frágil. Vale ressaltar que esses processos adquirem inúmeras possibilidades, visto que essas processos atingem as mulheres de forma diferente, mesclando as questões de gênero, raça, classe, território, geração e etc.

Na entrevista com Violeta, essa montagem da problemática da morte de mulheres também aparece atrelada a uma “condição histórica da mulher”. Quando questionei Violeta sobre como ela poderia fazer uma leitura desse contexto da problemática da morte de mulheres em Fortaleza, ela disse:

Violeta: Bom, isso tá dentro de um contexto, né, e aí os porquês e as causas eu acho que a gente pode analisar um pouco nesse sentido. A gente tem um processo de aumento dos homicídios, claro, é... de aumento dos números, né, assustadoramente

crescendo e batendo todos os recordes históricos, então, assim, é... a gente, e aí tem dois processos que são... que são dignos de alerta nisso, um que é a infantilização dos homicídios, né, ou seja, adolescentes morrendo mais jovens, tipo de 10 a 14 anos. Isso nos chama atenção, a gente fala um pouco sobre isso, e a outra coisa é a morte de meninas, eu acho que dentro do processo de expansão da violência, os públicos mais vulneráveis vão ser os mais atingidos, tanto os mais novos como as meninas adolescentes e mulheres, né. É a mulher, e aí a gente nessa dinâmica a gen... entende que é uma relação muito tênue entre legalidade e ilegalidade, então, assim, só que esse espaço histórico ocupado pela mulher, é um espaço de maior vulnerabilidade, um espaço de maior opressão, a violência de gênero tá muito impregnada em todas as relações. Né, e aí, isso no cenário da violência letal, que é a violência extrema, me parece que, que aparece de uma forma mais escrachada, e as meninas passam, né, assim, passam entre aspas, enfim, acabam aí nesse cenário de morrer mais, é... a gente não pode desconsiderar esse machismo que estrutura a sociedade, né. E aí, bom, essa condição da mulher, né, é... historicamente uma situação desigual com relação aos homens. E aí eu acho que esses fatores vão aparecer no cenário da violência como... meio como determinantes pra que as meninas, mesmo ocupando o local, mesmo ocupando espaços e... inclusive posições mais... de mais poder, liderança, no... enfim, em grupos organizados e tal, isso não garante que elas estejam mais protegidas, ao contrário, né...

Violeta, então, traz uma conexão da problemática da morte de mulheres com questões relacionada aos grupos organizados que disputam o mercado ilegal de drogas e armas, assim como aponta elementos interessantes para pensarmos a problemática da morte de mulheres a partir do que ela coloca como “espaço histórico ocupado pela mulher” ou “condição da mulher”.

Para ela, a desigualdade de gênero coloca a mulher em uma condição de subalternidade em relação aos homens. Portanto, mesmo que as mulheres chegassem a ocupar posições de liderança em grupos criminosos (aqui ela está se referindo as facções), ainda assim a proteção em relação a essas mulheres não seria garantida. Violeta ensaia brevemente ainda, ao longo da entrevista, que talvez as mulheres ocupando novas posições pode ter como consequência elas experienciem outras formas de violência.

Nesse sentido, a “condição da mulher” é uma argumentação importante para pensarmos esse debate, posto que, se por um lado, explicita questões históricas de exploração e dominação dos corpos das mulheres, por outro, centra a argumentação acerca desse lugar de subalternidade que a mulher ocupa na própria mulher (BUTLER, 2003). Essa centralidade se revela bastante ambígua posto que mesmo sendo de extrema importância para visibilizar experiências de violação dos corpos das mulheres antes invisíveis, ela também nos faz ter um entendimento sobre algo que seria da ordem da mulher ou que seria da “natureza” da mulher ou da “essência” da mulher. Portanto, temos que ter cuidado para que a argumentação que se utiliza de uma história sobre as mulheres não caia facilmente em uma argumentação sobre a natureza das mulheres, visto que a ideia de uma natureza das mulheres solapa as

consequências positivas, para o movimento feminista, de se pensar a mulher enquanto um sujeito histórico e social (BUTLER, 2003).

Uma outra questão que também emerge desse debate é pensarmos que a ideia de “condição da mulher” torna difícil de perceber as diversas experiências de “ser mulher”, causando uma impressão que muito mais que apontar a heterogeneidade dessas experiências, traz uma ilusão de homogeneidade, como se houvesse algo que fosse uma mesma experiência para todas as mulheres. Esse é um pensamento comum dentro dos diversos feminismos, em especial dos feminismo que não discutem a relação do gênero com outras estruturas de poder. Como já apontado no tópico anterior, essa não será a linha que seguiremos.

Davis (2016) sugere que qualquer análise que se pretenda crítica acerca do gênero não pode deixar de levar em consideração as questões raciais ou de classe, posto que as experiências de ser mulher não estão separadas das experiências de ser negra ou de ser pobre (CARNEIRO, 2011). Se dialogarmos o argumento sobre a condição da mulher com os debates interseccionais, veremos que o impacto político de considerarmos as transversalidades dos eixos de opressão amplia as possibilidades de luta e amplia as possibilidades de aliança entre os diversos movimentos feministas (BUTLER, 2003; DAVIS, 2016). Não estamos com isso sugerindo que a argumentação sobre a condição da mulher não é válida ou legítima, mas que nessa pesquisa, essa argumentação será visualizada levando-se em consideração que esse caráter praticamente ontológico de subalternidade das mulheres faz parte de uma modernidade colonial (LUGONES 2014) que enquadra as pessoas, nos diversos eixos de opressão possíveis, em um regime onde uns possam dominar outros (HOOKS, 2018).

Verde aponta um exemplo bastante simples sobre como essa dominação pode ocorrer, onde a partir de atos aparentemente insignificantes, tem-se a transformação de um corpo em objeto público.

Verde: É... mas no campo... e aí eu acho que tem um trabalho de incidência forte. Eu acho que a gente precisa compreender a questão, né, é... que aí eu acho que o Fórum Cearense tem puxado isso e...de compreender que a gente precisa de... de mecanismos... que aumentem a capacidade de re... que aumentem a possibilidade de receber cuidado das pessoas, né? É... porque as mulheres, essas mulheres, as mães negras, né, em sua maioria, tão sozinhas segurando a barra. É... enquanto outras têm, as mais privilegiadas socialmente, tem o mercado pra absorver uma parte do trabalho de cuidado, é... tem os aparatos estatais também, pra... pra absorver quando, né, quando for preciso, mas essas mulheres tão sozinhas lá, então como é que a gente fornece outros espaços de cuidado que as fortaleçam, é... e que a gente também eduque os homens, né? Eduque... sei lá, eu tava ontem comendo camarão com uma amiga, que é... ela é do Fórum também, mas ela vive mais em Brasília, e ela é careca. Aí chegou um meninozinho, aí disse assim “ah, você é careca” e ele pegou na cabeça dela. Meninozinho assim, sete anos. Aí ela disse “é, eu sou careca, mas você não pode pegar na minha cabeça, na careca, na minha careca, na minha cabeça sem eu permitir”.

Ingrid: Aí ele?

Verde: Aí ele “tá bom”, não sei o quê. Aí ele foi lá pra família. Aí eu disse assim “mulher, [...], cresce assim, né?” aí ela “é, mas é um papel de todo mundo educar”.

Nesse sentido, Verde anuncia que que essa rede de violência tem muita relação com como o corpo da mulher é visto; em especial as marcas que denunciam que esse corpo “é” público. No caso da cena descrita, o fato de que a amiga de verde era careca foi o suficiente para que seu espaço pessoal fosse invadido - ainda que por uma criança.

Se Azul e Violeta relacionam a problemática da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana com aspectos mais relacionados às realidades locais, Rosa traz uma “análise de conjuntura” quando interpelada a fazer uma leitura do atual contexto. Nas palavras dela:

Rosa: Nesse cenário que a gente tá vivendo novo, e aí eu queria situar um pouco esse cenário, porque se o pessoal é político, né, e as relações interpessoais são reflexo, ou refletem dentro da esfera pública, ou nos espaço de poder e daquilo que se decide em relação ao próprio Estado, é... tudo que acontece em um influencia no outro. Então desde 2015, o Brasil começou um novo momento da etapa histórica e aí eu não tô fazendo nenhum juízo de valor, de mudança de governo, não tem exatamente a ver com isso, mas pra nós, mulheres feministas, dá pra ver, dá pra sentir a mudança nas pessoas, na receptividade ao feminismo, né, ao mesmo tempo, assim, eu percebo um campo fértil de muitas contradições, porque ao mesmo tempo que teve um “boom” enorme de meninas, sobretudo jovens, aderindo, digamos assim, ao feminismo nas redes sociais, teve também um crescimento, um fortalecimento de estruturas conservadoras anti-feministas. Aí tá no Congresso, tá nas políticas públicas, tá cada vez mais uma negação, né? É, sempre deixando essa categoria, assim, um pouco afastada, né, no próprio espaço da universidade mesmo, essa história de Direita Fortaleza, o próprio MBL, né, há uma insurgência aí de um... Sei nem se é insurgência mesmo, mas uma efervescência de pessoas com pensamento conservador, assim, se juntando e construindo uma, né, uma pauta política, que isso influencia diretamente no feminismo... e usando, por muitas vezes, estratégias políticas que nós usamos a pelo menos dois séculos. E aí, é, esse processo ele impacta, né, no micro, ele impacta no trabalho... o Fórum tem o nome de fórum, mas ele é um fórum de organizações e de feministas independentes, né, nunca foi um fórum só de organizações, e ele, por essa característica, tem uma história de mais de 20 anos, é uma história dinâmica, é uma história que por exemplo, já teve, é, momentos de incidência maior nas políticas públicas, já teve momentos em que o Fórum adotou uma postura mais autonomista em relação ao próprio Estado, né, e não compor espaços como Concelho, os grupo de trabalho, etc., e de 2015 pra cá o próprio Fórum também mudou, porque nós percebemos também que não ia adiantar continuar trabalhando só com as mulheres, né na verdade. Não que isso tenha deixado de acontecer, mas a gente mudou a estratégia, e essa mudança ela passou, é, por construir uma agenda política, né, de lutas em relação a serviços essenciais porque nós já imaginávamos que esse recrudescimento das estruturas da sociedade impactaria na vida das mulheres. E é justo o que aconteceu, né? E pra gente, assim, esse novo contexto da violência urbana mesmo, ela é reflexo direto da política de segurança adotada há algum tempo já pelo Governo do Estado e que vem, né ser corroborada, vem se alinhando a um passo muito rápido com a própria perspectiva de segurança do novo governo. E aí esse alinhamento dessa política de segurança, ele coloca pra sociedade que quanto mais há a questão do armamento, a questão da política criminal enquanto política de vingança, a guerra às drogas, né, e claro, a criminalização da juventude pobre e negra, né, eu colocaria essas quatro questões como base dessa política. Mas, é, ao mesmo tempo, tem uma adesão da sociedade, não é só o Governo que tá pensando assim. Talvez o Governo esteja dizendo é o que

as pessoas querem. Então assim, a gente tem que fazer esse debate, essa escuta. Eu tô contextualizando tudo isso, talvez eu esteja respondendo outras perguntas que tu vai fazer depois, pra dizer que a gente sente, né, eu sinto, particularmente, que é um momento novo, apesar de a gente ter vivido vários ciclos históricos, né, de mais repressão e tudo, é algo muito novo, ninguém tem receita, mas a gente vem tentando construir, é, resistências dentro do espaço que a gente pode influenciar, né? E aí assim, o Fórum por exemplo, tá com dificuldade esse ano de realizar o trabalho que sempre realizou aqui com mulheres na comunidade, aquele trabalho anônimo, né? É... porque os territórios se transformaram também, bastante. Então a sensação maior talvez se eu puder definir, é um estranhamento sobre essa nova realidade, identifico vários novos atores, assim né, no espaço do público, e a questão das facções faz parte disso, mas eu acho que não é só isso...

Rosa sinaliza de forma geral que, ao passo que podemos relacionar esse fenômeno com um passado e com uma história que diz respeito às mulheres, também enfrentamos um contexto novo e, para isso, ela traz os avanços dos “movimentos” conservadores no Brasil e as novas configurações dos próprios movimentos feministas (como o FCM) frente a esse cenário. Para ela, a problemática da morte de mulheres em Fortaleza, incluindo aí o crescente aumento do número de morte de mulheres jovens, está intimamente relacionado ao recrudescimento, a nível nacional, de práticas racistas e misóginas que legitimam perspectivas segundo as quais a vida das mulheres nada vale; por exemplo, quando ela aponta a perspectiva de segurança pública do atual governo (e posteriormente na entrevista da atual presidência), a qual se materializa como sendo uma política de vingança e de guerra, reforça o discurso de guerra às drogas e tem como consequência e condição de manutenção, ao mesmo tempo, a criminalização da juventude negra e pobre. Nesse sentido, a intensificação do número de morte de mulheres jovens em Fortaleza, está também relacionada ao avanço de “movimentos” conservadores, assim como dos frequentes ataques e silenciamentos de minorias.

Violeta, então, aponta que para nós entendermos melhor essas dinâmicas que fazem com que a violência se expanda, é preciso que a fronteira entre legalidade e ilegalidade se torne mais “porosa”, segundo ela:

Violeta: Assim essa dinâmica da legalidade e da ilegalidade na pesquisa a gente viu muito que era muito tênue, né, assim, o menino “ah, o menino tá envolvido” tá, mas não só, né? Porque o menino ele tá contextualmente ali naquele cenário, em um momento ele vai fazer um corre, em outro ele vai pegar um trabalho de... sei lá, servente de pedreiro, em outro ele vai pintar uma casa, ele vai entregar uma água, então é uma dinâmica, né, que é tênue, não tem como separar assim “há dois mundos, um mundo do crime” né, então, é mais pra perceber que... isso nos constitui enquanto sociedade, e essa questão da menina morrendo mais, e tendo uma violência muito mais escrachada contra ela, denuncia também pra gente um processo histórico, né, de condição da mulher, e aí obviamente ela mulher dentro desses contextos que a gente tem falado e dentro desses marcadores, né, certamente vai ser a ponta mais vulnerável nesse, nessa, nesse esquema, tal como os meninos adolescentes pretos, mais jovens, foram durante muito tempo, a coisa se reconfigura e a violência se expande, e eu não sei de que forma, né, as meninas, é... também

estão nesse cenário aí construindo esse cotidiano nessa dinâmica também entre legalidade e ilegalidade de uma forma muito tênue, e... vão ser a parte mais fraca porque, né, enfim, existe o machismo que opera, né, porque existe uma violência de gênero que opera, porque existe violências domésticas históricas que operam...

Ou seja, antes mesmo de nós discutirmos essa narrativa que criminaliza as mulheres, tornando-as envolvidas, é preciso entender que se um menino ou uma menina são envolvidos, isso não é tudo que eles são e que nos contextos das periferias, essa fronteira é muito mais borrada pelo fato de que o próprio território já carrega o estigma de “um território perigoso”. Territórios esses, indicados por Violeta, como “um contexto político de completo abandono e de precarização de todas as políticas e projetos” (Violeta).

3.3 “Quem são as mulheres que estão morrendo nas dinâmicas da violência urbana?”: a seletividade em função da interseccionalidade entre gênero, classe, raça, geração e território

Nos últimos anos, o Ceará tem chamado atenção por conta do agravamento das questões voltadas à segurança pública e às atuais condições do sistema prisional do estado, que estão relacionada, além de outros aspectos, à migração, à criação e ao fortalecimento de grupos que disputam o mercado ilegal de drogas e armas (mais conhecidos por facções criminosas) e ao acirramento, tanto nos presídios quanto nas periferias cearenses (e, em especial, nas periferias da capital do estado), de disputas por territórios e por mercados ilegais de drogas e de armas (PAIVA, 2018). Um dos principais efeitos dessa situação é o crescimento dos homicídios, em especial entre adolescentes e jovens, fazendo com que o Ceará e sua capital, Fortaleza, tenham os maiores Índices de Homicídio na Adolescência (IHA), se comparado a outras regiões no Brasil (MELO & CANO, 2017).

O VIESES tem produzido reflexões sobre o tema, onde se visualiza o crescimento dos homicídios juvenis como uma das expressões de uma necropolítica à brasileira (BARROS et al, 2018). Nesse processo de transformação e agravamento das dinâmicas da criminalidade violenta no estado, entre 2016 e 2018, chama atenção a grande elevação da morte de mulheres jovens, crescimento proporcionalmente maior que o verificado entre homens jovens, embora a morte destes ainda seja numericamente superior, em termos absolutos (NEGREIROS et al, 2018). No entanto, são incipientes as análises sobre as especificidades, sobre os contextos possíveis desse fenômeno no estado e sobre quem são essas mulheres, a maior parte delas oriundas de notícias de blogs e jornais, além dos relatórios produzidos pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), uma iniciativa da Assembleia

Legislativa do estado com apoio do UNICEF e de organizações da sociedade civil. Inclusive, a nova pesquisa do CCPHA tem como foco os assassinatos de meninas nas dinâmicas da violência urbana no Ceará. De acordo com a Reportagem do Jornal Folha de São Paulo, “Com decretações via rede social, assassinato de meninas dispara no CE”, os assassinatos tem como foco meninas entre 10 e 19 anos, além disso, através da pesquisa é possível perceber que a morte dessas meninas carregam marcas de brutalidade como raspagem dos cabelos, corte nos seios, estupro e escarpelamento. O material completo em relação a pesquisa está previsto para lançamento em março de 2020. (PAULUZE, 2020).

Apesar de bastante atual, essa reordenação da violência letal no estado do Ceará já tem produzido um aumento exacerbado de mortes, sobretudo de jovens mulheres moradoras de periferias da capital e regiões metropolitanas (NEGREIROS et al, 2018). Entre 2006 e 2013, ao contrário do que se poderia esperar, o Ceará não apresentou redução significativa nos casos de homicídios de mulheres após a implantação da Lei Maria da Penha, como em outros estados (WAISELFISZ, 2015). É possível constatar, portanto, que o estado do Ceará e sua capital, Fortaleza, estão entre os estados e as capitais que mais vitimizam mulheres no país (WAISELFISZ, 2015).

No período entre os anos de 1980 e 2013, no Brasil, aproximadamente 106.093 mulheres foram vítimas de homicídios, o que colocou o país, em 2013, na quinta posição mundial em homicídios de mulheres (WAISELFISZ, 2015). Os avanços legislativos, a judicialização e a criminalização da violência contra a mulher a partir das Leis Maria da Penha e a Lei do Feminicídio ainda são insuficientes para dar conta da complexidade histórica da violência contra as mulheres, um exemplo disso é que os levantamentos nacionais são relativamente escassos devido à insuficiência de dados sociodemográficos de sexo em relatórios policiais e judiciários (WAISELFISZ, 2015) e se o gênero pouco aparece, raça e classe são praticamente invisíveis. Isso, portanto, reflete diretamente nas formulações de políticas públicas e de enfrentamento desse tipo de violência, bem como denuncia uma invisibilidade e certa desresponsabilização estatal frente a essas mortes. No que diz respeito à invisibilização das questões raciais, um diálogo com uma de nossas interlocutoras explicita bem como, muitas vezes, consegue-se fazer aparecer uma série de outras questões relacionadas às violências, e com isso mascarar questões relacionadas ao racismo:

Verde: A gente ontem fez uma oficina sobre o plano estadual de enfrentamento da violência sexual, e aí uma amiga fez uma fala... fez algumas falas lá e colocou... a gente tem debatido a violência sexual no contexto das relações de poder, né, do machismo e do racismo, é... porque essa pauta tá sendo uma das mais atacadas na perspectiva da moralização ou da pedofiliação... de... então tá se falando muito

mais de... desde uma concepção, que inclusive não ajuda a erradicar essa violência, né? Ajuda a silenciar...

Ingrid: Mas mantém, né?

Verde: Aham, é. E aí... o cara pegou e disse assim “não, mas veja bem...” ele era professor, homem, acho que era um dos únicos homens da oficina, insuportável, impressionante, assim...

Ingrid: conta aí quê que foi que ele disse...

Verde: Impressionante, um monte de mulher, tudo especialista no assunto, ou trabalhava com isso há muito tempo... e o cara não parava de falar, e falava muita besteira, aí meu Deus... aí ele “mas veja bem”, aí ele foi fazer uma análise assim meio negócio de evidências, né... Aí ele disse “mas veja bem, se nós temos aqui os dados da saúde, de que 70% das violências...” é muito louco, porque o povo bota o dado 70% das notificações... A gente num sabe, num tem dimensão de como é que a violência ocorre porque a gente tem um indício, né? A partir das notificações. Pois ele “70% das violências ocorrem num âmbito intrafamiliar, então num tem isso de racismo, né?”; “Num tem isso de machismo”. “Porque na família...” o cara com mestrado e doutorado “porque é na família, né? Na família é todo mundo... porque se for a família negra, então num tem racismo, né, na família...”

Isso aponta uma certa negação das questões raciais entre vários pesquisadores, que rapidamente apagam o machismo e o racismo de sua produção de conhecimento, mesmo que haja dados contundentes que apontem para tal. Para Borges (2018), no Brasil, há uma vulnerabilização maior de corpos negros no âmbito da violência urbana, se comparado a corpos brancos. Por exemplo, em 2016, o registro de casos de violência contra as mulheres negras subiu (71%) ao mesmo tempo em que há uma diminuição do registro de casos de violência contra as mulheres brancas (CERQUEIRA et al, 2018). A partir desses dados, podemos especular que há uma maior maior vitimização de determinados corpos marcados por processos de generificação (CARNEIRO, 2011) e enegrecimento (MBEMBE, 2018). Ribeiro (2016) sinaliza que essa problemática aparece dessa forma, além de outros aspectos, devido à falta de um olhar interseccional no enfrentamento da violência contra mulheres a nível nacional, de modo que pudéssemos reconhecer as complexas conexões entre os diversos eixos de opressão ou marcadores de opressão no processo de produção de corpos mais vulnerabilizados que outros. Amarelo também chama atenção a um olhar interseccional:

Amarelo: Da periferia, mulheres na periferia da periferia, da periferia...

Ingrid: Sim.

Amarelo: Né? Que num causam comoção, que num vão parar no obituário... que num vão parar no Censo, no IBGE...e... e ninguém vai procurar também... porque são pessoas que num têm família, que num têm emprego, que são pessoas à margem mesmo da história...

A discussão da discriminação interseccional proposta por Crenshaw (1991) nos auxilia nesse debate, pois aponta que determinados corpos vivenciam diferentes experiências de opressão (muitas vezes naturalizadas) devido às sobreposições de marcadores sociais, a exemplo de gênero, raça e classe. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública

(2018), em 2017 o Ceará foi o estado que apresentou a terceira maior taxa de assassinato de mulheres, o que equivale a 7,6% do total de mortes no estado. Todavia, o CCPHA indica que quase 15% das mortes violentas de pessoas entre 10 e 19 anos, no Ceará, foram de meninas, sendo que, na capital, Fortaleza, 20% dos adolescentes assassinados são do sexo feminino (CCPHA, 2018a, 2018b). Ambos os relatórios não discutem esses dados relacionando o gênero aos marcadores de raça e classe.

É apenas no Mapa da Violência 2015, e com dados não tão específicos, que apresenta-se uma análise mais complexa. Nele, podemos perceber um indício de que há uma relação entre raça e homicídios no estado do Ceará, visto que exponencialmente o número de mulheres brancas assassinadas é menor do que o de mulheres negras. Um outro dado que também nos permite perceber essa diferença entre as mulheres é que, em 2013, o número de mulheres brancas que foram assassinadas no estado foi 34, enquanto que o número de mulheres negras foi 125 (WAISELFISZ, 2015).

Ao longo da história, as questões raciais foram ignoradas nas lutas do movimento feminista branco, sobretudo, a partir da ideia da universalização do feminino produzido pela cultura patriarcal, da mesma forma que as questões femininas eram deixadas de lado nas lutas do movimento negro (PIMENTEL, 2017; HOOKS, 2018). Para Hooks (2018), a disputa hierárquica entre os marcadores sociais presente nas tensões entre os vários movimentos feministas demonstra, mais uma vez, o caráter racista e machista da sociedade ocidental, uma vez que as mulheres negras nunca protagonizaram um debate central nem na luta feminista, protagonizada por mulheres brancas, nem na luta antirracista, protagonizada por homens negros, ficando invisibilizadas.

Verde aponta que esse é um debate bastante atual e complexo, visto que mesmo quando se tenta unir os movimentos, as tensões aparecem e as diferenças se transformam em muros que mais que unir, distanciam ainda mais as lutas.

Verde: É muito difícil, por exemplo, na agenda do encarceramento, a gente tá se reunindo, é... teve um momento, na última reunião teve um momento... uma fricçãozinha porque umas companheiras falaram assim, meio que tava cada organização se colocando com o que poderia se comprometer de ação, de fazer e tal, e aí uma companheira do Fórum colocou assim, do Fórum cearense, disse assim “a gente tá tentando, a gente tá... a gente tá vindo, a gente vai ter plenária agora, e a gente vai ver com que a gente se compromete... com agenda e tal...” aí ela tocou num ponto que as meninas [...] chiaram. Obviamente eu não vou colocar os nomes, né...

Ingrid: Tá.

Verde: “Porque inclusive, vocês têm que entender que a pauta hoje forte no Fórum é o feminicídio. Então como é que a gente... que é o feminicídio e que tem uma dificuldade de articular com a pauta do desencarceramento”.

Ingrid: Certo.

Verde: Cara, essa fala rende, ó.

Ingrid: Total.

Verde: Porque assim, o que é isso? A nossa pauta pro feminicídio é prisão?

Ela ainda enfatiza a incoerência que é pensarmos o movimento feminista como um movimento progressista, um movimento que discute pautas relacionadas aos direitos humanos, um movimento que reivindica liberdade e ao mesmo tempo a única resposta de reivindicação que o movimento tem quando o assunto é feminicídio ou violência contra a mulher é pedir prisão. Essa situação aponta a dificuldade em amalgamar as pautas feministas e antirracistas, uma vez que se considerarmos o encarceramento em massa (e consideramos!) um dispositivo necropolítico, então estaríamos, ao lutar contra o feminicídio (um outro dispositivo necropolítico) e exigirmos mais prisão, combatendo um dispositivo necropolítico com outro? Que outras alternativas seriam possíveis ?

Trazer os debates da luta antirracista para o centro das discussões do feminismo, a partir da inseparabilidade entre racismo e sexismo, implicou (e implica) politicamente na percepção de que a experiência de múltiplas opressões diferencia as vivências de mulheres brancas, mulheres negras e homens negros (Crenshaw, 2002; Carneiro, 2011a; Davis, 2016; Hooks, 2018).

Um dos pontos que Vermelho enfatizou na nossa conversa foi o quanto o contexto de hoje se assemelha ao contexto de escravidão no Brasil. Nas palavras dela:

Vermelho: Né? Porque eu acho que... acha que nós não temos direito, é como se a gente fosse os escravos da senzala de antigamente, eu fiz um curso de... de gênero e eu fui visitar o Negro Liberto, o museu...

Ingrid: Sim.

Vermelho: E lá eu vi a nossa história, hoje, em 2019. Porque se você for ver, não sei se você já teve a oportunidade de visitar o museu...

Ingrid: Eu nunca visitei.

Vermelho: Mas se você for ver, eu tava vendo uma cena de um vídeo que me mostraram, dos preso tudo algemado ligado a corrente uma a outra.

Ingrid: Sim.

Vermelho: É a mesma história, só muda o material que eles usam, antigamente eram as correntes, hoje são as algemas, né, aí, é... eles empurravam os presos tudo num buraco só, hoje o meu irmão tá preso lá em Pacatuba, é uma cela com 60 preso, num cabe 12.

Ingrid: Mesma coisa, mesma imagem.

Vermelho: A mesma coisa, num mudou nada, só mudou os nomes dos equipamentos que eles usam, é a mesma coisa.

Para ela, a prisão é uma atualização do sistema escravocrata. Isso implica pensar que as tecnologias racistas (como a prisão) foram atualizadas, de modo que podemos pensar que a forma como essas mulheres estão morrendo e o alto índice de morte são efeitos, também, dessas tecnologias racistas operadas a partir de uma necropolítica de gênero.

Quando perguntei para Amarelo se, em seu cotidiano, ela percebia algum perfil de mulheres que sofria mais, ela me respondeu que:

Amarelo: Inúmeras mães aqui que são violentadas. Inúmeras, inúmeras. Às vezes, por exemplo, tem casos aqui de meninas, né, crianças que sempre a gente comenta entre nós “ai, aquela aluna”, num sei o quê, ou porque a aluna é muito rebelde ou porque é muito cabisbaixa... aí eu vou sempre comentar esses casos, né, com outras colegas de supervisão, “gente, aquela menina outro dia tava falando com a mãe de um jeito que eu fico chocada”, um caso recente, aí a menina me conta, a psicóloga, que eu sempre vou dividir esses casos com a menina... que a gente chama de Serviço e Orientação Educacional, ela conta, aí ela disse “a mãe dela apanha do marido”, aí a filha acaba somatizando ao contrário, né, vê que a mãe... ao invés de ficar brava com o pai, acaba... fica brava com a mãe. Ou então o caso contrário, “nossa, aquela menina, né, é tão pra dentro...” “a mãe é igual, apanha do pai”. Muitos, muitos, muitos casos. E aqui é uma escola de crianças ricas, de famílias, né, da alta sociedade fortalezense. É... quer dizer, são muitas, muitas, muitas, não são exceções, são muitas famílias vulneráveis. São muitas, muitas... eu gostaria, assim, não, eu gostaria de pensar que são casos isolados, né, que bastava, por exemplo, resolver uma questão de classe e o problema de gênero e estaria resolvido. Mas não está. Não está, não é... agora eu circulo também nas periferias, né, que é onde eu moro, que é onde eu vivo, que é onde estão os meus afetos, que é onde eu cresci, que é onde eu nasci... é claro que essas pessoas estão ainda mais vulneráveis, porque essas pessoas aqui, né, que eu conheço a partir do meu trabalho, têm uma vulnerabilidade dentro da sua casa, talvez apenas. Se restringe ao ambiente da família. Essas outras mulheres, então eu acho que a sua pergunta era essa, né, mais, né, mais vulnerabilidade. Com certeza, as mulheres que vivem na periferia estão ainda mais vulneráveis, isso é horrível, porque além de ter essa vulnerabilidade dentro de casa, ainda encontram fora.

Dessa forma, Amarelo aponta para uma precariedade que todas nós estamos submetidas, mas que existem circunstâncias e situação onde essa precariedade é maximizada, fazendo com que determinadas pessoas estejam ainda mais vulneráveis à violência. Ela, então, indica-nos que a vulnerabilidade das mulheres que moram na periferia, além da compartilhada com as mulheres que não moram, onde o lugar referência da violência seria a casa, aumenta, visto que se amplia para a rua, onde, de fato, as diferenças entre essas mulheres vão saltar aos olhos, visto que a construção do dito espaço público também corrobora com a produção de subjetividade atravessada pela lógica da separação entre vidas vivíveis e vidas matáveis (BUTLER, 2018).

Nesse sentido, a interseccionalidade (CRENSHAW, 2004; NOGUEIRA, 2017) como categoria de análise dos processos de generificação e enegrecimento dos corpos, pode nos ajudar a pensar os processos de vitimização de mulheres negras e jovens decorrentes das dinâmicas da violência urbana. A noção de interseccionalidade trazida pela primeira vez por Crenshaw (2002, 2004) nos Estados Unidos, no fim dos anos 80, tem como função tornar visíveis modos de discriminação antes invisíveis, fazendo-nos perceber que “nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos.” (CRENSHAW, 2004, p 10). Dessa forma, Akotirene (2018) enfatiza que as formas de dominação agem de

maneiras distintas e imbricadas aos marcadores sociais, tais como raça, gênero e classe, esses sendo sempre transversalizados. Não sendo possível, portanto, uma análise isolada, posto que facilmente se poderia homogeneizar a diversidade ou individualizar as discriminações.

Akotirene (2018) aponta, então, que a interseccionalidade é uma sensibilidade analítica que dá suporte teórico-metodológico à inseparabilidade estrutural entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, os quais seriam os “produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.” (AKOTIRENE, 2018, p 14).

No caso do Ceará, o debate sobre a problemática da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana não pode desconsiderar a discussão acerca da interseccionalidade, posto que existe um recorte de gênero, raça e geração de um determinado segmento populacional que está sendo mais vitimado pela violência que outros.

No começo dos anos 90, ao mesmo tempo em que políticas sociais e de garantia de direitos eram fragilizadas e precarizadas no Ceará, grupos locais organizados (conhecidos popularmente, à época, como gangues) assumiram controles territoriais nas periferias e estabeleceram territórios de inimigos (PAIVA, 2018a). A partir dos anos 2000, com o fortalecimento dos mercados ilegais de drogas e armas, acompanhado por um aumento do recrudescimento penal e da perspectiva de guerra às drogas, essas dinâmicas se intensificaram, resultando, a partir de 2013, no aumento sistemático de homicídios (PAIVA, 2018b).

Tal contexto ocasionou atualizações nas dinâmicas da violência urbana; por exemplo, a migração de facções criminosas das regiões Sudeste e Norte do Brasil para o estado do Ceará e a criação de uma facção local de maior expressão, acarretando a (re)configuração e o acirramento de disputas pelos mercados ilegais de drogas e armas, territórios e presídios (BARREIRA, 2018; BARROS et al, 2018; PAIVA, 2018a, PAIVA, 2018b).

Em 2016, observamos uma redução de homicídios no estado, especialmente em Fortaleza, que foi consequência de um acordo entre os grupos criminosos que comandavam as principais periferias urbanas no Ceará; tal acordo ficou conhecido em âmbito local como “pacificação” (ALESSI, 2016). Segundo Barros et al, (2018) a violência no estado do Ceará teve seu ápice após o fim da pacificação ainda em 2016. A partir daí e até 2018, percebemos que os efeitos desse reordenamento da violência na cidade, ocasionado em especial pelo acirramento das disputas entre as facções criminosas nas margens urbanas, são variados e complexos, como aumento de assassinatos, expulsões de moradores de suas residências,

proibição da circulação dos moradores em bairros que sejam controlados por facção rival ou até mesmo em determinadas ruas do próprio bairro (BERDINELLI, 2018).

Além de vários outros aspectos que se relacionam com o aumento de homicídios na cidade em geral, essas novas dinâmicas têm como consequência uma maior vitimização de mulheres jovens no estado (NEGREIROS et al, 2018). Segundo dados sistematizados pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (2018), a juventude em geral, mas mais especialmente as mulheres, são o segmento populacional que mais tem sofrido os impactos da expansão da violência no estado.

Em 2018, 114 meninas (10 a 19 anos) foram vítimas da violência letal no Ceará (CCPHA, 2019). Considerando apenas o número de homicídios em Fortaleza, entre os anos de 2016 e 2017, observou-se um aumento de 417% no que diz respeito ao assassinato de jovens mulheres e entre os anos de 2017 e 2018, houve um aumento de 90,32%, ainda que tenha havido redução de 34,99% para os meninos (CCPHA, 2018a, 2018b, 2019), constatando, ainda que, por mais que, em termos absolutos o número de mortes de meninos seja maior que o das meninas, o crescimento percentual do número de morte das meninas supera o dos meninos. O aumento do número de morte de mulheres jovens vem crescendo de forma absurda se compararmos os anos anteriores da capital, onde em 2016, houveram 6 mortes, em 2017, 31 mortes e em 2018, 59 mortes (CCPHA, 2019). Em 2018, Fortaleza teve, ainda, nove chacinas, onde em uma delas, a “Chacina de Cajazeiras”, mais da metade das vítimas letais eram mulheres.

É importante situar que não queremos dizer com isso que a problemática da morte de mulheres na violência urbana se resume às questões relativas às disputas faccionais, de modo que fosse possível pensar que a discriminação racial e de gênero é efeito dessas disputas; ao contrário, as dinâmicas das facções estão imersas em uma realidade social que já discrimina e viola mulheres a partir da inseparabilidade estrutural entre racismo, sexismo e cisheteropatriarcado, tornando mulheres subalternas, umas mais que outras. E não só isso, muitas vezes, os próprios participantes das facções também são vitimados e discriminados por essa mesma inseparabilidade estrutural. O agravante que podemos apontar dessas dinâmicas da violência urbana é que se produz zonas de morte em meio a relações de inimizades entre grupos, onde as práticas de violência são naturalizadas, não só pelos grupos armados, mas pelo próprio Estado. Vermelho nos dar pista para pensarmos essas questões:

Vermelho: Né? E o Estado se somar como parceiro, né, que não são. E é assim, eu vivo hoje com uma revolta muito grande, eu não vi a minha filha morta, eu não enterrei ela de jeito nenhum, e ela foi tachada por esse nojento desse sebooso desse policial, como traficante que tinha atirado na viatura, e aí eles fazem isso não é só

com a minha filha, sempre eles vão fazer, eles nunca vão deixar de fazer, eles vão ter sempre um argumento...

Ingrid: Que isso é a desculpa, né?

Vermelho: Né? Sempre um argumento, uma desculpa pra dizer o porquê que aquela criatura morreu... né? E pra você ver, a minha filha ela estudava, ela trabalhava, ela fazia curso, e ela ainda fazia bico, porque ela trabalhava no Planeta Brinquedo, lá no Del Paseo, só que de noite ela estava trabalhando numa barraquinha de comida porque era aniversário da neném e ela queria colocar ela num colégio particular, então ela tava juntando o máximo de dinheiro que ela podia pra colocar, ter a oportunidade de colocar. E mesmo assim ela num foi taxada de traficante? Como baderneira, que tava ali atirando na viatura? Agora você imagina, e ela tinha, ela tinha curso, ela tinha tudo, tava tudo reto, não deixou de ser traficante, então pra eles é mais cômodo, é mais confortável dizer que morreu porque tava envolvida. Entendeu? Morreu porque tava devendo droga... e por que será que essa menina tava usando droga? Será que ela teve oportunidade quando ela foi buscar? Será que a porta abriu quando ela foi bater? Porque coincide sim, coincide realmente de ser por conta disso, mas por quê que ela foi? Vamos buscar lá na família o que é que aconteceu, como tá a família dessa pessoa?

Nesse sentido, Vermelho aponta um limite intransponível que situava sua filha: ela era uma jovem negra e moradora da periferia, ainda que sua vida tivesse toda “reta”, ainda que fizesse cursos e ainda que trabalhasse. Então, mesmo com todas as estratégias para uma vida “bem sucedida”, como os estudos e o trabalho, sua filha não conseguiu escapar do estigma de envolvida, de traficante, por mais que posteriormente tivesse sido provada sua inocência.

Nesse momento é importante articular algumas questões que dizem respeito tanto às discussões feministas, como ao campo dos debates sobre as juventudes. Essa articulação se faz necessária nesta pesquisa posto que as dinâmicas da violência urbana na cidade de Fortaleza tem vitimado, em sua grande maioria, mulheres jovens, negras e moradoras das periferias da cidade. Em relação a isso, Amarelo aponta que:

Amarelo: E é aquele negócio, por exemplo, você falar assim pra uma menina, ter que ensinar uma menina a fechar as pernas, né, a fala clássica...

Ingrid: Sim, sim.

Amarelo: É horrível isso, né, você ter que dizer pra uma menina fechar as pernas, é...

Ingrid: Desde criança, né, ela já se depara com...

Amarelo: Desde criança, desde criança.

Ingrid: Existe alguma coisa que pode acontecer se eu não fechar a perna, né?

Amarelo: E é tão bizarro, porque assim, é... eu me políciei pra nunca... “me políciei”, é horrível essa fala”. Tomei cuidado pra nunca dizer isso.

Ingrid: Aham.

Amarelo: Pra minha filha. E assim, eu já tive essa conversa com várias colegas, né, e aí elas diziam assim “mas assim, eu sei que num é ela que... mas e os caras? Como que...” porque a gente nunca sabe, né, quem é o cara e tal. Porque quando você cresce, assim, hoje, por exemplo, você vai sair na rua, ok, você consegue se defender, gritar, num sei o quê, mas e uma menina de nove anos, né, que precisa tá na rua sozinha?

Nesse sentido, Amarelo aponta a política do medo como uma forma de educar os corpos das mulheres. O fato que Amarelo indica de que das mulheres jovens estão, de certa forma, mais vulneráveis a violência é consequência desse “tornar-se mulher”, ou como a própria Amarelo colocou em outro momento da entrevista “tá pronta pra dar”. Nesse sentido, estamos falando da produção de uma mulher dentro dos parâmetros de uma heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003), onde a sexualidade da mulher está completamente imbricada a ideia de reprodução. Isso articulado às questões de raça, classe, gênero e território trazem-nos um debate importante, visto que são as mulheres jovens negras periféricas - em “idade reprodutiva” - que são as mulheres mais vitimadas nas dinâmicas da violência urbana. .

Mayorga (2019) apresenta, então, pontos interessantes que podem nos ajudar a articular essas questões. Segundo ela, existem três operações semelhantes entre os estudos feministas e os estudos das juventudes, são elas: a desnaturalização desses sujeitos (as mulheres e os jovens) e sua transformação em sujeitos políticos e históricos; a desconstrução da ideia de que esses sujeitos possuem natureza imoral ou incivilizada, que os obrigava a sempre estarem inscritos dentro de uma pedagogia colonial reproduzidas por instituições como a família, a ciência, entre outras; e a reivindicação de um espaço político para esses sujeitos, uma vez que suas experiências são sempre postas dentro de um regime de privatização e individualização.

Portanto, a articulação da noção juventude à ideia de reprodução como foco da sexualidade da mulher é, aqui, chave para pensarmos as articulações entre os estudos feministas e os estudos da juventude, conectando-os, ainda, a um debate interseccional. O assédio, ou a própria violência sexual, são aqui pontos fronteira entre a violência contra mulheres e a violência urbana. Mayorga (2019) indica ainda que as críticas realizadas pelos movimentos feministas negros trouxeram inúmeras contribuições para pensarmos o campo de debates das juventudes, onde ela aponta que muitos estudos seguem reproduzindo ideias sobre as juventudes a partir de um ponto de vista eurocêntrico e colonial, tornando a experiência do jovem universal e etária, o que, por sua vez, invisibiliza juventudes periféricas e negras, em especial mulheres. Portanto, a “desnaturalização da experiência, a crítica à dicotomização moderna entre público e privado e a crítica à universalização (...) são aspectos que permitem a aproximação dos dois campos” (MAYORGA, 2019, p. 139), fazendo com que, a partir dessa articulação, seja possível pensarmos formas de enfrentamento à essas violências, produzindo, então, sociedades menos marcadas por desigualdades.

4 NECROPOLÍTICA DE GÊNERO, VIDAS PRECÁRIAS E CORPOS MATÁVEIS: A PERSPECTIVA DE MULHERES SOBRE AS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA URBANA EM FORTALEZA E SEUS EFEITOS

“Ser oprimido significa a ausência de escolhas” (Bell Hooks)

Assim como o capítulo anterior, as reflexões produzidas aqui também provém da inserção em campo e das interlocuções com as participantes da pesquisa. Nesse sentido, esse capítulo objetiva discutir as outras três dessas linhas analisadoras mapeadas: 3) As transformações da violência criminal no Ceará e seus efeitos na vida de mulheres periféricas; 4) A brutalidade dos assassinatos de mulheres exibidos em vídeos que viralizam nas redes sociais e a partir do dispositivo da “decretação”; 5) A narrativa de criminalização das mulheres que morrem a partir da figura da "Envolvida". Dessa forma, propomos discutir sobre essas transformações a partir do ponto de vista de mulheres que integram coletivos feministas ou organizações da sociedade civil que tem pautado o tema na capital. Portanto, os debates agenciados neste capítulo também permitem conectar os dois primeiros objetivos específicos desta pesquisa.

4.1 As Transformações atuais no cenário da violência em fortaleza: tecendo realidades gore na vida de mulheres

A passagem de gangues para facções teve como efeito mudanças nos modos de fazer o crime no estado do Ceará e, especialmente, em Fortaleza (PAIVA, 2018; SOUSA, 2019; PAIVA, BARROS, CAVALCANTE, 2019). Em 2016, os primeiros discursos que apareceram na imprensa sobre as facções foi que elas estavam “em paz” (PAIVA, 2019). Essa paz, que ficou conhecida como “pacificação”, trouxe questões importantes para se pensar as novas dinâmicas que ali começavam a se estabelecer, posto que, teve como consequência tanto a diminuição dos homicídios de forma geral, como também possibilitou o aparecimento da tortura como forma de controle social nas periferias, em especial dos integrantes desses grupos armados (BARROS et al., 2018).

Um dos efeitos que o estabelecimento de facções acarretou foi a proibição de assaltos nas comunidades periféricas da cidade, que teve como consequência a sensação de que essas localidades estavam mais seguras. Paiva (2019) aponta a proliferação de pichações

nos muros dos bairros, como “se roubar na favela morre” entre outras, que faziam com se percebessem as facções como protetoras daqueles locais, ao evitar que roubos e assaltos se materializassem ali. As facções também reterritorializaram as definições físicas dos bairros forjadas pelas antigas gangues, produzindo o efeito de volta da circulação das populações em territórios antes proibidos (SOUSA, 2019). Esses foram, em linhas gerais, os motivos de a pacificação ter sido tão celebrada nessas comunidades.

O Governo Estadual negou a existência das facções em um primeiro momento e depois declarou que esses grupos apenas realizavam tarefas nos presídios e que não tinham real poder nas ruas da cidade. Foi apenas com o fim da pacificação entre as facções e que começaram a haver maiores conflitos entre esses grupos armados que o governo relatou a existência de facções (PAIVA, 2019). O fim da pacificação acarretou a produção, através das facções, de “uma ordem e um sistema de normalização das condutas pelo controle da vida e da morte nas periferias” (PAIVA, 2019, p 177), onde os acertos de contas entre os grupos tomavam dimensão de crimes mais robustos se comparados ao período anterior ao aparecimento das facções (PAIVA, 2019). “A violência se tornou, assim, um meio de comunicação entre os coletivos e a maneira de equilibrar forças nas disputas que convergem no Estado do Ceará, especialmente em Fortaleza” (PAIVA, 2019, p 177).

Um outro efeito desse reordenamento do crime em Fortaleza foi (e ainda é) a expulsão de moradores de suas casas por serem acusados pelas facções de estarem ou colaborando com a política ou com facções rivais, fazendo com que o clima de insegurança nas comunidades ficasse cada vez mais pesado (PAIVA, 2019; SOUSA, 2019). E um dos outros efeitos importantes para pensar os efeitos do estabelecimento das facções é a forma como as mulheres passaram a circular nessas dinâmicas:

As mulheres se tornaram personagens importantes após o advento das facções, com participação ativa na dinâmica dos coletivos. Ao integrarem e se fazerem ver nas dinâmicas dos coletivos criminais, elas também se tornaram passíveis de ser vítimas de acertos de contas entre as facções, sendo “decretadas”, torturadas e mortas sob acusação de “cooperar” com os inimigos. Os dizeres “onde pegar, pau no gato” e “sem mensagem” demarcam e indicam quem deve morrer. Essas indicações aparecem publicamente, em redes sociais, nas quais centenas de perfis de mulheres são expostos a fim de retratar para todo o grupo quem são elas, onde moram e como devem morrer. Cheguei a contar, em páginas do Facebook de supostos integrantes de coletivos, 208 meninas decretadas, sendo possível observar, em uma só postagem, 21 mulheres. São publicações que aparecem e são apagadas, mas não sem antes circular por dias nas redes sociais. (PAIVA, 2019, p.179)

De acordo com Paiva (2019), apesar das mulheres também passarem a atuar em outras posições no tráfico de drogas, muitas vezes posições de liderança ou, pelo menos, longe da “linha de frente”, suas mortes não se dão apenas dentro da discursividade do “acerto

de contas” entre as facções, muitas vezes se relaciona com questões relativas à envolvimento amoroso ou sexual com jovens de outras facções.

Em determinados casos, quando descobrem que uma menina da comunidade se relaciona com um jovem de uma facção, ou de área dominada pela facção rival, tratam-na como se fosse “marmita” dos inimigos. As mortes não são decretadas apenas depois do conhecimento objetivo de certos envolvimento, porquanto elas podem acontecer em função de suspeita, antipatia ou desejo de vingança por questões pessoais. Algumas mortes ocorrem em matagais, após sequestro, e podem envolver torturas e estupros. Várias cenas dessas mortes circulam nas redes sociais e mostram uma realidade por demais perversa, com as mulheres muito machucadas, afirmando que elas estão “rasgando a camisa da facção” a qual são associadas. Há várias cenas nas quais são cortadas vivas enquanto choram e imploram por suas vidas. (PAIVA, 2019, p 179-180)

Vermelho indica algumas questões que ela aponta como estando relacionadas a essas dinâmicas de mortes das mulheres: abandono estatal e acirramentos das questões das facções. Nas palavras dela:

Vermelho: Então, eu relaciono isso realmente... na verdade a desordem ela tá no sentido geral, né?

Ingrid: Total.

Vermelho: E depois que se tornou mais visto essas questões de facções, por exemplo, eu acho que a partir daí aumentou mais ainda...

Ingrid: Sim.

Vermelho: Por conta de briga de espaço, briga de, tipo, realmente só nas zonas, por exemplo, aqui onde eu estou...

Ingrid: Aham.

Vermelho: Aqui é CV. A onde é que fica a fronteira? Fica do Chico da Silva, pra lá já é GDE. Aqui é tranquilo.

Ingrid: Ah, entendi.

Vermelho: Aqui é tranquilo, a gente ainda não... Teve casos de morte de meninas? Teve, mas por conta de quê? Por conta de que também o uso de droga aumentou. E aí por conta de tipo “eu tô devendo...”, ou eu estou devendo ou estou levantando bandeira X, vamo dizer assim.

Segundo ela, o acirramento das questões faccionais faz com que o simples fato de você habitar uma região que é tomada por determinada facção já te tornaria um alvo. De modo geral, durante toda a entrevista, Vermelho sinaliza o abandono estatal como um dos primeiros passos para a legitimação da morte de mulheres, visto que o estado só estar presente nas periferias a partir da polícia. Vieira (2020) indica que, a partir da pesquisa “Infância, gênero e orçamento público no Brasil” realizada pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), ao passo em que se desinveste na assistência e na promoção de políticas públicas, aumenta-se o gato com segurança pública, maximizando, então, a precariedade de algumas populações na cidade.

Quando interpelada a conversar sobre morte de mulheres nas tramas da violência urbana, Violeta chama atenção à contextualização e à forma como tem-se dado essas mortes:

Violeta: Como é que a gente analisa, é... eu acho que tem um cenário de hiper violência que é muito marcado, né, também nessa... a violência, bom, ela se expande, ela se demarca e ela vem com os requintes de tortura, né, e aí...

Ingrid: De brutalidade.

Violeta: De brutalidade nas mortes das mulheres, e isso se mostra de uma forma muito mais perversa, então eu acho que esse cenário como um todo, e aí é isso, né, se a gente meio que contextualiza a gente vê o quanto a mulher realmente pode ser o alvo mais fácil, o alvo mais, e nesse processo, porque aí eu acho que isso é que é meio doido, tem uma questão importante pra gente pensar, né, porque esse movimento meio paradoxal, se fomos subalternizadas, né, é... ao longo dos anos, e se há uma luta histórica também, pra afirmação dessa mulher, isso de alguma maneira [...]

Ingrid: Mexe, né?

Violeta: E aí como eu falei, da história de, de, da dinâmica tênue entre legalidade e ilegalidade, isso também é possível que habite esses espaços, né, só que existem outros elementos que vão vulnerabilizar a mulher nesse espaço, porque não é um espaço, né, assim, de proteção, que garantirá direitos, que... né, que as condições de cidadania estejam afirmadas, então, esse alvo fácil eu acho que tá aí, nessa dinâmica da criminalidade em que lógicas operam de uma forma parecida como, como... né, enfim, mas também lógicas operam de uma forma muito particular e perversa, e aí eu acho que, bom, né, nessa perversidade a mulher vai virar o alvo fácil, eu não sei, a gente fica pensando, né, poxa na própria chacina das cajazeiras, né. Como é que foram a morte dessas mulheres jovens ali, né, e nas outras das meninas do manguê, né.

Nesse sentido, Violeta aponta um contexto de constante ampliação da violência em determinados espaços da cidade (as periferias), onde nessa fronteira entre legalidade e ilegalidade, as mulheres, e principalmente as adolescentes, acabam por se tornar mais vulneráveis (que os homens/meninos). Ela traz, então, a brutalidade em que os assassinatos dessas mulheres acontecem como um ponto importante para pensarmos essas dinâmicas.

Nesse sentido, podemos dialogar o que Violeta chama de “brutalidade” ou “requintes de tortura” com o que a mexicana Sayak Valencia (2010) chama de “gore”. Originalmente, é um termo usado no cinema para caracterizar aspectos paródicos e grotescos de derramamento de sangue, de vísceras e desmembramentos dos corpos, para refletir sobre como a violência contemporânea tem se tornado cada vez mais extrema, explícita e espetacularizada, como ferramenta da própria economia mundial.

A proposta de Valencia (2010) é trazer o termo capitalismo gore para fazer referência a uma reinterpretação dada à economia hegemônica e global nos espaços fronteiriços. Como exemplo desse fenômeno, ela vai usar a cidade de Tijuana, que faz fronteira entre México e EUA. Então, “capitalismo gore” refere-se ao

“derramamento de sangue explícito e injustificado, ao altíssimo número de corpos mortos e desmembrados que frequentemente se mescla com o crime organizado, o

gênero e os usos predatórios do corpo; tudo isso por intermédio da violência mais explícita como ferramenta de *necroempoderamento*⁵ (VALENCIA, 2010, p. 15).

No capitalismo gore, a destruição do corpo se converte ela mesma em um produto, na mercadoria, e a acumulação só é possível, agora, através da contabilização do número de mortos, já que a morte tem-se convertido em um negócio bastante rentável (VALENCIA, 2010; DAVIS, 2018). É interessante perceber, no entanto, a falta de poder explicativo dos discursos neoliberais quando se tratando desses fenômenos, em especial da morte de mulheres - voltaremos para esse assunto no tópico “4.3 ‘Ela era envolvida’: A Criminalização de Mulheres nas Tramas da Violência Urbana”. Nas malhas necropolíticas de um capitalismo gore, os fios de violência, do necropoder e do narcotráfico se costuram, desembocando em práticas capitalistas que se tecem na violência encomendada e na crueldade ultra especializada, as quais sustentam e atravessam formas de ser e estar no mundo em certas localizações geopolíticas, a fim de obter reconhecimento e legitimidade econômica (VALENCIA, 2010).

Algumas características que marcam sociedades atravessadas pelo capitalismo gore podem ser observadas tanto em Tijuana, Ciudad de Juarez, como em Fortaleza, a saber: a ascendência de governos autoritários, a gradativa erosão da sociedade civil, o aumento da violência contra mulheres, a deterioração dos direitos humanos e a transformação de certas cidades (áreas) em zonas de guerra (VALENCIA, 2010).

Alguns autores têm relacionado o boom da violência em determinados espaços geopolíticos com a ascensão de um certo tipo de masculinidade (GUSMÃO, 2019; SOUSA, 2019; VALENCIA, 2018; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Verde traz comentários importantes para pensarmos essas questões:

Verde: Certos territórios tão sendo saturados pela polícia, saturados, assim, de, chega no lugar, tem um bueiro, é... os meninos tão... a polícia chegou, os meninos tão se escondendo dentro do bueiro, e a polícia está atirando, tipo assim, se morrer, morreu.

Ingrid: Caramba

Verde: Tá rolando, assim, a gente percebe um recrudescimento da barbárie que a polícia militar tá realizando nos territórios, mas que territórios são esses? Quem é que tá nesses territórios? Aí, eu desconfio, a gente tem mapeado, que são, sobretudo, os do CV. E essa, e essa operação de saturação tem um impacto concreto nas escolhas dos meninos, a gente atende um caso que o menino é... avião e tal, [...], e tem outro... e tem o irmão, aí eu conversando com a mãe, aí o irmão disse... não, a mãe disse assim, “não, ele vendia”, perguntei, né, porque a gente teve um momento

⁵ Utilizamos aqui a definição de Valencia acerca do necroempoderamento, cujo entendimento refere-se aos “processos que transformam contextos e/ou situações de vulnerabilidade e/ou subalternidade em suas possibilidades de ação e autopoder, reconfigurando-os a partir de uma autoafirmação perversa garantida por meio das práticas de violência rentáveis dentro das lógicas da economia capitalista” (VALENCIA, 2012, p.84, *trad nossa*)

que precisou conversar sobre as atividades do menino, né, aí eu perguntei do irmão porque a gente tinha visto uma foto no Whatsapp do irmão que era um cara com uma mulher loira, muito bonitona, muito padrãozona, e colocando, com um revólver na boca dela, ela tava nua, a mulher.

Ingrid: Isso no facebook?

Verde: Era a foto de whatsapp do irmão....

Ingrid: Ah, tá.

Verde: Que não era o nosso atendido principal, só por tabela. Aí a gente viu a foto e ficou “gente, o que é isso?” É a expressão de uma masculinidade....

Ingrid: Tão tóxica.

Verde: Não, sim. Mas é só a expressão de uma masculinidade ou isso tem... é... isso tem a ver com as atividades que ele faz cotidianamente...?

Ingrid: Ah..

Verde: E o que significa essa imagem?

Nesse sentido, Verde se pergunta sobre essa imagem que, ao mesmo tempo, parece agenciar um tipo específico de feminilidade e masculinidade que se relacionam. Gusmão (2019) reflete sobre a construção de uma masculinidade hegemônica exercida em meio às disputas ilegais de drogas e armas, que pode estar intimamente relacionada à ideia cultural do homem como aquele que naturalmente é violento, fazendo com que, aos poucos, o exercício e a espetacularização da violência seja uma forma de afirmação da masculinidade⁶.

As reflexões de Valencia, Violeta e Verde sobre essa variação do capitalismo que espetaculariza e mercantiliza o derramamento de sangue nos mostra que o “gore” não está escondido nos porões, senão que é exibido no horário nobre da televisão, estampa jornais e atravessa cotidianas práticas de performar os gêneros, afetando de forma mais perversa corpos jovens e feminizados. Sobre isso, Vermelho nos relata que:

Vermelho: Mas há a questão da impunidade, há isso. E eu acho que é isso, é questão de organização mesmo. Questão de tipo, se eles colocam segurança em uma área X, em outras áreas fica totalmente descoberto, pelo menos a área periférica é a que fica mais descoberta, né, é o local que tem menos políticas públicas, que tem menos oportunidade, e eu acho que isso vai gerando cada vez mais conflitos, né? Tão matando meninas... como se fosse... mesmo facções de homens contra meninas ou algo desse tipo. Se bem que num é, mas eu acho que seja mais ou menos isso, a questão da falta de oportunidade, né, de trazer pros jovens hoje. Você vê que os que mais morrem... você não vê mulheres de 30, de 40, de 50... você vê as jovens como os jovens, né. Os meninos e as meninas eles não estão tendo uma oportunidade de vida, vamos dizer assim, e o desemprego contribui bastante, porque se eu não tô trabalhando, se eu não tô estudando, se eu não tenho oportunidade, eu vou fazer o quê? Eu vou ficar ociosa, eu vou ficar nas esquinas, eu vou ter a oportunidade de usar droga cada vez mais e... a falta de oportunidade, acho que essa é a frase, a falta de oportunidade pra ambas as partes, não só paras as meninas, mas também principalmente para os meninos. Né? Eu digo, não que meu filho seja uma pessoa errada, mas o meu filho tá dentro de casa hoje, ele tem 21 anos, por falta de oportunidade, por falta de emprego. Aqui no nosso bairro tem muitos projetos? Tem, mas esse projeto não abraça ele, não dá oportunidade pra ele, né, e ele é vítima do Estado, porque quando isso aconteceu com minha filha ele estudava, fazia curso e o curso técnico que ele fazia que era pelo Pronatec pagava ele pra ele ir para o curso, ele dava uma ajuda de custo, ele não pagava, dava uma ajuda de custo. Então era

⁶ O autor trabalha com a ideia de masculinidades hegemônicas; que podem ser localizadas regionalmente.

uma oportunidade sim o que ele tinha, hoje ele não tem isso. Eles exigem 300 milhões de coisas pra poder dar a oportunidade do jovem pra entrar no projeto. E essas exigências que eles fazem, principalmente em bairros de periferias, não dá acesso. “Não, eu não posso ir por causa disso ou por conta daquilo”. Tem muitos meninos aqui que passaram pelo socioeducativo e eles não têm oportunidade, assim como as meninas também. Né? Se faltar um documento, eles perde a oportunidade, então eu acho que eles deveriam ser mais acessível, acessíveis, entendeu? Mas meu filho usa porque ele quer? Ontem eu tava conversando com ele. Não, ele usa por falta de oportunidade. Ele diz assim “mãe, a senhora não sabe como tá a minha cabeça, eu queria muito trabalhar. Eu queria fazer um curso e esse curso me desse uma oportunidade de trabalho”. Mas pra ele fazer o curso, pra ele ter a oportunidade de trabalho, ele precisa estudar. Pra ele estudar hoje, eu digo hoje é até complicado porque ele tem depressão, ele é ansioso, então ele se refugia nas drogas. Hoje o Estado não me dá condição de trabalhar a mente do meu filho e ele precisa de uma saúde mental, ele não tem, né? Quem cuidava dele era minha filha Ingrid Maiara, e eu posso dizer pra você que eu acho que... a questão da educação, eu eduquei muito meu filho pra isso, assim como eu eduquei a minha filha Ingrid. E eu perdi essa oportunidade. Tudo que eu fiz foi em vão. Tudo que eu fiz foi em vão. E o Estado não te socorre, não vem uma pessoa aqui. Ele ligam, vêm aqui pra gente conversar e fica na conversa. Num fica no diálogo, tipo, “vamo fluir, vamo frutificar essa conversa, vamo deixar ela florescer”, né, algo de concreto, por exemplo... a Ingrid faleceu? Não, ela foi arrancada de mim covardemente, assim como foi arrancado o peito da filha dela com 1 ano e 8 mês, porque ela ainda mamava. né? E a minha neta também adquiriu uma depressão e uma ansiedade...

Nesse sentido, Vermelho aponta que a falta de acesso a políticas públicas e oportunidades, a precarização da vida, o abandono estatal e a falta de comoção pública da sociedade em relação a sua filha transforma tanto o Estado, como a sociedade em geral, em cúmplices nesse assassinato (BENTO, 2018) - e no de tantas outras. Vermelho nos conta, ainda, que:

Vermelho: A minha neta tinha 1 ano e 8 mês e ela mamava, era do tipo daquela criança viciada no peito, que pra dormir, não importa a hora que fosse, ela tinha que ter o peito, né? Eu não tive suporte pra ela de maneira nenhuma, e tive, entre aspas, por pessoas que não tinham nada a ver com a situação, é... e que me deram um apoio, um apoio tanto psicológico quanto moral, mas até pra isso eu também tive que ir atrás. ele não veio me dar o suporte, como chegou tão rápido a ligação “mataram tua filha e foi um policial”, ficou por isso, né? Hoje eu tenho um irmão preso sem provarem que foi ele que matou, eu provei quem foi o policial que matou minha filha e ele tá solto. Já tem 6 anos que eu luto por justiça e ele tá solto. O perito veio de Brasília, provou por A+B quem foi e ele tá solto. Ele é um homicida, duplamente qualificado e ele tá solto.

Esse descrédito em relação ao Estado e à polícia também aparece na fala da Amarelo quando conversávamos sobre uma maior brutalidade nas mortes das mulheres, em especial se comparada com as dos homens. Em relação a isso, ela indica que:

Amarelo: Então, é... as mortes são mais violentas porque são crimes de ódio. São crimes de ódio. É... os homens morrem com tiro porque... quando, assim, é claro que, por exemplo, a polícia quando mata um jovem na periferia é um crime de ódio também. É uma violência do Estado. É... mas quando um homem mata uma mulher, é um crime duplamente de ódio, né. A mulher ela é motivo de ódio. Ela é um corpo, objeto de ódio, né. Do outro há muitos séculos, né, a gente já foi queimada. Em

praça, né. Num é... desde sempre somos corpos de ódio. É... e existe já resistência, né, eu acho que volta até a primeira pergunta, eu acho que por isso, né, continuam nos matando, porque continuamos sendo resistência, né, é... sempre resistimos, fazendo poesia, fazendo levante, indo pro frente, fazendo guerra, indo pra rua, fazendo, assim, são diversas, as mulheres encontraram diversas maneiras diferentes, né, de... de se rebelar. É...tem mulheres que pintam o corpo e vão nua pra rua, tem mulheres que se colocam no meio da rua pro carro passar... é... tem mulheres que fazem exércitos de verdade, como as mães zapatistas... é... tem mulheres que fazem poemas, que também são bons pra luta. É... tem mulheres que fazem esses dados que nos permitem visibilizar, é... e todas essas coisas são importantes, né, juntas. É... leis, não sei em que medida são importantes, é... eu me sinto cada vez mais anárquica e não sei mais se acredito no Estado. Não! eu não acredito. Enfim... não acredito mais nessas vias e na polícia definitivamente eu não acredito, e... é claro que as leis são o que nós temos agora, né, e que elas nos ajudam agora, e que é o que a gente tem pra hoje, e que é um paliativo, né... mas eu também sei que essas leis encarceram muito mais as pessoas negras e pobres e que mantém verdadeiros criminosos fora.

Nesse sentido, Amarelo aponta que em meio a tanta violência, continua-se a produzir vida. O que, de fato, quer exterminar nessas lógicas de violência é a potência de produção de vida, no entanto, as relações de dominação e de poder nunca conseguem ser completamente totalizante (ROLNIK, 2018), fazendo com que haja brechas para a produção de vida (BUTLER, 2017; BENTO, 2018), no entanto, isso não significa que não haja efeitos e formas grotescas da violência se corporificar na vida das mulheres, em especial, mulheres periféricas. Nesse sentido, quando conversava com Rosa sobre o que parecem ser novas dinâmicas na violência urbana e os efeitos disso na vida de mulheres, ela apontou dois debates importantes para essa discussão:

Rosa: Então, tudo em relação às mulheres é carregado disso. Agora, é... acho que tem dois debates: um debate da... é... que esse recrudescimento da política criminal e da segurança pública, ele não é gratuito, ele tem um reflexo, e quanto mais... quanto mais a política tem esse rumo, mais reação tem também e vice-versa, né?

Ingrid: Sim.

Rosa: Então a violência, ela acaba se transformando numa moeda, e isso tudo envolve relações de poder que são pra muito além do nosso corpo, da nossa vida enquanto mulheres. A questão da guerra às drogas, né, do monopólio, do Estado como monopólio da violência, né, na verdade eu tenho a sensação que o Estado disputa isso.

Ingrid: Tá disputando isso.

Rosa: “Só eu posso ser violento”, né?

Dessa forma, Rosa demarca que esse contexto onde essa brutalidade ao corpo da mulher acontece é um contexto onde o estado disputa o poder de outorgar a morte com instâncias para-estatais (no caso de Fortaleza, as facções criminosas). Portanto, ela indica que os corpos das mulheres estão em meio à essa disputa. Conseguimos costurar o que Rosa traz com o que Valencia (2010) aponta como sendo um dos principais pontos do Capitalismo Gore, que é a perda do poder do Estado de outorgar as mortes, tendo - em especial nesse cenário de disputas faccionais - que disputar (ou, pelo menos, negociar) esse poder com

instâncias para-estatais. Nesse sentido, podemos pensar, a partir do que Rosa coloca, que um dos efeitos dessa disputa é a produção de uma economia da violência, onde a expressão/espetacularização da violência tem papel fundamental.

Podemos vislumbrar essa espetacularização da violência no vídeo que viralizou nas redes sociais em março de 2018, o qual mostrava três mulheres sendo torturadas, mortas e decapitadas por uma facção criminosa, e ao final, seu algoz exhibe as três cabeças cortadas. Uma das notícias que abordou tal acontecimento, “Três mulheres são torturadas, mortas e decapitadas em Fortaleza”, aponta que os rumores sobre o motivo do crime-vídeo são que as mulheres haviam se “envolvido” com a facção rival. Ribeiro (2019) nos indica que

“no monitoramento que o Fórum Cearense de Mulheres vem realizando, as notícias sobre esses assassinatos deixam perceber que muitos deles são cometidos com vilipêndio ao corpo e sobretudo a sinais padronizados de feminilidade: raspar os cabelos, decepar os seios e o próprio estupro anterior à morte.” (RIBEIRO, 2019, p.34)

Ora, esses são exemplos de como essas novas dinâmicas da violência urbana estão se efetivando, na vida de mulheres, através do gore. Valencia (2012) argumenta, também, que o exercício desse tipo de (necro)economia⁷ corporal

que reinterpreta o conceito de trabalho de maneira distópica está colada também a uma série de fatores: demandas excessivas de hiperconsumo ditadas pela economia global, heranças coloniais, construção binária do gênero e o exercício despótico do poder por parte de governos corruptos e autoritários que desemboca em uma crescente necropolítica” (VALENCIA, 2012, p.85)

Podemos observar, em Fortaleza, que uma das formas de exercício dessa crescente necropolítica se atualiza nos assassinatos de jovens mulheres na cidade. A reportagem “Com decretações via rede social, assassinato de meninas dispara no Ceará” (PAULUZE, 2020), a partir de dados do CCPHA e falas de mães que tiveram suas filhas mortas, demonstra bem como tem acontecido esses assassinatos.

Segundo a reportagem, Luiza, aos 15 anos, teve seu nome riscado em uma lista de meninas decretadas⁸, foi torturada por horas e levou sete tiros. Afirma a jornalista que longe

⁷ Ao utilizar a ideia de (necro)economia, ao invés de simplesmente economia, queremos dar ênfase no fato de que o fluxo de corpos mortos movimentando os corpos que estão vivos. Portanto, quem acumula mais corpos mortos tem maior poder de mobilização de corpos vivos. Nesse sentido, o acúmulo de corpos mortos equivale ao acúmulo de poder - e é claro que o poder que vem com esse acúmulo de corpos mortos é muito mais rentável quando essas mortes são espetacularizadas e ultra violentas, posto que dessa forma seria possível controlar determinada população não só a partir do poder de matar, mas também de um poder de expressão (ou um poder que se expressa) a partir da própria violência.

⁸ Meninas decretadas é como são conhecidas as meninas que devem ser mortas após a determinação de alguma facção

de ser um caso isolado, o caso de Luiza faz parte de uma série de assassinatos que vêm assolando o estado nos últimos anos. A reportagem ainda acentua dois pontos importantes que fazem parte dessa dinâmica de morte no que diz respeito às mulheres, a saber: 1) o motivo da morte refere-se às rivalidades entre grupos locais⁹ e 2) a exposição dessas meninas nas redes sociais antes e depois de sua morte.

As divulgações das decretações são feitas através de redes sociais, em especial, o Facebook. Todos os grupos realizam as decretações através de perfis anônimos e as ameaças as meninas sempre vem acompanhadas de insultos que não se dirigem aos homens, por exemplo "marmitinha", "vagabunda", "safada" ou "piranguieira" (PAULUZE, 2020).

As práticas de violência espetacularizadas não podem ser pensadas, aqui, de forma separada do capitalismo gore, visto que é exatamente essa espetacularização que vai rentabilizar o valor desses corpos na (necro)economia. Nesse sentido, Valencia (2010) acentua que o gore não é simplesmente uma forma de capitalismo, mas que o capitalismo está em devir-gore, fazendo com que o sistema de produção se multabilize para uma construção cultural biointegrada. Dessa forma, a espetacularização da violência não é simplesmente a exposição do gore, mas é, em si mesma, uma prática gore que desemboca em uma produção gore, cujo valor é ser o produto final na cadeia capitalística.

Portanto, não só o feminicídio, mas também essa espetacularização e mercantilização da violência, como no caso das meninas decretadas, podem ser considerados como “a expressão última da masculinidade utilizada como poder, domínio e controle sobre a vida das mulheres” (SAGOT, 2013, p. 7, *trad nossa*). A exposição dessas meninas e a forma como suas mortes montam um espetáculo de terror nas redes sociais deixa evidente a diferença de gênero, visto que essa forma de espetacularização não acontece com os meninos.

Nesse sentido, podemos considerar que essa espetacularização da violência nos corpos das mulheres tem função expressiva (SEGATO, 2005) e pedagógica que constrói e transmite a desigualdade e subalternidade dos corpos das mulheres com relação aos homens. Assim como o feminicídio, esse tipo de exposição não ocorre do mesmo jeito para todas as mulheres, sendo, portanto, exercício de uma necropolítica de gênero, onde, no caso da cidade de Fortaleza, as mulheres jovens negras e moradoras da periferia são as mais atingidas.

A falta de investigações e de judicializações por parte do Estado para com esses casos indica que esse tipo de violência

⁹ Mais especificamente três grupos são destacados: a facção cearense GDE (Guardiões do Estado), a carioca CV (Comando Vermelho) e a paulista PCC (Primeiro Comando da Capital).

não é causal, conjuntural ou o resultado de uma institucionalidade falida, mas sim um componente estrutural do sistema. Nessa perspectiva, a falta de vontade política de enfrentar e punir a violência contra as mulheres, em particular sua forma mais extrema, sugere que há cumplicidade do Estado, que se torna um componente essencial para o funcionamento da necropolítica de gênero (SAGOT, 2013, p. 10).

Inclusive, as mesmas mulheres que são mais atingidas por essas formas de violência também são as que mais sofrem com a falta de investimento em políticas públicas, como pode ser visto na reportagem do Jornal O Povo, intitulada “Meninas são as que mais sofrem com a falta de investimento em políticas públicas no Brasil” (VIEIRA, 2020). A reportagem indica a pesquisa “Infância, gênero e orçamento público no Brasil”, realizada pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), cujos resultados apontam que foram observados altas reduções de gasto no que diz respeito ao combate a problemas que tem as meninas como suas maiores vítimas, como o casamento infantil, a exploração sexual, assassinato na juventude e evasão escolar (VIEIRA, 2020).

Portanto, independente dos inúmeros avanços nacionais no campo político, de reivindicação de direitos e de criação de políticas públicas de proteção para as mulheres, em Fortaleza a violência contra a mulher está em ascensão tanto em sua faceta doméstica, como também vem aparecendo novas formas de violência a esses corpos, em especial, dentro do que Segato (2014) aponta como um cenário de *guerra informal* - e que aqui estaremos nos referindo ao atual contexto de disputas faccionais no Ceará.

Segato (2014) sustenta a ideia da existência de uma descontinuidade nos atuais paradigmas de guerra, que seriam caracterizados por uma informalização e uma dualidade estatal e, a partir daí, haveria um ponto de virada onde o uso dos corpos das mulheres apontam para uma rotação do próprio modelo bélico de guerra. Nas palavras da autora:

As guerras da antiga Iugoslávia e de Ruanda são paradigmáticas destas transformações e inauguram um novo tipo de acionar bélico em que a agressão sexual passa a ocupar uma posição central como arma de guerra produtora de crueldade e letalidade, dentro de uma forma de dano letal que é simultaneamente material e moral. A impressão que emerge desse novo acionar bélico é que a agressão, a dominação e o estupro já não são, como foram anteriormente, complementos da guerra, danos colaterais, mas sim que adquiriram centralidade na estratégia bélica. (SEGATO, 2014, p 342-343).

A conflitividade informal está atualmente em expansão, em especial, na América Latina - onde podemos encontrar: 1) conflitos marcados pela não delimitação estatal de territórios, 2) a não existência de rituais ou cerimônias específicos que marquem a vitória ou a derrota, ou mesmo a própria “declaração de guerra”, 3) o fato de que as tréguas são sempre provisórias e instáveis, entre outros pontos importantes (SEGATO, 2014). Segundo Segato (2014) então, as assim conhecidas “guerras internas” ou “conflitos armados” - e

acrescentamos as “disputas faccionais” - fazem parte desse universo bélico informal ou com baixos graus de formalização.

Dessa forma, a violência operada nessas disputas não pode simplesmente ser delegada à uma pessoa, mas à “facção como um todo”. No caso dos corpos das mulheres, tanto Rosa como Segato (2014) vão indicar que a violência que se opera nessas disputas e, portanto, nas dinâmicas da violência urbana, parece operar um código que expressa o corpo da mulher como o lugar onde a própria estrutura da guerra é travada, no sentido de indicar que a destruição do corpo de uma mulher de uma facção é o “documento informal” da própria derrota desta mesma facção, por conseguinte, neste contexto, “o corpo da mulher é o bastidor ou suporte em que se inscreve a derrota moral do inimigo” (SEGATO, 2014, p 345, *trad. nossa*).

Na entrevista com Rosa conversamos sobre essa questão da brutalidade com relação aos assassinatos dessas mulheres:

Rosa: E... ao mesmo tempo... é... o corpo da mulher, ele não passa do lugar de um instrumento, né, ou de um objeto, de algo que tá no meio desse conflito aí, que não tem nada a ver, teoricamente, com nosso corpo, como se assim, a briga não passa, a briga passa pelo nosso corpo à medida em que ele é utilizado, mas não é sobre ele, é sobre qualquer outra coisa, né, sobre a disputa do território, é sobre essa disputa, né, simbólica, né, que tem por trás dos conflitos, é por várias coisas mas não é sobre nós. Não diz respeito a nós, porque pras mulheres, e aí eu acho que não tem como descolar do encarceramento das mulheres, que houve um aumento também, mas não tô recordando desse dado, mas eu acho que é 800%...

Ingrid: Eu também não lembro, mas...

Rosa: É uma coisa assim...

Ingrid: É uma coisa bem alta mesmo.

Rosa: O encarceramento das mulheres por ocuparem esse espaço no crime organizado, né. Mas aí a gente tem que se perguntar em que circunstância, em que condições essa ocupação tá acontecendo, é, e muitas vezes, a maioria, por exemplo, de mulheres que estão no IPF, estão presas porque ou tavam levando droga pros companheiros, né, na hora mesmo da visita é presa, ou porque serviu de avião, ou porque cumpriu uma determinada tarefa, né, dentro da estrutura lá administrativa do tráfico e não necessariamente ela é a chefona que tá ganhando um monte de dinheiro, às vezes ela tá fazendo isso porque inclusive o mercado de trabalho pras mulheres e sobretudo mulheres mães, é algo que não é possível, né? Então, é... o corpo da mulher é um instrumento, né, pra atingir o outro, é uma arma. O corpo da mulher é feito equiparado a uma arma, né? A uma arma porque no corpo da mulher tá presente alguma dimensão de afeto, mas sobretudo, porque é no corpo da mulher que está uma propriedade.

Ingrid: Sim.

Rosa: Uma propriedade que tem alguém que é titular, não é ela.

Ingrid: Não é ela própria.

Rosa: Alguém é dono daquele corpo, e se eu tô destruindo aquele corpo, eu tô atingindo alguém.

Ingrid: Que é o dono, né?

Rosa: Que é o dono. Então não muda muita coisa dos... dos... enfim, dos propósitos, né, do modus operandi, é tudo parecido, é igual à história da guerra, a velha história da guerra, né, quando um exército conquista um território, a primeira coisa que acontece é estupro, né, e todas as formas de violência sexual porque dominar o território implica dominar as mulheres. Domínio, aliás, domínio é uma

palavra que a gente precisa explorar mais, assim, porque é uma espécie de domínio, né? Decidir sobre a vida e tal daquela pessoa que é a companheira, a namorada, a ex, sei lá, do outro cara do outro território já é exercer um domínio, uma posse, se dominar o seu mercado, eu domino algo que é seu. (Entrevista 3)

Dessa maneira, Rosa aponta que a sexualização dos corpos das mulheres e a brutalidades/tortura em suas morte diz respeito ao fato de que as mulheres são vistas/construídas equiparadas à armas, portanto, objetos. Como ela mesma aponta, as mulheres são propriedades e, nesse caso, “a guerra” (ou essas disputas entre grupos armados, incluindo aí o Estado) diz e não diz respeito às mulheres: diz respeito às mulheres porque é através do domínio sobre nossos corpos que a guerra é situada - dessa forma, nossos corpos são instrumentos nessas disputas; e não diz respeito às mulheres porque a disputa em si não é sobre nossos corpos, mas sim em nossos corpos.

4.2 Femi-geno-cídio como dispositivo de uma Necropolítica de Gênero

Atualmente no Ceará, podemos observar a relação existente entre sexismo, machismo e racismo na transformação de jovens mulheres em alvos do belicismo no estado, como no aumento exacerbado do encarceramento em massa feminino nos últimos anos e na política de guerra às drogas, principalmente através da produção do desejo de uma hipermasculinidade violenta nas sociedades contemporâneas ocidentais. Tal desejo está presente nas facções criminosas e é reconfigurada na necropolítica à brasileira (RIBEIRO, 2019).

A problemática do assassinato de jovens mulheres no campo público e urbano nos possibilita ver a conexão entre as questões referentes à violência contra mulheres e à violência urbana, fazendo com que os debates acerca da violência contra a mulher ultrapassem o limite do campo doméstico (PASINATO, 2018), ou ainda que urbano e doméstico não estão tão separados assim como poderíamos imaginar em um primeiro momento. O aumento dos índices referente aos crimes violentos letais e intencionais (CVLI) é reflexo da forma seletiva que os mesmos percorrem na cidade, com intensidades diferentes em certas regiões e certos corpos (Barros, Benício, 2017; Negreiros et al., 2018; Cassol, Silva & Dinarte, 2018), e que nos últimos anos tem atingido de forma mais brutal jovens mulheres negras que habitam as periferias da cidade.

As periferias de Fortaleza são reconhecidas por seus altos índices de precarização da vida, em especial são caracterizadas pela ausência estatal - e quando presente, o Estado ecoa nesses lugares com uma polícia violenta, ostensiva e militarizada - onde o direito de

cessar vidas é naturalizado e normativo. O relatório produzidos pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios de Adolescentes em 2017 evidenciou que, em Fortaleza, 41% dos/as jovens assassinados/as em 2016 residiam nesses espaços. Esses relatórios indicam que existe uma relação direta entre determinados espaços (as periferias) e o aumento de assassinato de jovens na cidade, possibilitando-nos pensar que essas mortes são territorializadas. O fato de não existirem dados nesses relatórios abordando questões sobre raça e classe, ao invés de nos fazer calar sobre essas questões, impele-nos a configurar a territorialização dessas mortes como uma pista para pensarmos os arranjos e intersecções entre território, raça e classe na cidade.

Ao atualizarem e maximizarem a precarização da vida de jovens mulheres negras que habitam as periferias da cidade, as dinâmicas da violência urbana evidenciam-se, então, como necessárias para pensarmos os rastros de uma história colonial no Brasil e também suas atualizações, onde as formas de subalternização das mulheres são atravessadas pelos processos de silenciamento (KILOMBA, 2010), de racialização e de generificação dos corpos (CARNEIRO, 2011, BORGES, 2018). Portanto, um dos pontos fundamentais acerca da violência contra as mulheres, no Brasil, está fixado na inseparabilidade estrutural entre racismo e sexismo, configurando rastros históricos atravessados pela escravidão e pela colonização (GONZALEZ, 2019; DAVIS, 2016; LUGONES, 2014).

A partir dos apontamentos colocado por Segato (2014) sobre as guerras informais, abordados no tópico anterior, ao invés de corroborarmos com o ponto de vista de que o aniquilamento e a submissão dos corpos das mulheres a outras violências são meramente efeitos colaterais da atuação de coletivos criminais na dinâmica da violência armada, entendemos que a precarização, a destruição e espetacularização da tortura dos corpos feminizados ocupam um lugar central nas tramas da violência urbana no Ceará, indo além das organizações criminosas e estando atravessadas por uma desresponsabilização estatal e social diante dessas vidas.

Dessa forma esse contexto indica operações de uma necropolítica de gênero (SAGOT, 2013), onde determinadas mulheres são privilegiadas em detrimento de outras. O fato de que as mulheres mais vitimadas no contexto da violência urbana em Fortaleza são negras jovens e moradoras das periferias da cidade, nos indica que essas dinâmicas sociais operam para diferenciar mulheres, tornando a vida de umas mais importante que outras.

Esse novo acirramento bélico tem por base, então, o exercício do que a autora nomeia por femi-geno-cídio, um tipo de feminicídio. Ao discutir sobre os vários tipos de violência contra as mulheres nas sociedades contemporâneas, Segato (2014) tipifica dois

modos de pensar os feminicídios: o primeiro deles refere-se às mortes que estão conectadas à motivações de ordem pessoal, onde geralmente se vislumbra uma relação prévia de intimidade entre a vítima e o agressor; já o segundo configura-se a partir de uma impessoalidade, onde tem-se por objetivo não só a morte, mas a destruição do corpo - não é possível individualizar ou pessoalizar o motivo do crime, visto que não há como estabelecer uma relação de intimidade prévia entre agressor e vítima. Esse último a autora classifica por femi-geno-cídio (SEGATO, 2014).

A categoria “femi-geno-cídio” (SEGATO, 2014) ajuda-nos a refletir acerca dessa nova dinamização no contexto de violência urbana e nos auxilia a pensar uma fronteira muito mais porosa entre os campos da violência contra as mulheres e da violência urbana, em especial frente essa espetacularização da violência que não é só letal, mas acompanhada de uma brutalidade indescritível e tortura contra os corpos das mulheres, como temos acompanhado nesses últimos anos nas tramas da violência urbana no Ceará (RIBEIRO, 2019).

Em relação a espetacularização da violência, tem-se, além da exposição de vídeos de tortura e crueldade contra mulheres, uma outra forma de espetacularização: a decretação de mulheres. Ressaltamos aqui, mais uma vez, que nosso intuito não é a responsabilização plena dos acirramentos entre facções acerca do aumento do número de morte de mulheres, no entanto, também não podemos cair na armadilha de desresponsabilizar esses grupos. De fato, a relação entre as facções, seguindo uma lógica de guerra de amizade ou inimizade, pode contribuir tanto para a redução, como para a ampliação do índice de morte de mulheres em Fortaleza. A inscrição de mulheres jovens nas facções, ou mesmo a habitação de determinado bairro tomado por alguma facção e, ainda, a manutenção de relações com pessoas “faccionadas”, possibilitam que essas mulheres sejam vítimas dos conflitos entre esses grupos armados; e uma outra forma de fazer esse “acerto de contas” é a exposição cruel dessas meninas em redes sociais, onde elas são “marcadas para morrer”. A esse processo dá-se o nome de “decretação”.

A decretação ocorre a partir do compartilhamento de suas fotos, seus nomes junto a xingamentos misóginos e relatos de como o crime vai acontecer, se com tortura e em que partes do corpo, etc (PAIVA, 2019). A realidade dessas novas dinâmicas da violência urbana e esse novo acionar bélico tem, cada vez mais, produzido uma espetacularização da violência contra mulheres e um aumento no número de morte de mulheres jovens, ao passo que diminui-se o índice de morte/assassinato da população geral (CEARÁ, 2019; VIEIRA, 2020). No contexto das periferias cearenses e da inimizade entre as facções, a subjugação da mulher negra e pobre se expressa na transformação de seu corpo em território de disputa,

inscrição de posse e palco de exercícios performativos hipermasculinizados por integrantes das facções, sendo tais exercícios sinônimo de força e um dos possíveis amálgamas simbólicos entre membros dos coletivos criminais em busca de reconhecimento (SEGATO, 2014). Nesse sentido, propomos o femi-geno-cídio e as formas de espetacularização da violência contra mulheres como dispositivos de uma necropolítica de gênero, onde os marcadores sociais de raça, classe e gênero se interseccionam e se arranjam de modo a produzir mulheres mais facilmente matáveis que outras.

4.3 “Ela era envolvida”: a criminalização de mulheres nas tramas da violência urbana como operador psicossocial de produção de vidas não passíveis de luto

Para apontar de modo mais específico como essas tessituras vem afetando a vida das mulheres, em especial as mulheres jovens negras que habitam as periferias de Fortaleza, usaremos dois exemplos que estão situados na rede de violência apontada no capítulo anterior: a veiculação de vídeos de tortura e a operação de criminalização das mulheres.

A recente proliferação, especialmente a partir das redes de comunicação online (Whatsapp), de vídeos de tortura com mulheres dentro desse campo das disputas faccionais é outro ponto importante neste debate. É importante que nos perguntemos: o que esses vídeos fazem?

Segundo Butler (2016), a imagem, assim como a imagem no vídeo produzido por uma câmera, produz um tipo de enquadramento que permeia os campos do visível e do invisível. Quando nos perguntamos que enquadramento esses vídeos estão produzindo, ao passo em que também observamos o que está sendo dito sobre eles (ou seria, sobre elas?) nas notícias dos grandes jornais de Fortaleza, certamente chegaremos a um ponto em comum: produz-se a figura da envolvida. Ou seja, o que vemos nos vídeos são mulheres envolvidas que estão sofrendo as consequências de terem se envolvido com organizações criminosas. E isso parece, de alguma forma, satisfazer um certo tipo de entendimento de quem está vendo ou falando sobre o vídeo. O objetivo do vídeo é ser comunicado e ele é, ele circula. Mas o que ele comunica? O que ele transmite? E mais importante, o que há no vídeo para que ele seja (re)produzido tantas vezes?

Talvez possamos especular que o vídeo comunica e (re)produz o enquadramento da envolvida e, decerto isso aloca uma série de efeitos. Um dos efeitos que condiz questionarmos aqui é a criminalização das mulheres ditas envolvidas: Por que a criminalização dessas mulheres, de certa forma, parece legitimar a desresponsabilização do

Estado frente essas vidas? Podemos atestar um exemplo dessa criminalização quando participei de uma audiência pública que ocorreu na assembleia legislativa em 2017 sobre o atual cenário do aumento de assassinatos de mulheres e uma das falas proferidas pelo delegado presente foi: “(...) é importante que a gente perceba que essas mulheres não estão morrendo por serem mulheres, não tem nada a ver com isso, elas estão morrendo porque estão se envolvendo com o tráfico de drogas”. É esse tipo de fala que circula mais facilmente pela cidade. Rosa também estava presente nessa audiência pública e acabamos conversando sobre essa fala do delegado durante a entrevista:

Rosa: Eu lembro demais. É, tem o estigma, né, construído a partir das pessoas que são supostamente envolvidas... é como se fosse criado um novo tipo de indivíduo, né? O cidadão comum e o envolvido. E obviamente, esse segundo é um cidadão de uma subcategoria, não é, não merece, portanto, proteção do Estado, não merece serviço público, não merece nada, só morrer. Aliás, o próprio secretário já disse, né, “é o presídio ou o cemitério”. Então essa categoria da pessoa envolvida já é por si só um tipo de gente que não é gente. Imagine se esse envolvido é uma mulher, porque eu tenho a sensação aqui que as duas grande regras são, a primeira delas é romper aquele estereótipo de docilidade e subserviência da mulher, né, de que jamais ela poderia cometer um delito, porque ela não pode sequer sentar com as pernas abertas, imagine cometer um crime. Então as mulheres são duplamente criminalizadas sempre também por isso, né, porque rompem aquela ideia da mulher que necessariamente exerce uma maternidade, é complacente, é paciente, fala baixo...

Ingrid: do sexo frágil, né?

Rosa: Exato, né, então já tem aí. E aí essa envolvida, né, que já é essa pessoa, que já é uma subcidadania e que se agrava ainda mais porque é uma mulher, é alguém que não se conhece, né, alguém sobre quem não se conhece nada, absolutamente nada, só que ela é envolvida, e ninguém sabe exatamente em que aspecto, em que medida, pra quê, se é pra sobreviver, se num é, né... se ela, porque não é admitido isso. Quando o jornal diz “é envolvida”, quando alguém diz “é envolvido”, pronto, tá resolvido o problema.

Portanto, Rosa demarca que, no caso das mulheres, diferentemente dos homens, essa criminalização envolve uma dupla culpabilização que é tanto a do delito, como a do rompimento com uma ideia hegemônica do que é “ser mulher”, desmanchando a narrativa de que o “ser envolvida” não diz respeito ao gênero. Na matéria do El País (2018) “Na guerra de facções, número de mulheres mortas no Ceará explode”, podemos perceber essa narrativa quando o delegado titular da investigação sobre a morte e tortura de três mulheres em Fortaleza diz que: “São casos que não podemos entender como feminicídio (...) A principal hipótese que temos deste aumento nas mortes de mulheres é o envolvimento delas nas facções. Quando olhamos os casos de feminicídio, houve uma redução de 50% no Estado”.

Essa questão dos registros dos feminicídios é um campo que está constantemente em disputa, e o uso que é feito desse dado sobre uma suposta redução dos casos de feminicídio apaga completamente a questão das mulheres do cenário. Rosa argumenta que,

mesmo que levássemos ao pé da letra essa questão de que as mulheres estão se envolvendo mais com o tráfico,

Rosa: a gente tem que se perguntar em que circunstância, em que condições essa ocupação tá acontecendo, é, e muitas vezes, a maioria, por exemplo, de mulheres que estão no IPF, estão presas porque ou tavam levando droga pros companheiros, né, na hora mesmo da visita é presa, ou porque serviu de avião, ou porque cumpriu uma determinada tarefa, né, dentro da estrutura lá administrativa do tráfico e não necessariamente ela é a chefa que tá ganhando um monte de dinheiro, às vezes ela tá fazendo isso porque inclusive o mercado de trabalho pras mulheres e sobretudo mulheres mães, é algo que não é possível, né?

Rosa traz pro debate o fato de que dizer que essas mulheres estão morrendo porque estão se envolvendo mais com o crime, na verdade, não explica essas dinâmicas sociais. É necessário, portanto, entender, quando esse envolvimento acontece, em que medida, como, e o quê mantêm esse processo. Nossas companheiras de pesquisa indicam, então, que a problemática da morte de mulheres em Fortaleza é um fenômeno que não tem como ser delegada a um fator ou uma causa específica, mas sim a um conjunto de questões que estão o tempo todo atravessando umas às outras e também esse próprio fenômeno.

Verde também estava presente nessa audiência pública e sobre a fala do delegado, ela aponta que

Verde:É...e aí como é que se relaciona, né, eu acho que é importante essa dimensão de entender como um processo político para além do, inclusive para além desses casos, né, do que os caras fazem ou deixam de fazer, mas como é que certas populações tão sendo expostas a morte, né, é... e não só, e aí é interessante adentrar e na vida concreta das pessoas essas instâncias se articulam, Estado... e aí tem uma coprodução, de... Estado e gênero muito importante nessa fala do delegado, né, que ele, é, o Estado tá produzindo narrativas, tá pondo em circulação, enfim, o Estado... coloca bem genericamente, mas tá colocando em circulação várias narrativas sobre gênero, então qual é a mulher que preocupa pro Estado? Quem é essa mulher? Me parece ser aquela que sofre a violência doméstica no mesmo lugar da coitadinha, da pobrezinha e tal, e que nem essa, mesmo as que mais se encaixam nesse perfil, o que é difícil, porque ninguém é só uma coisa, tem o atendimento, a atenção devida, mas, é também tá produzindo uma série de mulheres matáveis, “ah, não, as mulheres que tão envolvidas com o tráfico, as mulheres que...” então aí colocando uma ideologia de gênero, né, dizendo, é... tem certas mulheres dignas

Verde nos dá pistas para pensar a cumplicidade do Estado no que diz respeito aos assassinatos das meninas. Como ela bem explicita, o Estado produz narrativas sobre esse fenômeno que criminaliza as mulheres que morreram, ou seja, além de não ter poder explicativo no que se refere ao entendimento das dinâmicas de como essas mortes estão acontecendo, exerce um poder de culpabilização das mulheres sobre suas mortes. O efeito da narrativa neoliberal é exatamente a própria desresponsabilização estatal e a produção de mulheres matáveis, o que atesta a cumplicidade exercida pelo próprio estado nesses crimes, consolidando uma necropolítica de gênero muito mais que a combatendo. Quando perguntei a

Violeta o que ela achava e como ela lia essa narrativa que criminaliza as mulheres, ela me respondeu que:

não dá pra dissociar da masculinidade e a gente pensa os contextos intergeracionais e de gênero e de classe, de território, enfim, né, tudo isso, assim... bem engembrado nessa dinâmica e tal, complexa pra caramba, é... cara, o discurso punitivista, né, e de guerra às drogas, e por aí vai, sempre vai ser um explicador meio que mais fácil, assim né... e que sobretudo culpabiliza esse sujeito, né? Que isso é... isso é o que a gente sempre... né, tem que tá alerta e incomodado, o quanto a violência ela é tal nesses contextos de violência armada, elas buscam uma explicação... na culpa dessa pessoa. E aí, assim, nisso em especial, eu não sei o quanto... o quanto vai diferir do discurso dos adolescentes como um todo, né? O que marca, inclusive, os debates políticos da redução da maioridade penal, né, do aumento do encarceramento, e por aí vai. E lembrando agora, né, e aí o aumento do encarceramento feminino também. E aí óbvio, né, que aí a construção dessa narrativa, ela vai ser mais simplista, coloca a culpa nesse sujeito, constrói políticas de segurança mais ostensivas e recrudescedoras e não pensa esse campo social, né, de uma forma mais ampla, no próprio campo da escolaridade, da oportunidade de emprego, de cultura, lazer, qualificação urbana, e por aí vai, né? Então assim, esse é o discurso policial dos programas policiaescos, né, que enfim, invadem as casas das pessoas e violam os direitos humanos em todos os níveis... e aí eu acho que no cenário das meninasseria... seria... ingênuo a gente pensar que esse discurso não fosse construído sob essa mesma lógica que já vinha sendo, né... que já vinha sendo pros meninos. E aí o quanto é... de novo, o quanto o cenário das meninas era mais horroroso, né, entendendo esses marcadores e essas intersecções que oprimem e subalternizam, na ótica das meninas, e isso vai demarcar também, né, “olha a mulher safada, envolvida, tava levando droga pra o num sei o quê mais lá”. Merecia mesmo era morrer, pra no fim, obviamente, fechar com... fechar dessa forma, né, a morte era merecida, a morte era já pensada. E aí é isso, a morte como um projeto, né, e aí as questões da necropolítica aí envolvidas, imersas nesse cenário... a morte como projeto. E aí, é... interseccionando essa mulher aí, essa menina adolescente, mulher no qual a gente fala, vai ser, vai tá como a bucha de canhão, né? A da frente, assim, é duríssimo, assim, né, é duríssimo mesmo.

Nesse sentido, Violeta coloca que essa narrativa de criminalização não é algo especificamente novo. Essa narrativa, marcada por um discurso punitivista, já vem sendo construída para com os meninos - em especial, os meninos negros e da periferia. E que essa narrativa de criminalização indica exatamente o que Azul também pontuou, que a morte aqui já estava prevista, já era esperada. Sobre essa questão, Vermelho nos indica que:

Vermelho: É porque é mais fácil, né, culpar alguém como elas próprias, por exemplo.

Ingrid: Exatamente.

Vermelho: É mais fácil, assim, como eu te disse no início, a segurança aqui ela não existe. Vamos dizer que os meninos daqui mesmo eles fazem nossa segurança.

Ingrid: Aham.

Vermelho: Porque quando a polícia chega a gente tem medo. Eu pelo menos não é a primeira vez que eu fui vítima do Estado, já tinha sido outras vezes... eles também são. Aqui a gente cotidianamente, diariamente, eles vêm, eles não fazem o serviço como tem que fazer. Se eles tão fazendo um serviço de busca de arma, faz um serviço de busca de arma decente, porque eles não chegam na classe alta, na Aldeota, por exemplo, lá na Dom Luís, onde tem os prédios mais altos, e vai dizer “bora vagabundo, bota a mão na cabeça”.

Ingrid: Sim.

Vermelho: Pra eles, num sentido geral, nós somos vagabundos, porque somos pobres, somos pretos, somos favelados, então a gente é excluído do quadro deles de segurança. Pra nós aqui não existe segurança. Aqui atrás da minha casa tem o Ceará Pacífico e tem o 1º Distrito, mas eles não chegam aqui dentro desse bairro, nessa praça com respeito. Eles não têm respeito à gente. Então é mais fácil eles dizerem pra mídia e a mídia não contribui com esse momento pra dizer que falta isso... ela não diz isso, ela diz que as meninas estão envolvidas, entendeu? Mas se elas estão envolvidas... ou muita das vezes não estão, porque quando mataram minha filha ela morreu como uma traficante, porque o policial disse que ela tinha atirado na viatura, a minha filha tava trabalhando numa barraquinha, então ela voltou pra pegar uma arma e atirar na viatura? Isso não existe. E isso é o que eles falam como argumento de defesa pra eles, pra dizer assim “nós não estamos mostrando serviço”, pelo menos aqui eles não são, eles não trazem serviço pra gente aqui, eles não trazem. Muito pelo contrário, a gente fica com medo da reação que eles possam ter e fazer mais uma vítima. E fazer mais uma vítima. Eu pelo menos já tive que conversar com vários policiais aqui pra dizer que eles trabalhassem direito. Numa busca de armas eles vieram, tinha um amigo nosso aqui na frente, e eles vieram “bota a mão na cabeça” e já vem com a escopeta já no ponto de atirar...

Ingrid: Nossa...

Vermelho: Porque eu acho que não é pra ser assim... eles não fazem isso em outro canto, eles fazem isso aqui na favela, e eu num falo só dessa, eu falo de todas que existem dentro de Fortaleza... né? A gente já se sente reprimido, retraído, nós num temos que ter medo dos policiais, porque eles são nossos funcionários.

Vermelho, na realidade, faz-se a seguinte pergunta: “Segurança para quem?”, questionando, então, tanto as ações da polícia, como a legitimidade do Estado ao se presentificar nas periferias da cidade apenas a partir de uma polícia violenta. Ao dizer que essas ações da polícia não acontecem nos “bairros nobres” da cidade, ela denuncia o caráter de indução e maximização de precariedade que atravessa a vida de certos corpos e certos bairros na cidade (BUTLER, 2016). Ao explicitar que se é “vagabundo” porque se é preto, pobre e favelado, ela explicita que o enquadramento, aqui sendo “vagabundo” ou “envolvida”, é atravessado pelas questões interseccionais, ou seja, transforma-se o “preto, pobre e favelado” em vagabundo, porque, dessa forma, sua morte é legitimada (VALENCIA, 2010; BENTO, 2018).

Nosso desafio é exatamente pensar quais as diferenças entre uma narrativa que criminaliza os meninos e uma que criminaliza as meninas - quais são os efeitos produzidos no caso das meninas, que aqui são mulheres jovens periféricas. Nesse sentido, observamos que nessa relação entre os campos da violência contra a mulher e a violência urbana em Fortaleza, produz-se o aparecimento da figura da envolvida. Segundo Prado (2016), “a interpelação é uma chamada que constantemente perde seu rastro, que requer o reconhecimento de uma autoridade, ao mesmo tempo que confere identidade ao obrigar a esse reconhecimento com êxito” (PRADO, 2016, p. 27). Desse modo, talvez possamos pensar que essa operação de produção da envolvida acontece como uma interpelação, isso implicaria pensar que a identidade da envolvida não existiria anteriormente ao próprio ato de interpelação, mas sim é

formulada por ele. Ou seja, a cada vídeo, a cada notícia, a cada fala em que se criminalizam as mulheres, condenando-as como envolvidas, essa identidade é formulada. Assim, a sedimentação do uso do nome envolvida, seu uso repetido, garante sua força no sentido de reiterar essa própria produção.

No entanto, é importante ressaltar que essa sedimentação não se dá de forma totalizadora; existem outras narrativas circulando acerca do uso do nome envolvida. Quando conversei com Azul sobre a questão das mortes das mulheres, perguntei-lhe o que ela achava das pessoas dizerem que as mulheres mortas estavam envolvidas, e ela me respondeu:

Azul: Velho, sei lá, eu acho isso um absurdo, entendeu? Eu acho isso um absurdo, como eu falei na minha fala anterior, morte de mulheres não vem de agora, entendeu? São coisas que desde antigamente já acontecia, entendeu? Hoje, infelizmente, a gente vê um aumento significativo em relação a violência, entendeu? A gente pode ver isso em relação a violência e se você parar pra reparar, tipo, a minha visão é que sempre quiseram achar uma desculpa, entendeu? A sociedade em si sempre quis achar uma desculpa pra poder justificar, entendeu? “ah, mas e daí que foi o cara que morreu” entendeu? “e daí que foi o cara que matou a mina?” “e daí que ele era marido, namorado dela?” “É porque ela era envolvida, ele era envolvido também, então, ó, tanto faz”, sendo que não é assim que funciona, né, entendeu? Não é assim que funciona. É que hoje em dia você tem que ter a noção de que tudo isso se tornou meio que... é justamente um ciclo, entendeu? É um ciclo que se adequa não só às mulheres, mas também como toda a sociedade em si, é um ciclo, entendeu? Porque querendo ou não, mais homens entrando pro crime quer dizer um aumento significativo da maioria dos problemas, que vão sendo atingidos, entendeu? Porque... porque que esse cara entrou pro crime? Porque? Tá faltando isso, aquilo, entendeu? E aquela mulher que tá acompanhando ele? Não poderia ter tido uma oportunidade melhor? Não poderia ter tido outro caminho? Então, assim, ao meu ver, a maioria das pessoas querem arranjar uma desculpa, uma justificativa, uma coisa que justifique a morte, entendeu? A morte em si, seja de homem ou de mulher, entendeu? Só que hoje infelizmente a gente tem que bater cada vez mais profundo na tecla de que cada vez mais mulheres estão morrendo, entendeu? E seja por A, seja por B, é vida que a gente tá falando, são vidas sendo ceifadas por miséria. Porque uma coisa leva a outra, entendeu? A miséria leva ao crime, e o crime leva a coisas que você nem imagina, entendeu? Porque como eu falei no dia da palestra, tem muitas pessoas que não conhecem a visão, não conhecem uma periferia pra ter argumentos pra falar sobre isso, acha que favela é aquilo que vê na televisão, na novela, quando na verdade não é assim que funciona, entendeu? O crime existe na vida real, mulheres apanham na vida real, mulheres morrem na vida real e não há nada que justifique, entendeu? Então eu acho esse tipo de fala um absurdo, infelizmente hoje podemos ver que a mídia tá cada vez mais fascista, uma mídia que cada vez se torna mais suja, pra vender uma imagem, uma coisa que muitas vezes as pessoas não tem essa informação dentro de um barraco de favela, que liga sua televisão e só sabe ver o rota, entendeu? Só sabe ver ali o Barra Pesada.

Quando Azul indica que essa narrativa de criminalização é uma desculpa, uma “justificativa”, para que se continue matando mais mulheres (e que isso não se restringe apenas a mulheres), ela coloca em evidência que na nossa sociedade existem vidas mais importante que outras e que, na realidade onde ela mora, sempre houveram muitas mortes, tanto de homens, como de mulheres. Ao mesmo tempo, Azul também subverte esse discurso que torna algumas pessoas sujeitos desimportantes ao dizer que não importa o motivo da

morte - nós estamos falando de vidas que estão sendo interrompidas. Ou seja, dizer que as mulheres estão morrendo por estarem se envolvendo mais com o tráfico de drogas não deveria servir para que nós pensemos que já entendemos o que está acontecendo. Na verdade, Azul coloca essa questão do envolvimento como uma pista para que possamos entender melhor as dinâmicas da violência na cidade. Se as mulheres estão se envolvendo mais, então é preciso que nos perguntemos em que condições esse envolvimento se dá, quais são as rotas de fuga possíveis a esse envolvimento etc.

Nesse sentido, Azul faz circular uma nova narrativa sobre esse uso do nome envolvida, que justamente questiona esse nome - ela aponta que esse nome é uma justificativa para que se faça morrer mulheres. A partir da fala dela, podemos pensar que esse uso hegemônico que é feito do nome envolvida é uma das estratégias necropolíticas para fazer morrer mulheres; fazendo com que suas mortes não precisem de nada além de uma “desculpa” para acontecer. Dessa forma, se a operação de produção do nome envolvida - uma produção necropolítica-, acontece como uma interpelação, produz-se, portanto, uma função performativa desse uso; ou seja, o uso desse nome não diz respeito apenas à um nome-palavra, mas também a produção de um corpo. Que corpo é esse? Como ele aparece?

Segundo Butler (2016), a condição de ser reconhecido, que precede o próprio reconhecimento, é um conjunto de operações de poder que tornam, historicamente, uns mais difíceis de reconhecer que outros; ou seja, enquadram algumas vidas como mais difíceis de reconhecer como vivas enquanto tal. Isso tem como consequência a legitimação de mortes de certos corpos, que, por não serem situados enquanto vivos, sua morte não importa.

A exposição à violência é, portanto, distribuída de forma desigual entre os corpos (BUTLER, 2016). No caso das mulheres, e em especial no contextos das disputas das facções em Fortaleza, as jovens mulheres negras periféricas certamente sofrem uma maior exposição a esses conflitos, apontando que a produção de um inimigo ficcional não se faz somente a partir da racialização dos corpos, como aponta Mbembe (MBEMBE, 2017), mas também a partir da generificação dos corpos (CARNEIRO, 2011).

Nesse sentido, a produção da figura da “envolvida” tem o uso político específico de (re)afirmar, congelar, sedimentar uma identidade que confere aos seus sujeitos a condição de vida desimportante. Esse enquadramento necropolítico, ao mesmo tempo em que ocorre a partir da maximização da precariedade de certos corpos, também é efeito dessa mesma maximização. A produção desse enquadramento, dentro de uma estética gore na cidade, tem, além da produção de um nome, a produção de um corpo - um corpo destruído, desmembrado,

furado, cheio de sangue, violado. Esse corpo é um corpo feminizado, reconhecido socialmente como um corpo “feminino” ou como “corpo de mulher”.

A produção necropolítica de um corpo violável - marcado pela raça, gênero e outros marcadores interseccionais - faz-nos perceber que a morte toma um papel importante no que diz respeito a racio-generificação dos corpos, posto que a brutalidade e a espetacularização é destinado aos corpos negros feminizados que habitam as periferias de Fortaleza - a morte desses corpos não se dá simplesmente pela retirada da vida, mas também pela tortura, crueldade e destruição até o último suspiro de vida. Nesse sentido, a produção necropolítica é completamente atravessada por processos não só de racialização, mas de generificação corporais que vão engendrar nas dinâmicas sociais quem são as mulheres desejáveis, as não desejáveis, as que merecem viver e as que merecem morrer.

5 “O QUE RESTA PRA NOIS?”: DESAFIOS, PISTAS E EXPERIÊNCIAS SOBRE FORMAS DE RESISTÊNCIA À MORTE DE MULHERES TECIDAS POR INTEGRANTES DE COLETIVOS FEMINISTAS E DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Está, então, decidido: Vamos mudar o mundo, transformá-lo de pedra em espelho para que cada um, enfim, se reconheça. Para que o trabalho não seja um meio de vida, para que a morte não seja o que mais a vida abriga, para que o amor não seja uma exceção, façamos agora uma grande e apaixonada revolução. (Mauro Iasi)

A partir da inserção em campo e das conversas estabelecidas com as companheiras de pesquisa e da participação de atos e espaços abertos à discussão sobre morte de mulheres na cidade, pudemos mapear mais uma linha analisadora que compõe o plano de forças operantes na problemática da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana no cenário local. Nesse sentido, este capítulo objetiva discutir essa linha: 6) as formas, caminhos, experiências e pistas de resistência que mulheres que integram movimentos feministas e organizações da sociedade civil têm produzido coletivamente..

Nesse sentido, para fazer tal diálogo, buscamos que o texto da pesquisa potencialize um comum de saberes feministas, a partir das alianças construídas entre a pesquisadora, as participantes da pesquisa e as referências teóricas de diferentes feminismos. Portanto, os debates agenciados neste capítulo permitem ampliar discussões acerca do último objetivo específico desta pesquisa apresentado na introdução.

5.1 “Bota a boca no trombone”: o grito como condição de possibilidade para a produção de um comum

Iniciamos este capítulo com a seguinte pergunta: Como resistirmos a essa lógica de violência contra mulheres? Ou, nas palavras de Butler (2019, p. 10), “O que pode ser feito como política de luto além de uma guerra?”. Nos capítulos anteriores, assinalamos como as malhas da necropolítica de gênero de Fortaleza operam em uma rede de violência que criminaliza e mata mulheres, sobretudo mulheres jovens negras e moradoras das periferias da cidade. Frisamos que essa criminalização se dá a partir da produção do enquadramento de mulheres negras e periféricas como “envolvidas” e que a brutalidade de suas mortes é

constituída por uma estética da crueldade que, cada vez mais costumeiramente, é anunciada previamente, como é possível ilustrar pelos casos das “meninas decretadas” em redes sociais.

Acerca do questionamento sobre como podemos fazer frente a esse cenário, Azul nos indica algumas pistas:

Azul: hoje conversando com muitas mulheres daqui, a gente... nós chegamos a conclusão, que precisamos de mais e mais e mais voz, entendeu? Mais voz, e assim, então... é... em relação as batalhas antigamente que era uma coisa que você só via homem, homem, homem jurando, homem batalhando, homem apresentando, hoje a gente, hoje a gente, pelo menos aqui na casa, a gente vê uma grande variedade, porque apesar de não existirem, não terem, pelo menos aqui em Fortaleza, não terem pouquíssimas mulheres que batalham, aos poucos a gente tá inserindo mais mulheres, entendeu? Como aconteceu na batalha do Viradão, que uma das juradas eram mulheres, que teve três mulheres é... cantando no mesmo palco, inclusive eu fui uma delas, tive o prazer, então, assim, você pegar o microfone, você dar na mão de uma mulher empoderada, assim, maravilhosa e dizer assim “olha, minha gata, é todo seu, lance aí a ideia que você quiser, a palavra é sua” tu é doido, isso a gente tá libertando a alma de uma mulher a gente tá libertando a alma de uma pessoa, porque isso, a gente vê nos olhos dela o quanto ela tá grata por ela ter voz, e enquanto ela tá naquele palco, as pessoas vão ter que respeitar querendo ou não, o que era pra acontecer fora dos palcos também... e que não é assim que funciona, então a gente procura, a gente procura conversar com as garotas, as mulheres que a gente vê que tem alguma coisa errada, como aconteceu há um tempo atrás que o rapaz tava... tava agredindo a namorada, entendeu? Os amigos acobertando, até que a história veio a público, porque ela... ela graças a Deus teve a força, porque muitas mulheres aqui conversaram com ela, pra dizer “olha, vai lá, bota a boca no trombone, mulher, arrasa, esculacha mesmo, entendeu? O cara foi um babaca, ele vai pagar por isso” então assim, fez, entendeu? E quando ela fez isso, todas as mulheres que frequentam a rede cuca viraram isso aqui, deram as mãos “vamo lá, nada vai te acontecer, porque a gente tá por ti também” então é... isso já é um trabalho, entendeu? Isso já é uma coisa muito boa, porque apesar de hoje serem poucas mulheres, as poucas que a gente ainda tá conseguindo “recrutar” eu diria assim, são... é, tem a força de milhares e milhares, entendeu? E... a gente tá incluindo nas batalhas, a gente tá trazendo o projeto cem flores pra cá, a gente vê mulheres cada vez mais mulheres dentro das diretorias, tendo seu espaço, ganhando a sua voz, aqui sempre acontece os sarais, também acontecem os sarais só mulheres, assim como acontecem os sarais lgbt. (...) acho que semana passada, teve um sarau que foi só mulher, entendeu? Que foram poesias... só, só mulher, mulheres mandando poesia, mulheres cantando, mulheres, mulheres ocupando mais espaço, mulheres alcançando mais um tom de voz, conseguindo mais visibilidade, isso é, e isso não tem mais nada que pague por isso, entendeu? O preço que a gente recebe é conseguir ver que... é menos uma, entendeu? É menos uma pra tá sofrendo, claro que a gente não pode defender todas elas mulheres de todos os abusos do planeta terra, que infelizmente a gente tá sujeita enquanto... os problemas não forem resolvidos, mas é bom a gente dar uma orientação, uma informação, ter espaço pra ela se sentir à vontade, ter certeza de que onde ela tá, ela vai tá protegida, ela vai ter alguém por ela, então... é... tu perguntou o que que a gente tá fazendo, né? Praticamente essa a pergunta, o que a gente tá fazendo é justamente isso, colocando mais e mais mulheres, empurrando mais e mais mulheres que muitas delas sofreram abusos, apanharam dos companheiros, tentativas de estupro, são mulheres que têm histórias pesadíssimas, vivências que... dentro... quando você para pra fazer uma análise de tudo aquilo que aconteceu, quando muitas delas é, contam seus relatos, você se sente “Meus Deus”, entendeu? E quando a gente vê uma mulher saindo dessa situação, tu é doido, não tem nada que pague, doido, não tem nada que pague, porque, é.. as portas daqui é sempre aberta, entendeu? Abertas pra conversar, abertas pra cantar, abertas pra dançar, abertas pra andar do jeito que você quiser e... isso... é maravilhoso, essa é a oportunidade, essa é a forma que a gente tem, de com a simplicidade que a gente tem a gente tentar

acolher as mulheres que cada vez estão se sentindo mais acuadas, então essa é a melhor forma.

Azul aponta ser necessário “botar a boca no trombone” e que, para que isso seja possível, é importante estar, de algum modo, conectada com coletivos, grupos de mulheres, visto que, dessa forma, é possível fazer com que as mulheres que estão passando por situações de violência possam falar sobre isso e essas questões serem visibilizadas em uma dimensão pública. O mesmo foi trazido por Rosa no seguinte ponto de sua entrevista:

Rosa: É... historicamente, é... a nossa estratégia como feministas foi sempre botar a boca no trombone, né. Aquela, teve até uma campanha que alguns anos, é... foi “tua boca é fundamental”, assim, se colocar, colocar isso pra cena pública, visibilizar... (...) Falar sobre feminicídio, insistir nisso, né, reforçar esse lugar, que mulheres são essas que estão morrendo, que adolescentes são essas, né, tentar direcionar a agenda pública, né, a agenda das políticas públicas pra esse fenômeno, né, produzir sobre ele também, refletir sobre ele, acumular saberes... tudo isso é uma forma de resistir. E além disso, é, de, tentar construir coisas com as próprias mulheres que diretamente são impactadas...

Azul e Rosa nos dão pistas de que “botar a boca no trombone” implica pensar resistência de mulheres à violência como enfrentamento de processos de subalternização, silenciamento, invisibilização e esquecimento (DAVIS, 2018; CARNEIRO, 2011; GONZÁLEZ, 2019), imanentes à necropolítica e à precarização sistemática da vida de mulheres que viabilizam, por sua vez, as redes de violência e mortificações simbólicas atreladas a uma matriz colonial e patriarcal de poder que culminam, em diversos casos, em assassinatos. “Botar a boca no trombone” diante de todo esse quadro acima citado passaria, então, pela produção de narrativas insurgentes, aliançamentos e estratégias de aparecimento.

Como nos indica Butler (2018), o campo do aparecimento ou da visibilidade é também circunscrito dentro da lógica de separação entre amigos x inimigos (MBEMBE, 2019) ou vidas vivíveis e vidas não vivíveis/matáveis. As normas de gênero e racistas que nos incorporam são transmitidas culturalmente através de fantasias psicossociais, que são, em última instância, formadas por modos de poder que, historicamente, normalizam determinados humanos em detrimento de outros (BUTLER, 2018). Nesse sentido, para aqueles que são apagados do campo de aparecimento ou rebaixados pela norma, “a luta se torna uma batalha corpórea por condições de reconhecimento, uma insistência pública em existir e ter importância” (BUTLER, 2018, p. 44).

Ou seja, é apenas por meio de um olhar crítico sobre as formas de aparecimento e reconhecimento que podemos desconstruir esses perversos modos de subjetificação que sustentam práticas racistas e sexistas. Portanto, “botar a boca no trombone” seria uma das formas de construir condições de possibilidade para a produção de um “comum” entre

diferentes mulheres, que articularia diferentes vozes e existências que insistem em se fazer audíveis e visíveis, exatamente quando e onde se tanta emudecê-las e apagá-las. Essa insistência faz com que consigamos romper com a esfera da aparência ou, pelo menos, suas normas de reconhecimento hierárquicas e excludentes, para se fazer insurgir novas possibilidades de produção de vidas efetivamente “vivíveis”. E essa insistência em se fazerem vivas e visíveis, apostando na produção de vidas mais vivíveis para as mulheres, é uma luta constante (BUTLER, 2018; DAVIS, 2018).

As duas participantes indicam, ainda, que resistir é lutar para ampliar redes de solidariedade para/com essas mulheres, não só no sentido de protegê-las contra a violência física e brutal, mas da tessitura de uma rede de acolhimento e expressão. Rosa aponta o exemplo de Vermelho para indicar essa rede de solidariedade

Rosa: No 8 de março a gente tá conhecendo a mãe de uma moça chamada Ingrid, 18 anos, que... é, foi assassinada por um tiro de policial, lá no bairro Wellington (?) há alguns anos atrás, e essa mãe, né que tem um luto aí pra ser vivido, um luto inclusive... assim, a filha dela tava no lugar errado, na hora errada, não houve sequer crime, foi uma coisa assim bem aleatória, bem esdrúxula inclusive, é... ela se transformou num agente, né, assim... ela se juntou a outras mães, e elas tão.. se fortalecendo, num movimento bonito de união das mulheres. (...) Aí, eu coloco esse exemplo delas pra dizer que além de fazer um enfrentamento público no debate político, a gente precisa também construir redes, redes, né, de afeto, de solidariedade e proteção também, das mulheres, porque os perigos são muitos, inclusive, pras ativistas, né.

Rosa também aponta para a depreciação constante de pessoas que atuam em prol dos direitos humanos e nas lutas feministas - um exemplo importante aqui é a afirmação de que as pessoas que trabalham com direitos humanos “defenderiam bandidos”. Ora, são convertidos em inimigas/os ficcionais também aquelas e aqueles que buscam uma compreensão histórica e política dos agenciamentos necropolíticos que materializam a guerra a partir de binaridades tais como “cidadão de bem” x “bandido/a” e “mulher do lar” x “envolvida”.

Corroboramos com o ponto de vista de que é inaceitável que essa indignação moral movida pela mídia e pelas instâncias de segurança pública - a partir da ficcionalização da envolvida como inimiga pública - ressoe no silenciamento do discurso crítico e do desamparo estatal frente essas mulheres. Entendemos, a partir do diálogo com a participantes do estudo, que um dos grandes desafios para resistir à problemática da morte de mulheres é a produção de uma outra cultura pública e outra política - em especial uma que faça frente a essa necropolítica, onde a resposta pela violência não seja aceita e naturalizada como uma

norma da vida política (BUTLER, 2019). E é exatamente isso que essas mulheres nos tem dito quando dão ênfase no botar a boca no trombone.

No entanto, falar por si só, apesar de ser importante, não é suficiente. Para quebrar o silenciamento, faz-se fundamental também o exercício da escuta e é aí que aparecem os tensionamentos entre os próprios movimentos de resistência. Rosa insiste nesse ponto afirmando que

Rosa: Depois disso só quando a realidade política mudar. (risos). E a outra coisa, é claro, é somar, sempre à luta das mulheres, as grandes lutas, né, então... a reforma da previdência ela é maléfica pra todo mundo, mas é principalmente pras mulheres. E isso é comprovado por todas nós, assim, por todo [...] dificilmente um movimento misto acumula um amadurecimento de perceber que, se não... além de classe, se não observar gênero e raça, você não tá levando a sério isso. Você não tá, não vai avançar, é... em relação aos movimentos de mulheres o desafio é a unidade, e a unidade não tem nada a ver com união, a unidade tem a ver com as divergências problemáticas mesmo de diversos grupos, né, e... a dificuldade que se tem de descolar das estruturas partidárias, a própria construção do 8 de março é um produto disso, né, e as pautas mistas elas às vezes acabam disputando com pautas que são eminentemente das mulheres, e com, e quando a gente tá dizendo isso, a gente não é que “ah, tem que ser separatista” não é nada disso não, é porque se ninguém colocar é... a nossa crítica, se nós não colocarmos a nossa crítica [...], ninguém vai colocar, e vai continuar o mais do mesmo sempre, assim, se não, aquela... parafraseando aquela coisa bem famosa, é... “se não se considera as mulheres negras não é minha revolução”, né. Inclusive porque nós defendemos que não dá pra ser anticapitalista sem ser antisistêmico mesmo, né, mas pra além disso que é uma mera categoria científica, o capitalismo ele se alimenta desses outros sistemas de opressão, o patriarcado, assim, o capitalismo se alimenta do patriarcado, o capitalismo se alimenta da heteronorma, né, e ele... (...) E ele se aproveita disso pra se sofisticar, pra se reinventar, pra se retroalimentar, né. (...) E aí, é...enfim tá tudo conectado, não tem nada disforme não, mas os companheiros [...] semana passada, representando o fórum na análise de conjuntura, vários movimentos, todas as áreas, socioambiental, urbano, luta urbana, os partidos e sei o quê, aquela esquerda mais tradicional ortodoxa, vários [...] tava todo mundo lá, eu fui uma das últimas a falar e eu fui a primeira a falar esse aspecto, porque... numa das primeiras falas dos companheiros foi dizer, foi dizer que não era o momento da gente debater pauta, é... de costumes, porque pra esquerda mais ortodoxa, debater gênero, debater a questão racial, é pauta de costumes.

Rosa destaca, então, os tensionamentos que aparecem quando reúnem-se vários movimentos para definir/debater pautas. Esse aspecto trazido por Rosa, por sua vez, indica-nos que

o caráter particular de categorias dominantes, que se apresentam como universais, e propõe a crítica da racionalidade burguesa, ocidental, marxista inclusa, que não se pensa em sua dimensão sexualizada, como criação masculina, logo excludente. Portanto, denuncia uma racionalidade que opera num campo ensimesmado, isto é, a partir da lógica da identidade e que não dá conta de pensar a diferença. (RAGO, 2019, p. 374)

Da mesma forma que fizemos uma crítica à produção de conhecimento científica a partir dos estudos feministas, também podemos fazer essa mesma crítica aos modos de se

fazer resistência, visto que a crítica realizada pelas feministas não se limita a um objeto específico, mas a um modo de se fazer ações, sejam elas quais forem: científicas, militantes etc. “A crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes” (RAGO, 2019, p. 374), mas também denunciam o saber produzido a partir dessas relações que se estabelecem de forma hierarquizada.

Quando se considera raça e gênero como “pautas de costumes”, nega-se as marcações de diferença entre nós próprias(os), tendo como ponto de partida um sujeito supostamente universal. Incorre-se, com efeito, no apagamento de marcações sexuais e raciais dos corpos - e são exatamente essas as políticas do apagamento e da universalização que constituem os modos de subjetivação capitalísticos (ROLNIK, 2018; GUATTARI, ROLNIK, 2011; KILOMBA, 2019). Logo, resistir à violência letal contra mulheres traz consigo o desafio de pensar raça e gênero não como um recorte específico onde poderíamos intervir. Diversamente, marcadores como raça e gênero podem ser pensados como um meio, onde a intervenção não atinge um objeto recortado, mas ela é em si própria racializada e sexualizada e entendida como uma ação negociada e imersa nos jogos de poder.

Rosa destaca exatamente a potencialidade de um prisma interseccional para as lutas de resistência, bem como uma articulação entre macro e micropolítica no trato da temática da letalidade de mulheres. O lugar das questões de gênero em tais lutas feministas pode ser redimensionado por um prisma transversal e interseccional. A partir daí, gênero e raça não seriam questões secundárias ou pautas de costume, tampouco pautar raça e gênero não implicaria negligência ao debate de classe e à pauta anticapitalista. Discutir, a partir da interseccionalidade entre gênero, raça e classe, por exemplo, seria justamente pôr em destaque a produção de subjetividades sob um prisma cis-hetero-patriarcal e o dispositivo da violência, dando ênfase para o fato de que as formas seletivas com que tal dispositivo opera são iminentes às formas de dominação capitalísticas.

Este debate já vem sendo feito há tempos por feministas negras, que, ao mostrarem as questões relativas à interseccionalidade, apontam as lógicas de poder produtoras de desigualdades (RIBEIRO, 2017; AKOTIRENE, 2018; BORGES, 2018). Portanto, sem a desnaturalização e desmontagem de tais lógicas, é inviável a construção de condições e ferramentas para o combate a essas desigualdades e às violências que lhes são correlatas.

Para pensarmos sobre a resistência frente essa lógica da violência contra mulheres, Verde nos indica que

Verde: A questão é que a gente precisa ver isso, é... como um processo político e não como um problema social, assim...É claro, esse sujeito tem agências, esses sujeitos têm, fazem escolhas e as mães tão ali nessa interface direta entre o que

é estrutura e o que é agência. E elas tão trabalhando com a agência delas, com a capacidade que elas têm de... é... de escolher, de tomar decisões que... que possam mudar algum rumo das coisas, né?

Pensar a violência contra mulheres como um processo político, ao invés de nos atermos a ideia de problema social (apesar de essas duas ideias não serem necessariamente antagônicas, queremos dar ênfase, assim como Verde, a ideia de processo político) requer reflexões sobre o fato de que a violência contra as mulheres não é apenas consequência de relacionamentos ruins ou consequência de más gestões governamentais (BIROLI, MIGUEL, 2014), mas sim um projeto necropolítico historicamente estabelecido, no qual a precariedade é distribuída de forma bastante desigual e atinge sobretudo mulheres negras e pauperizadas (CARNEIRO, 2003; HOOKS, 2018; RIBEIRO, 2017; AKOTIRENE, 2018).

Após passar muito tempo em um estado depressivo em virtude do assassinato de sua filha por um policial, Vermelho nos conta sobre sua atual postura frente ao abuso de poder da polícia militar no seu bairro, nas palavras dela:

Vermelho: Eu hoje, em 2019, faço eles entender isso. “Eu não tenho medo de vocês”.

Ingrid: Quando a senhora fala com eles, como eles... respondem, assim, pra ti?

Vermelho: Eles me pedem desculpa. Porque eu imponho.

Ingrid: Aham.

Vermelho: O local dele. “Seu lugar é esse, eu tenho que ter respeito por você, é diferente”. Aí eu mando eles olharem pra placa aqui atrás, porque tem o Centro de Desenvolvimento Ingrid Maiara, que o prefeito Roberto Cláudio homenageou minha filha colocando o nome dela no Centro de Juventude aqui atrás, que é o que traz curso pra comunidade. “Cê tá vendo aquele nome ali, Ingrid Maiara? Foi uma grande merda que vocês fizeram, porque vocês não são treinados pra dar segurança pra gente, vocês são treinado pra nos matar, tanto é que o alvo de vocês ou é no peito ou é na cabeça. Vocês acham que todo canto tem bandido. Tem, bandido fardado lá em Brasília, tem bandido fardado segurando uma pistola, porque o bandido que matou minha filha era um policial. Você se lembra da chacina de 2013? Então, aquela menina ali era a minha filha, então eu exijo respeito”. De maneira... assim, olha, em questão de segundos eles se recolhem, eles me pedem desculpa e saem, porque eles reconhecem que foi uma grande... merda. Me desculpa a expressão.

Para Vermelho, isso representa uma conquista e faz parte do seu processo de tornar-se uma ativista, o que nos dá pistas para pensarmos que a produção de resistências à violência contra mulheres é acompanhada do exercício de desestabilização da política do medo, uma das grandes marcas da colonialidade (KILOMBA, 2019). Dessa forma, Vermelho nos aponta uma outra dimensão do que significa “botar a boca no trombone”: para resistir à violência letal contra mulheres, notadamente sua face de Violência de Estado, há que se lutar por “justiça” e por “memória”.

O “botar a boca no trombone” relaciona-se à luta pela memória e pela justiça justamente porque visibiliza as vítimas e os crimes que o Estado e a sociedade “esquecem” (NEGREIROS, 2019); dessa forma, a luta pela memória é uma forma de romper com a lógica da produção de vidas não passíveis de luto e, é, ao mesmo tempo, luta por justiça, visto que a memória deve ser um direito de todos. Dessa forma, o grito funciona também para que não esqueçamos e que possamos exigir do Estado que “reconheça as experiências de terror por ele produzidas” (MAYORCA; BARROS, 2019, p 74), para que, assim, consigamos enfrentar as dinâmicas da violência urbana que constituem-se através de um cenário de guerra. Nesta pesquisa, articulamos esse aspecto ao fato de que, atualmente

Tornou-se difícil apresentar perspectivas críticas contra a guerra, não apenas porque os canais de mídia convencional não as publicam (...), mas porque expressá-las é arriscar causar histeria e censura. (BUTLER, 2019, p. 22)

O binarismo que Bolsonaro encarna (junto a toda sua ideia de segurança pública) torna possível apenas duas posições: a do cidadão de bem x a do bandido; e, ao mesmo tempo em que impossibilita a oposição a esse binarismo, enquadra-o em termos oposicionais. Além disso, esse mesmo binarismo, em sua metonímia reducionista, desliza e transmuta-se em várias outras oposições: rico x pobre; branco x preto; civilização x barbárie e humano x animal. Consequentemente, no caso de Fortaleza, opor-se à “guerra” significa simpatizar com as “facções” ou, de alguma forma, “justificar” ações criminosas de grupos organizados.

No entanto, consideramos pertinente que um novo campo intelectual e de resistência se engendre, cuja “distinções mais responsáveis possam ser ouvidas, histórias possam ser recontadas em suas complexidades, e a responsabilidade possa ser separada do clamor de vingança” (BUTLER, 2019, p. 22). Em última instância, Vermelho reage à resposta militar como um ato justificado de autodefesa. Ou seja, a ficcionalização de uma inimiga, no caso sua filha, a partir de agenciamentos necropolíticos permitiram a formulação e a manutenção de um enquadramento seletivo da violência. E, nesse enquadramento, para se livrar de um inimigo criado por ela mesma, a sociedade engendra a resposta militar como ato legítimo de autodefesa. E tanto Vermelho, como Butler (2019), nos alertam para essa problemática, visto que, quando isolamos os indivíduos envolvidos, enquanto sociedade, nós nos isentamos da necessidade de refletirmos acerca de uma explicação mais ampla e responsável para esses acontecimentos (BUTLER, 2019, p. 26)

Ainda sobre essa questão, Vermelho relata:

Vermelho: Elas não tiveram, né? Antes a gente tinha mais oportunidade, hoje, cada dia que passa a gente tem menos ainda, então a tendência é de piorar. Não vejo que

melhore, não vai melhorar. A não ser que a gente lute, a não ser que a gente busque... eu não era uma ativista.

Ingrid: Pronto, aí eu queria te perguntar, era... como foi que tu acabou conhecendo essas pessoas que tavam reivindicando o direito à vida, né, como foi que tu se tornou uma ativista?

Vermelho: Então, eu assistia pela tv, mas eu nunca jamais imaginaria na minha vida de estar inserida naquele grupo de pessoas, mas... quando passou assim, assim, uns trinta dias, assim, [...] em 2013, de que ele foi solto e de que ele estava argumentando que era tiroteio, e que não tinha sido ele que tinha matado a minha filha, que a minha filha tinha morrido lá no meio do tiroteio, ela com metade da polícia atirando um contra os outros e o tiro partiu de um calibre 38, onde não foi, que inclusive o capitão Wagner defendeu essa tese de que teria sido um calibre 38, ninguém atirou na viatura, pra você ver, disseram, eles caíram tanto em contradição que eles disseram que foi tiro contra a viatura e não foi, porque não tinha um arranhão na viatura, todos os policiais que estavam no momento da, da, da operação estavam ilesos, não pegou nenhum deles, e como foi que foi tiroteio e não pegou em ninguém? Só pegou na comunidade? Não existe isso, então, é... mataram a minha filha no dia 26, depois de um mês eu tive contato com pessoas que me fizeram abrir os olhos... “nós temos que buscar por justiça”, eles vieram na minha casa, eles foram na minha casa, eu não saí da minha casa pra ir atrás deles, eles foram na minha casa, e conversaram muito comigo nesse momento que eu tava num momento muito ruim, porque já fazia um mês que eu esperava minha filha e ela não chegava, por quê? Como eu te disse, eu recebi uma ligação de que tinham matado ela, mas eu não aceitei isso, eu vi minha filha com vida, eu não fui reconhecer o corpo, eu não fui pro IML pra liberar o corpo, e eu não enterrei ela, então eu não vi ela morta em nenhum momento, eu não vi, porque eu não quis acreditar naquilo, eu não quis acreditar naquilo, porque pra uma mãe como eu que fui, e sei o que eu plantei pra eu colher eu não quis acreditar naquela colhida, naquela colheita que eu tinha plantado, “não, eu não plantei isso, eu não vou colher isso, eu não quero acreditar”, então eu não acreditei, então até hoje eu espero ela chegar, naquele momento, eu, eu, eu vivi, eu vegetei, assim, uns dois, três meses, sem querer sair de casa, sem querer conversar, porque todo mundo que me via queria me abraçar e queria dizer “meus sentimentos”, e cada vez que eu ouvia alguém dizer isso, pra mim, voltava tudo ao início, porque eu relembra que ela não tinha chegado e que ela ainda não chegou, e... pra mim era muito doloroso, então, eles vieram com um abraço, de uma forma que parecia que eles já me conheciam há muitos anos, eles tinham tanta intimidade com aquilo que eles tavam acostumados a lidar, que eles já sabiam como me tratar naquele momento, e pra mim foi muito válido aquele primeiro contato que eu tive com essas pessoas dos direitos humanos, principalmente porque eu não sabia nem que existia siglas de partido nem nada, mas eles vieram pra mim como realmente humanos, humanos de verdade, tipo, assim, eu não vim te abraçar com dó, eu vim te abraçar com meio a injustiça, vamos fazer justiça, e um deles se zangava tanto a cada ocasião que a gente se encontrava, que parecia que a filha era dele, parecia que a minha filha era dele, ele “olha, a gente vai no comando geral, a gente vai na corregedoria, a gente vai pro fórum, a gente vai fazer zoada, não vai ficar impune, e quando eles me conheceram que eles conheceram a minha neta, nossa, eles, assim, eu não sei nem te dizer com palavras, assim, o sentimento que era deles, ela chamava ele de tio, porque ele se fez tão família, se fez não, ele é uma pessoa muito humana, que até pro aniversário dela ele vinha, porque ela é uma criança muito doce, muito doce mesmo, você não tem noção, e... ele via nela ali uma carência, de mãe, até porque, né, ela foi uma vítima... eu não sei nem te dizer com palavras, assim, descrever, o sentimento que a revolta, de ver uma criança sem pai, enfim, sem pai e sem mãe, né, porque ela com menos de dois meses ela também perdeu o pai, né, ela ficou órfã de pai e mãe, e aí no decorrer do tempo eles vieram também como família, mas enfim, e aí a gente começou a andar junto e a gente viu que não ia fluir só tendo reuniões nesses pontos x, a gente tinha que ter uma revolta dentro daquela situação que aconteceu, tipo, realmente buscar por justiça e gritar, não só buscar, mas gritar, porque, assim, é... quando tá acontecendo alguma coisa e alguém grita por socorro, o quê que você entende? Que tem alguém gritando por socorro, né, e aí eu comecei a me mobilizar com eles e tinha umas ativistas também e

disseram...”Vamos buscar por justiça, eu vou contigo”, se reuniram a mim como pessoas, tipo assim, da família, eu não tinha suporte nem da família no sentido de buscar por justiça porque a minha família tinha medo, por se tratar de policiais, e era algo que... ia levantar contra o Estado, “Sandra eles vão te matar, tu sai disso” eu disse não.. eles já fizeram isso, no momento em que eles tiraram a minha filha, eles me mataram, porque eu não tenho mais vida, o que grita dentro de mim é justiça, então se a justiça tá me mantendo de pé, eu vou buscar sim, nesse primeiro momento, nos primeiros três anos, eu tava muito interagindo mesmo com os ativistas tudo, buscando, e teve muito, foi de grande valia isso, porque com menos de sete mês, devido ao fato da gente se mobilizar e ir na corregedoria e ir no comando geral, e ir pra o Fórum, e ir pra outros locais que... são tantos locais, que eu não tenho, assim, noção da minha cabeça de quantas pessoas a gente teve que falar, pra gente conseguir um resultado, tanto é que esse grito chegou em Brasília, e esse grito a gente teve o suporte do perito que veio de lá pra cá pra reinvestigar o caso, e isso antes de sete mês, tudo foi reinvestigado, é... esse policial, ele foi... na terceira companhia do quinto, ele trabalhou dia 26, dia 27 era a folga dele, e o armeiro que tinha que levar as armas pro IML do ocorrido, das coisas, quem levou foi ele próprio, ele matou a minha filha e levou a arma dele pro IML, e lá foi constatado que... primeiro resultado foi que não tinha sido ele, que teria sido uma policial mulher

Nesse sentido, Vermelho também traz a questão do silenciamento; e a questão do grito (análogo ao “bota a boca no trombone”) como forma de combate e se fazer ouvir. Ela enfatiza ainda sua relação com os movimentos sociais tanto para fazer com que mais pessoas tivessem acesso ao seu grito, como colocando-os no lugar de uma rede de solidariedade, dando o enfoque de que não se resiste sozinha, mas sim em meio a coletividade. Um dos grandes problemas que ela também relatou, durante a entrevista, foi sobre a dificuldade em construir essa coletividade e chamar mais pessoas para construir esse espaço onde o grito tem mais chance de ser ouvido. Nas palavras dela:

Vermelho: e aí eu entendi que pra eu ter justiça, e pra eu buscar por justiça, em memória a vida da minha filha, tinha que me mobilizar sim, que eu em casa não ia conseguir resultado, a partir daí, dessas situações, né, de ter esse resultado, aí eu entendi, eu tinha que me mobilizar, eu tinha que tá inserida em algum grupo, né, e aí eu me uni com com os outros, né, e depois disso vieram acontecendo outras chacinas, né, até piores, e aí eu me reuni com... com as meninas da Maraponga que também tiveram... eram, que eram do caso do Tico, do Pedro que foi assassinado pelos policiais, ele morreu de tanto apanhar dos policiais, ele morreu de peia não foi nem de tiro, foi de pancada, ele não resistiu as pancadas e faleceu, e aí foi juntando a família e outra, uma família e outra pra unir forças, né, pra tornar um elo, pra poder gritar por justiça, porque só assim não dava, então a gente acompanhava, e também houve o caso do Chagas, do menino que foi assassinado ali na Desembargador Moreira, né, que veio na garupa do pai, e aí eu também consegui ajudar ele através disso, e a gente tentou formar a AVITEC, que é a Associação de Vítimas de Violência de Policial no Estado, né, vítima de Violência Policial no Estado. AVITEC, né, a gente tentou fundar essa associação, não vingou, porque acaba que... de quatro, cinco famílias, tem sempre aquele familiar que diz “não vai, porque é policial”, e isso e aquilo, aí você vai e faz assim, aí depois me uni a outras mães, inclusive mães de socioeducativo que sofreram com injustiça, com filhos que estavam presos não tendo sido eles que teriam cometido o crime, mas que tavam preso porque eles pegam e jogam lá, antes mesmo de tudo ser provado, e, e aí que se prove, já aconteceu um milhão de coisas com aquela criatura que tá presa, e também foi assim, é, tipo, são vítimas também do Estado, porque foi o policial que cometeu o erro, ele não matou, mas ele prendeu, e o menino morreu na cadeia, foi ele que

matou, né, enfim, então fui a partir daí, e aí esse ano, é... aí eu fui descobrindo outras mães que tem em todo o Brasil em todo o mundo, mães da Bahia, mães de São Paulo, mãe do Rio de Janeiro, e todas elas formaram uma associação, ou um grupo de mães mesmo, né, mães de Manaus, em todo canto do Brasil existe umas mães, tanto é que existe os encontros também todos os anos, que são os encontros de vítimas de violência, né, nos Estados, e aí eu estou neles até hoje, eu faço parte dessa rede de mães, e buscando esse... ano que vem agora, 2020, o quinto encontro vai ser aqui em Fortaleza, e aí vai, essas mães de todo Brasil vai vir pra cá em 2020, em Maio de 2020 todas elas vão vir pra cá, então, assim, é assim que a gente consegue ter algum resultado, né, é assim que a gente consegue evoluir, se reunindo com outras pessoas e gritando o que a gente precisa, porque só pra conversar com o Estado... você vê que você conversa com qualquer pessoa e o Estado não concede a gente, tipo, um espaço, um momento, né, eu até hoje ainda tô esperando ainda uma justificativa do Estado e da mídia, né, porque, no meu caso, eles não denegriram a imagem da minha filha, mas os policiais sim, os que não conhecem a história dizem que até hoje foi tiroteio, e que tem ciência de que minha filha atirou na viatura, aonde ela estava trabalhando, aonde ela era evangélica, né, aonde ela fazia curso e era mãe de família, entendeu? Como assim? Eu acho que também deveria existir uma punição pra coisas que se, se não existe então porque eu vou divulgar o que não existe, o que não é verdadeiro, né? É isso.

Nesse sentido, Vermelho relata que para que se possa “gritar” é preciso se reunir com outras pessoas e, como coletividade, buscar formas de resistir à lógica da violência, seja reivindicando direito do Estado, seja construindo rede de solidariedade entre mulheres. Violeta nos alerta que

Violeta: De um outro modo é... qualquer... é isso, né, os fenômenos que são recrudescedores e... também inaugura um espaço de... aglutinação, de resistência, né, política e de militância e... e eu acho que o debate feminista nunca ganhou, né, tanta... tanta visibilidade, né... e disputa, e... possibilidades... e isso, identificações, e... é como se isso, né, o campo da sororidade fosse aí fortalecido, e essas mulheres, que vêm de diferentes correntes políticas, muitas vezes, né, agora elas se juntam, né, e dizem

Há pouco tempo, poderia-se dizer que o feminismo estava um tanto apagado, seja pela desarticulação a outros movimentos, seja pela dificuldade de (re)escrever suas pautas e objetivos. E então o feminismo volta com toda força (HOLLANDA, 2018), cujo impulso se deu principalmente através das redes sociais.

Atualmente, no Brasil, os discursos feministas, em sua maioria, costumam desviar-se de noções que pensam "A mulher" ou noções essencialistas e universalizantes para pensar as experiências relacionadas às mulheres, para que, dessa forma, possam-se pensar as pluralidades dos feminismos, cuja maior guinada se deu na combinação de diversos eixos de opressão, como raça, classe, gênero etc. E, nesse sentido, torna-se mais evidente a heterogeneidade dos campos de interesse e ampliam-se as divergências e tensionamentos em torno das pautas, estratégias e objetivos. (DAFLON, 2019)

As configurações dos feminismos atuais centram-se na “preferência por formas de organização autônoma e horizontal, o rechaço à mediação e ao surgimento de lideranças e a

importância do corpo e da performance como repertórios de protesto” (DAFLON, 2019, p. 317). Hollanda (2018) nos lembra, também, da importância dada às diversas posições identitárias assumidas pelas feministas e da utilização das redes sociais como um dos maiores pontos que atravessam os ativismos feministas. Portanto, “é no espaço virtual que as experiências em primeira pessoa, a difusão de estilos de vida e narrativas de si marcam uma nova forma de fazer política, que dilui as fronteiras entre o que é público e privado” (DAFLON, 2019, p. 317).

Apesar de não ser do escopo dessa pesquisa adentrar de forma mais intensa nas novas configurações dos ativismos feministas via redes sociais, é importante salientar tais questões.

O grupo do Facebook “Mulheres contra Bolsonaro” que aglutinou mais de milhões de usuárias em 2018 foi, por exemplo, o começo da convocação política feminista que teve como um de seus fins o ato #EleNão, uma das maiores manifestações nas ruas da história dos feminismos no Brasil. (DAFLON, 2019). No entanto, ao passo em que o feminismo explode e capilariza-se em diversas dimensões na atualidade, as políticas de criminalização dos movimentos sociais também cresce, produzindo consigo, por exemplo, as feministas como inimigas. Nesse sentido, Vermelho nos aponta que se resiste para viver, mas também se vive ao resistir. Trazer o verbo à resistência é dar ênfase no fato de que resistir é pôr-se em movimento e fazer ações. Nas palavras dela:

Vermelho: Eu acho que só tem um meio... resistir, resistindo, no caso, porque... se a cada vez o “coiso”, né, do Bolsonaro, disser algo e a gente cruzar o braço e não fizer nada, a tendência de piorar a nossa situação, principalmente a nossa de classe baixa, de bairro de periferia, é... eu acho que não tem como a gente fluir se você não brigar, se você não gritar, se você não se reunir com outros, então é viver resistindo mesmo, é... a gente briga hoje, por, pelo direito à vida, a gente sai hoje de casa a gente não sabe se volta, você vai, você manda o filho comprar um pacote de pão lá você tem que ficar olhando, porque.. os policiais, não só os policiais, mas eu acho que no mundo hoje inteiro tá assim, né, todos nós a gente é visto, é taxado como um bandido, se você tiver tatuagem e for negro e usar brinco, ele pode ser um alvo fácil da polícia, alvo fácil da sociedade, porque a sociedade ela te vê, não te vê como um ser humano, te vê como um bicho qualquer que ela pode atacar, então eu acho por isso, é isso que eles vê na gente, bichos, e somos, não posso dizer que não somos bichos, nós se tornamos leão, quando vamos buscar, quando a gente vai brigar, nós temos que se tornar, nós não somos, mas nós temos que se tornar, é... um bicho agressivo e violento, porque se você se tornar um bicho com medo, e você sentir medo daquilo, a tendência é de realmente que ele faça o que ele acha que tem que ser feito, o Bolsonaro, né, se a gente não intervir... com as ações que ele tá trazendo pra gente, isso se reunindo, isso buscando, isso gritando, a tendência é de piorar, né, então é isso, nós temos que resistir, nós temos que sobreviver e resistir, né, é isso, Ingrid. É resistindo, é brigando, é gritando, é indo realmente pras ruas, é realmente bater o pau na panela, panela com panela, é fazendo barulho, né, é pra ser ouvido, a gente tem que fazer barulho pra ser ouvido, porque... sinceramente, e em qualquer lugar, não só, não só em Brasília, como foi esse ano, nós, como rede de mães, a gente foi pra Brasília, a gente foi pra dentro do Palácio, e a gente fez intervenções

dentro do Palácio, a gente almoçou no restaurante aonde os deputados lindo e maravilhosos almoçam, a gente implicou com eles mesmo, né, e eles ficaram esperando com a bandeja enquanto a gente terminava de almoçar, e ele... um deles olhou pra mim e disse “cê vai demorar?” “se quiser espere”, eu tive a oportunidade de dizer “espere”, eu, a favelada de bairro de periferia, hoje eu tô dentro do palácio, tô almoçando onde você almoça, agora espere, eu não esperava? Eu não esperei por esse dia? agora você vai esperar eu terminar de almoçar linda e maravilhosa, eu, preta, pobre e favelada, entendeu? Então, assim, é uma forma da gente, tipo, chamar atenção, “o quê que esse pessoal tá fazendo aqui? Nós fizemos barulho demais dentro de Brasília, né, que bom seria se a gente tivesse encontrado o Bolsonaro, que bom seria...”

Portanto, sustentamos, assim como Vermelho, que resistir é, também, “se reunir com os outros”. Butler (2018) nos aponta que “se reunir com os outros”, ou como a própria autora coloca, fazer “alianças”, não se trata simplesmente de uma organização social, mas sim de uma produção de subjetividade, onde a relacionalidade social seja imprescindível. Nesse sentido, montar a pesquisa como um rizoma polifônico já é fazer alianças. Dessa forma, o grito ou “botar a boca no trombone” não é apenas condição de possibilidade de um comum entre as mulheres, mas também um aglutinador, um construtor de alianças. Por isso, o grito rompe o campo de aparências: faz-se necessário para a construção de redes de solidariedade, faz barulho onde há silêncio, desestabiliza as normatizações e desconstrói a naturalização das práticas de violência, possibilitando, assim, o aparecimento de novas alianças. Amarelo também chama atenção para a resistência como uma ação conjunta, e não para o âmbito de uma interioridade resiliente. Quando perguntei sobre resistência, durante nossa conversa, ela me respondeu que

Amarelo: É... então, e acredito também, retomando a sua pergunta, que a gente continuará a encontrar novas formas de resistência e de luta cada vez mais, porque a gente tem se unido mais, porque a gente cada vez mais tem tido mais visibilidade à causa feminista e os casos de feminicídio, e as mulheres têm se empoderado mais e quanto mais nos juntamos outras ideias e outras formas, né, de resistência e de luta e estratégias, né, vão surgindo, então além das estratégias que já existem e que já usamos, acho que outras, né, vão se somando e... embora eu não seja muito otimista com o mundo no geral, com esse governo, com esse estado horroroso, essa merda toda que tá posta. Por outro lado, eu sou muito otimista, com as mulheres. Muito mesmo, sou otimista com as mulheres, então eu acredito que nós, é de nós que vai sair, é... alguma mudança.

Em conjunto as nossas companheiras de pesquisa, acreditamos então que a ação conjunta e o botar a boca no trombone configuram-se como estratégias de aparecimento que, ao passo em que rompem com a lógica separatista do campo da visibilidade/aparecimento, constroem novas alianças e criam novas formas de visibilidade. E, ao denunciar a violação dos direitos das mulheres, ao insistir em aparecer, ao denunciar o feminicídio e as violências contra mulheres, produz-se, então horizontes para uma outra política, onde a resposta pela violência não é naturalizada ou aceita.

5.2 Confrontações e afrontamentos à lógica da violência: experimentando alianças

5.2.1 *Reuniões com o CCPH como aglutinador de mulheres coletivos e movimentos feministas*

Assim como o VIESES, o CCPHA, do qual participamos do conselho consultivo, também demonstra preocupação acerca do aumento exorbitante do número de morte de mulheres no Ceará, e especificamente em Fortaleza, desde 2017. E nos últimos dois anos, o CCPHA realizou reuniões com diferentes grupos de mulheres, a fim de tanto refletir sobre questões que pudessem nos ajudar a entender essa dinâmica, como de realizar uma pesquisa sobre o assunto. No começo desta pesquisa de mestrado, quando se deu minha aproximação com o CCPHA, esse estava no processo de construção de uma pesquisa sobre o aumento do índice de morte de meninas no estado do Ceará.

Assim como em sua pesquisa anterior sobre as trajetórias de vidas de meninos assassinados, o CCPHA também estava interessado em construir uma pesquisa que pudesse visibilizar as trajetórias dessas meninas, ao conversar com familiares e amigas(os) das mulheres vitimadas. E, ao longo do mestrado, fui convidada pelo CCPHA a participar de uma série de reuniões que visavam discutir estratégias para realização dessa pesquisa, metodologia, objetivos, etc.

Nessas diversas reuniões, que aconteciam na Assembleia Legislativa, estavam presente mulheres integrantes de movimentos feministas, mulheres integrantes de movimentos feministas negro, como o Enegra, mulheres integrantes de movimentos em prol da vida, como o Cada Vida Importa, mulheres que integram o Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará (FPSP) e diversas pesquisadoras que habitam os campos das questões de gênero, violência e interseccionalidade.

Construímos, então, muito mais que um espaço para realizar uma pesquisa. A cada encontro que não necessariamente iam as mesma pessoas que os encontros passados, em determinado momento, acabamos por criar uma espécie de rede de solidariedade entre mulheres, onde as questões da pesquisa do CCPHA se misturavam às questões pessoais muitas vezes colocadas durante as conversas e, ainda, às questões de resistência feminista, como convites para a participação de atos e espaços abertos ao debate do feminicídio e da violência contra mulheres. Por exemplo, foi a partir do meu encontro com essas mulheres que surgiu a possibilidade de frequentar alguns encontros para a construção do ato 8 de março de 2019, “Pela vida das mulheres! Somos todas Marielle, Stefhani, Ingrid e Dandara”.

Nesse sentido, a pesquisa intervenção, aqui, foi condição de possibilidade para a construção de aliança entre a pesquisadora e diversas mulheres com as quais entrei em contato através do comitê, que acabou por funcionar na condição de um aglutinado e potencializador de alianças, como um dispositivo de articulação entre mulheres. Dessa forma, as iniciativas do CCPHA, e mais especificamente, esses encontros que não eram periódicos e nem previsíveis, acabaram se tornando um motor para a construção e experimentação conjunta (com várias mulheres) de territórios de resistência, fazendo com que o acompanhamento/composição de processos em campo fosse acontecendo ao passo em que alianças se formavam. Nesse sentido, uma pesquisa intervenção feminista propõe a aliança como uma forma também de acompanhar e compor processos com mulheres.

É portanto, através do fazer alianças que também conseguimos realizar uma pesquisa-COM mulheres e, dessa forma, experimentar coletivamente o plano coletivo de forças que resistem a lógica da violência, da dominação e submissão das mulheres. Acompanhar nosso engajamento nesse processo permitiu cartografar uma rede de solidariedade através da aliança entre corpos.

Nesses encontros-experimentações, discutimos com muita frequência sobre a precarização e o desmonte das políticas públicas como uma forma de manutenção desses assassinatos de meninas. A primeira pesquisa do comitê indica contundentemente que "a morte começa no abandono" e que "a violência é o retorno da segregação". Em relação às mortes de meninas, o fato de que seus índices de morte aumentam, ao passo que o índice de homicídio de outros segmentos do estado do Ceará diminuem, certamente demarcam um maior abandono e segregação. O comitê, e seu papel no enfrentamento da violência contra meninas, como um dispositivo de articulação de mulheres que têm sua militância perpassada pela pauta referente a luta por vidas mais vivíveis, articula, assim, a produção de conhecimento à realização de alianças, tendo com consequência a visibilização da problemática da morte de mulheres e produção de recomendações ao poder público em suas diversas instâncias.

O último encontro realizado, até esse momento, foi uma reunião na qual resultados preliminares da pesquisa foram apresentados, onde coletivamente pensamos em recomendações específicas para essa problemática da morte de meninas. Essas recomendações faziam referência a investimentos em políticas públicas de arte e cultura, pensar em formas de articular os coletivos e movimentos juvenis, investimentos em políticas de educação, etc.

5.2.2 *“Pela vida das mulheres! Somos todas Marielle, Stefhani, Ingrid e Dandara”*

O VIESES estava bastante mobilizado pela ação do ato, cancelamos nossa programação habitual do grupo de estudos na sexta feira, para irmos nos encontrar na concentração do 8 de março, intitulado “Pela vida das mulheres! Somos todas Marielle, Stefhani, Ingrid e Dandara” que se deu na Praça da Justiça, no Centro de Fortaleza, por volta das 15hrs.

O ato contou com a presença de mulheres dos mais diversos coletivos, movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos. Quando chegamos na concentração, logo encontramos pessoas conhecidas e uma multidão de mulheres. Algumas nuas e jovens com seus corpos pintados e expostos fazendo performances que denunciavam o machismo e a ameaça que o governo de Jair Bolsonaro representa às mulheres; outras, já mais velhas, com blusas roxas iguais que denunciavam o capitalismo e o patriarcado; algumas estavam abraçadas a bandeira LGBTQIA+; e haviam ainda aquelas com seus tambores que entoavam nossos passos e animavam nossos espíritos. Era uma multidão feminista.

E, então, seguimos nas ruas do Centro rumo a Praça da Gentilândia, no Benfica. Enquanto as ruas ainda estavam vagas - de carros - por conta do horário, parecia um tanto tranquilo habitar aquele espaço, nós passamos cantando marchinhas e anunciando nossas pautas. As pessoas que não estavam no ato, mas que também caminhavam pelas mesmas ruas, às vezes paravam e olhavam, às vezes se juntavam a nós e às vezes, simplesmente continuavam seus caminhos. O ato, nesse momento, parecia uma grande festa: música, fotos e conversas rodeavam nossos corpos.

Ao passo em que o sol foi se pondo e a hora do rush foi nascendo, as dificuldades de andar na rua enquanto multidão começavam a aparecer. Como éramos muitas, era necessário, muitas vezes, ao atravessar a rua, formar uma corrente de pessoas para que os carros e motos não avançassem em meio ao ato. Em certo momento, nossas vozes competiam com buzinas e gritos daqueles que queria passar - ora, como se nós não tivéssemos o direito de estar ali. De certo modo, aquelas buzinas denunciavam exatamente isso, era como se duas forças entrassem em choque: nós e eles. Nós não estávamos ali apenas ocupando um espaço público, nós estávamos literalmente criando um espaço onde nós podíamos passar - ainda que tentassem nos impedir. Estávamos, portanto, disputando e, ao mesmo tempo, criando um espaço político: nossos corpos, nossos gritos, o asfalto e as calçadas. A primeira intervenção do ato, portanto, foi exatamente isso: todas nós juntas atravessando a rua e, dessa forma, criando um espaço possível de habitação para nós.

Butler (2018), ao discutir a ideia de espaço público, propõe que não pensemos um espaço já estabelecido previamente onde os corpos atuam sobre ele, mas sim um espaço que não é apartado da esfera do privado e é criado no momento da ação, deslocando-nos para o que ela aponta como políticas da rua. Para ela, a reunião de pessoas e a ação conjunta, no caso a manifestação ou ato-dispositivo, descobrem/constroem um outro espaço, um espaço de coabitação possível e negociável, onde o espaço público que já está instituído é questionado, assim como a legitimidade do Estado e as ações da polícia.

E quando, finalmente, chegamos na praça da Gentilândia, concentramo-nos para o encerramento cultural. A praça estava cheia de pessoas, as que participaram da caminhada, as que pareciam estar esperando-nos chegar, e as que estavam de passagem. Ao seu redor da praça, vendia-se blusas e objetos relacionados ao feminismo e, também, roupas, calçados e acessórios de bazares diversos. Ao centro da praça, perto das quadras de futebol e de um barzinho chamado Paraíba, estava montado um palco com bateria e microfone; então, sabíamos que mais tarde haveria uma banda. No entanto, antes de começar a música, houve ainda uma segunda intervenção.

Várias se aglomeravam ao redor do palco e o microfone seria revezado com quem quisesse falar alguma coisa, expressar um sentimento, cantar uma poesia, fazer uma denúncia, etc. Enquanto mulheres fortes e brilhantes falavam suas questões, denunciavam o feminicídio e a reforma da previdência, nós estávamos vibrando aquele momento.

E, então, é dado o microfone a Vermelho que sobe no palco e começa a falar. É natural pensar que, depois do que ela passou, ela falaria sobre violência estatal, e denunciaria o tipo de governo que o Camilo Santana faz nas periferias da cidade, que é a partir de uma polícia militarizada e ostensiva. No entanto, quando Vermelho começa a discutir tais questões, algumas mulheres - há rumores de que foram as mulheres da resistência do PT - desligam o microfone e sua voz, agora, não nos alcança. Então, Vermelho começa a passar mal e pessoas correm para ajudá-la. E o ato segue com mais algumas mulheres falando e outras cantando batalhas de rap. Depois, a banda começa a tocar. Acerca do que aconteceu, Vermelho nos relata que:

Vermelho: Estávamos ali numa grande família na verdade, né, porque cada um buscando por, por exemplo, ali tinha a família da Dandara, ali tinha mulheres LGBT's, né, tinha muitos movimentos, o movimento "Cada Vida Importa" tava lá, enfim, todos eles estavam, naquele momento eu tava com as meninas do Fórum Cearense de Mulheres, né, eu também faço parte desse grupo, no momento eu não tô interagindo, porque eu tenho outras questões pra resolver e, assim, psicologicamente falando eu não tô bem de saúde de jeito nenhum, mas aquele 8 de março pra mim foi um momento de muita contradição, decepção, chateação, é... eu passei mal naquele

8 de março, e... e o pior ainda foi eu ter que ficar ouvindo “Marielle Presente”, elas que estavam ali, elas... defendiam a bandeira, que era a bandeira do Estado, que era o Camilo Santana, que ali a gente representou ele como “Camilo Sacana”, né, por conta da desvolução, vou dizer, assim, uma involução, ele não trouxe pra gente evolução nenhuma, né, no momento em que ele trouxe, principalmente, aquele Mauro Albuquerque, que aí pra mim a desgraça foi pior, então eu não tinha porque defender o Estado, eu tava na rua contra o Estado, eu sou vítima do Estado, então por quê que eu vou defender o Estado? Né? No dia 8 de março, a Maiara foi uma das homenageadas, né, a Maiara, a Dandara, a Estéfane e a Marielle, eram essas quatro. Pois é... e aí eu ia ter oportunidade de fala, e pra mim, nossa, era um momento muito rico, e aí eu ia expor toda a minha raiva, né, eu ia falar pra elas um pouco, até porque é o momento em que eu busco por memória e justiça, pra que não se fique, num fique passado, porque até hoje não tem justiça pro caso da minha filha, não houve justiça, justiça pra mim vai acontecer quando o Estado se responsabilizar e quando os policiais forem presos, porque ele é um homicida, ele tem que tá preso, mesmo que o Estado se responsabilize eu quero ele preso, ele num mato? Ele plantou, ele vai ter que colher, eu quero ele na cadeia, e aproveitando que hoje ele não é mais militar, ele é civil, cabô. Então naquele momento ali, era tipo, que, depois eu fiquei sabendo que elas teriam recebido uns ônibus, pra trazer pessoas num sei daonde, pra deixar ali, pra aumentar mais o número de pessoas, e que o trato que eles tinham feito com elas é que não poderia deixar ninguém falar mal deles, pelo menos foi o que eu fiquei sabendo depois. Por que naquele momento, pra mim era um momento muito rico, a gente tinha ensaiado, junto com o Fórum de Mulheres, né, lá no CEDECA, é... como seria essa intervenção, eu ia ter uma fala breve, mas dentro dessa intervenção, tava, ah, é... o meu sentimento de revolta, a gente ia fazer essa intervenção e ia dizer o quê que ele tinha trazido depois que ele veio como vereador, como, como... como governador. Então, e... naquele momento quando as meninas vieram com o boneco, que eu subi no palco, que eles cortaram, eu fiquei assim, tão, tão... sem reação, que eu não tava acreditando naquilo, pra mim era uma só voz, era uma luta pra todos, eu não sabia que elas iam defender o Camilo Santana, ali eu não vi nenhuma preta segurando o microfone pra falar com a gente, eu só vi aquelas mulheres... que muitas dessas eu já vi elas em outros momentos, em outras ocasiões que aconteceram sempre vejo elas ali, interagindo, mas eu não vejo uma das nossas, da periferia, pra falar o que a gente sente e o que a gente passa no nosso dia a dia, não tinha, tinha aquelas pessoas, tipo assim, é... vamos dizer... dondocas, eu posso dizer isso, dondocas, pessoas que não sabem como é o meu dia a dia, pessoas que não sabem a dificuldade que eu enfrento, né, a necessidade que eu passo, então eu acho que foi por isso que eu passei por isso nesse dia 8 de março, porque era mais cômodo pra elas defender o governador do que a mim, e eu achei que elas iam estar ali comigo e por mim, e não estavam, né, eu já tô com problema de pressão, eu tenho, mas naquele dia minha pressão veio 19 por 8, eu quase tenho um AVC, porque eu me senti tão contrariada, tão contrariada, e, nossa, eu achei que elas tiveram um ato covarde comigo, porque era meu momento de fala então eu podia fazer o que eu quisesse no meu momento, né, e pra minha maior decepção, que eu passei um mês doente depois daquilo, foi elas gritarem, gritarem, “MARIELLE, PRESENTE!”, quem foi Marielle? Marielle foi uma como eu, ela era da periferia, ela gostava de funk, ela gostava de reggae, ela passou por dificuldade, ela foi pobre, ela era preta, e ela buscava por justiça, ela buscava pela minha justiça, ela lutava por mim, né, então eu acho que elas foram infelizes porque eu acho que Marielle, no túmulo, se mexeu todinha.

A partir do que aconteceu, foi evidenciado que o espaço público é, de fato, definido antes mesmo de sua ocupação, onde também é constituído pela lógica da separação entre vidas não vivíveis/matáveis e vidas vivíveis, ou seja, só quem tem vida vivível é visível nesse espaço. Numa cidade onde as mulheres jovens negras periféricas são tidas previamente

como envolvidas e, dessa forma sua humanidade lhes é tirada, quem é visível nessa praça? Quem aparece?

O ato-dispositivo demonstra as dificuldades de construção de um comum, visto que esses tensionamentos permeiam, inclusive o espaço material que dá suporte ao ato. Nesse sentido, por mais que os aliançamentos sejam todos atravessados pela luta por vidas mais vivíveis para todos, não estão isentos dos tensionamentos e relações de poder que podem se incorporar das mais diversas formas, fazendo com que, em algum momento, essas diferenças apareçam de forma mais explícita, como o que aconteceu no ato.

Vermelho: Com certeza! Foi total hipocrisia, por quê? É... tipo, será que Marielle estivesse presente, de fato, de verdade, fosse viva, ela ia conceder o que elas tinham feito comigo? Duvido, não iam, elas não iam de maneira nenhuma, ela não ia de maneira nenhuma concordar com aquilo que fizeram. Porque ali, eu acho que ali ninguém tava pra defender o Camilo Santana, ninguém tava pra defender ele, tava pra defender os seus direitos, tavam gritando pelos seus direitos, né, assim como eu também tava lutando pelo meu direito, eles tão numa forma de tipo, botar pra fora aquele sentimento ruim, porque é isso que me faz viver, esse momento de ativista, esse momento que você tem de falar (...) esse momento que a gente tem de falar é o momento em que se revigora, é o momento que a gente se fortalece, acho que por isso existe isso de grupos de ativismo, porque você bota pra fora as suas negativas e você começa a fluir, você começa a querer viver mais, porque você sabe que vai ter outras oportunidades de você falar, e você expor aquele sentimento pra fora, colocar pra fora e viver com aquilo, porque quem perde um filho, ele não vai deixar de viver com a sociedade, passa a ser uma pessoa totalmente dependente química como eu, tipo eu só durmo se eu tomar remédio, eu tentei até não tomar ontem, mas eu fui dormir ontem três horas da manhã, né, então você não tem vida, você vegeta, e quando você tem outros filhos que também trazem com eles essas sequelas... pior ainda, né, eu acho que é isso, eu acho que o... os momentos de ativista, os momentos de se inserir em grupos é pra isso, se fortalecer os elos de necessidade que cada um tem, né, e continuar vivendo, né, porque eu acho que se não for isso você não vive, né. Eu conheço muitas mães que perderam os seus filhos e que morreram já, né, morreram, porque, tipo, mataram o filho em seguida a mãe morreu porque não tinha fortalecimento, não tinha, é... tipo, talvez não se inseriu em algum grupo, não tinha... “eu não tenho porque viver mais, eu perdi meu filho”, e nesses grupos a gente vê o fortalecimento de cada um e se fortalece com elas, na real é isso.

Vale ressaltar que não estamos, com essa discussão, querendo invalidar o ato ou sua potência, mas apontar das dificuldades de um ato-dispositivo acerca dos aliançamentos e da produção de um comum. No entanto, naquele momento específico, parece que a ideia de aliança é rompida e a multidão, agora, divide-se. Isso também nos mostra o caráter contingente e temporal da aliança. Sobre as tensões entre os movimentos de mulheres no 8 de Março, Verde aponta que

Verde: E que não é desse ano, é um processo... assim, tem mulheres que já, que tavam ali naquela construção e que inclusive enfatizavam isso algumas vezes, né, faz 20 anos que eu tô organizando esse ato, né, então tem uma gramática instaurada aí dessa disputa, em vários, por exemplo eu lembro do ato da casa da mulher brasileira, que rachou desde o início, né, o ato, teve um ato que foi no centro e as mulheres desse campo, o nosso, foram e ocuparam a casa da mulher brasileira, tem

uma perspectiva de exigibilidade de direitos, de um antagonismo mais direto, assim, né, de uma denúncia, muito mais forte do que o outro campo, assim, que tá mais alinhado ao grupo político que hoje está no governo do Estado.

Verde nos alerta para o fato de que os processos de resistência, em especial das mulheres e aqui em Fortaleza, já estão imersos em determinados enquadramentos, nessas disputas que se estabelecem entre os movimentos e entre pautas, o que muitas vezes dificulta a produção de um comum, mas que também não podem deixar de ser consideradas. Ela nos alerta para o fato do campo feminista e a própria construção do 8 de março ser muito heterogênea. Como que em meio a tantas diferenças essas mulheres, ainda assim, conseguem produzir um comum? Isso nos aponta que é justamente em meio a esses tensionamentos que pensamos o enfrentamento à violência. Ainda sobre nosso diálogo:

Ingrid: Eu sei que eu achei, assim, não é que tipo assim eu acho que o que aconteceu no ato não invalida o ato, assim, o ato aconteceu, o ato foi legal, aconteceram muitas coisas massa, mas aquilo ali, é... fazia parte do ato no sentido de que aquela tensão tava desde o começo colocada e eu acho que ela não tinha como não se manifestar no dia do ato, entendeu? É... o fato da... essa coisa de ter desligado o microfone... foi assim... é muito, assim, representativo na minha cabeça, sabe? Da ideia do silenciamento, é tipo... é literalmente tirar a voz, assim, tipo, nossa, eu fiquei...

Verde: Não eu acho que foi uma coisa catártica o ato, assim, eu acho que foi péssima a violência que as pessoas sofreram, mas eu acho que demonstrou os limites.

Ingrid: Sim.

Verde: Desse feminismo branco, desse feminismo que é apêndice da pauta, é... dos, dos homens que hegemonizam a esquerda, né.

Ingrid: É.

Verde: Acho que demonstrou limite, porque o feminismo, o feminismo, né, esse nome...

Ingrid: Branco.

Verde: É. E, assim, ele tá perpassado por relações de poder, ele tá...

Ingrid: Com certeza.

Verde: O racismo do feminismo não é de hoje, né.

Ingrid: Sim.

Verde: A gente tava avaliando, a gente fez uma avaliação depois e... é isso, talvez a gente tenha tido a expressão disso finalmente, finalmente, é... dessa contradição nesse 8 de março, mas em vários outros lugares isso já tinha sido deflagrado, essa denúncia já tinha sido feita, né, é... mas eu acho que aí foi muito potente, porque, eu acho inclusive essa coisa de silenciar, né, fiquei viajando na grada Kilomba

Ingrid: Total.

Verde: Na máscara e de como o sujeito branco silencia porque ele não, não consegue escutar aquilo porque vai desconjuntar a constituição dele enquanto sujeito. Então eu fiquei pensando se essas mulheres não podem, essas mulheres que cortaram o microfone, não podem ouvir, elas vão..a frágil constituição delas como militante, revolucionária, feminista, de esquerda e tal, é um negócio tão... frágil, que.. ela não vai conseguir ouvir, não vai conseguir, porque na palavra ela não vai conseguir rebater (...) fiquei pensando nessa coisa do silêncio, né, e o que é insuportável de ouvir.

A pluralidade do feminismo, então, torna-se desafio para pensarmos alianças, visto que a habitação em conjunto de um mesmo espaço de vários movimentos em prol de

uma luta por vidas vivíveis não apaga os tensionamentos em questão. Ou seja, a dificuldade aqui não é exatamente em pensar alianças que apaguem essas diferenças, sustentamos que seria uma armadilha liberal e conservadora pensar essa multidão de mulheres como um aglomerado de mulheres soberanas e iguais perante a lei, donas de seus corpos e vozes e que estão reivindicando o direito à vida, portanto a dificuldade é exatamente pensar essas alianças de modo que essas diferenças não sejam apagadas, mas sim deslocadas.

Nesse sentido, um dos pontos que mais salta aos olhos em relação ao que aconteceu foi o racismo; afinal, foram mulheres brancas que silenciaram uma mulher negra e, com isso, ocultaram uma denúncia da violência de Estado por determinados grupos políticos. Fazemos aqui então, a pergunta de Spivak, “Pode a subalterna falar?”. Vermelho é uma mulher negra que estava tentando denunciar o genocídio da juventude negra ilustrado pela morte de sua filha negra - que inclusive era uma das mulheres homenageadas no ato - por forças do estado e foi impedida de fazê-lo. Essa pesquisa apoia-se na ideia de que pensar as formas de sujeição e dominação hoje faz-se imprescindível para qualquer teoria crítica que possamos produzir acerca das manifestações e, conseqüentemente, suas ações de reapropriação do espaço público e criação de um espaço político sobre o qual poder performativo do corpo resiste e persiste (BARRETO, 2016, p. 40), sendo o racismo uma dessas formas de sujeição e dominação.

Em relação a isso, Verde nos indica que

Verde: Né? E eu tenho pena é dos brancos agora... eu incorporei muito aquilo [...] verdade. As pessoas estão resistindo, estão negociando, estão sabendo produzir vida nesse contexto de barbárie. E eu acho que a gente precisa escutar. Uma amiga do Enegra falou lá naquele grupo do 8 de Março, horrível a... Depois do ato, eu acho que foi lá, aí ela disse assim, é... “e vocês precisam ouvir. Nós, mulheres negras, sempre tivemos voz, tu tem esse negócio de dar voz a esses sujeitos. Num precisa me dar voz não, eu tenho voz, eu sempre falei, vocês é que precisam saber ouvir, saber escutar”. É... então eu acho que é importante esse processo de escutar quem tá... quem não tem privilégio nenhum ou pouquíssimos... é... e que tá sabendo viver, assim, que tá sabendo, né, produzir vida e tal. É... e aí, eu acho... e eu me sinto muito forte e eu acho que a gente precisa começar a circular esses afetos, entendeu? Porque... no enfrentamento ao feminicídio, é... a gente tem falado... muito de morte, né.

Verde ainda aponta a problemática da falta de uma narrativa que, de certa forma, consiga articular todas as pautas feministas. A pesquisa intervenção nos deu possibilidade, dessa forma, de pesquisar com mulheres e em especial, pesquisar com mulheres que se reconhecem como feministas, ao mesmo tempo em que também possibilitou, a partir da mobilização política da pesquisa e o acompanhamentos de atos, a reflexão coletiva entre

feministas (tanto a pesquisadora que vos escreve, como as participantes da pesquisa) sobre os próprios feminismos, suas possibilidades de ação e seus limites de aliança.

Segundo ela, a falta de uma narrativa que consiga articular todas as pautas feministas seria um dos motivos de os movimentos feministas entrarem tanto em atrito. Nas palavras dela:

Verde: É, tráfico. É... então assim, a gente tava, era o que eu tava conversando com as meninas ontem, com as minhas amigas, a gente tem... a gente tá num momento de desconstrução das grandes narrativas, mas a gente tá carente de uma narrativa que articule todas as nossas pautas.

Verde: De uma compreensão do mundo que caiba todo mundo. Porque como é que dois movimentos feministas tão encontrando contradição entre si? Num tão encontrando um jeito (...) mas eu coloquei esse caso porque são dois movimentos próximos...

Ingrid: Sim.

Verde: E que têm abertura entre si, e que inclusive, por exemplo, as meninas do [...] são do Fórum Cearense de Mulheres.

Ingrid: Tô ligada.

Verde: E o Fórum Cearense de Mulheres, é... acolheu muito fortemente a pauta da tortura, a pauta que a gente levou pro 8 de Março...

Ingrid: Sim.

Verde: Né? Foi... acolheu assim, as mães e tudo, então é um movimento que tem muita abertura.

Ingrid: Sim. Tô entendendo.

Verde: Tá sensibilizado, quer entender, mas a gente tá carente de uma narrativa que articule tudo, que entenda esse processo de produção de violência como um processo político e quais são os mecanismos... eu tô falando “processos políticos” um milhão de vezes, né, mas eu tô nessa vibe, porque tão moralizando tudo hoje e as pautas tão tudo moralizada, tão tudo... o primeiro-damismo voltou de cum força, enfim... aí eu tô tentando lembrar pras pessoas o enfoque de direitos, o enfoque de...

Assim como Verde explicita e como pude, também, presenciar em campo, o FCM é uma organização que consegue aglutinar e articular diversos coletivos, várias mulheres e múltiplas pautas. É importante que, em meio a esses desafios, haja grupos que consigam articular, assim como o CCPHA e o FPSP, várias mulheres e, dessa forma, conseguir tensionar os objetivos, as pautas e as ações dos diversos movimentos feministas. Entender a violência contra a mulher como um processo político é, então, entendê-la como um projeto necropolítico, onde situam-se também os espaços e territórios. Portanto, torna-se imprescindível refletir que pensar a resistência é pensar os atravessamentos entre corpo, ação e espaço, onde o ponto chave de articulação é a reunião de pessoas que é exatamente a condição de possibilidade para as redes de solidariedade entre as mulheres, assim como a construção de um comum, que, como vimos, a partir do ato-dispositivo, não está isento dos tensionamentos entre os movimentos, da heterogeneidade e das relações de poder.

5.2.3 Amanhecer pela vida das mulheres e VI Marcha da periferia

Judith Butler (2018) nos indica que as manifestações de mobilização social nas ruas fazem tensionar o que ela coloca como campo de aparecimento, que refere-se ao exercício performativo do direito de aparecer em algum espaço - em especial o espaço dito público. De acordo com ela, as manifestações em massa nas ruas podem ser vistas como “uma rejeição coletiva da precariedade induzida social e economicamente” (BUTLER, 2018, p. 31), precariedade essa maximizada, nas periferias urbanas de Fortaleza, por racionalidades necropolíticas de gênero que funcionam a partir da produção de uma inimiga ficcional ou uma “envolvida”.

Nesse sentido, a precariedade - embora distribuída de forma desigual - pode funcionar como um ponto de aliança entre grupos que, de outra forma, talvez não tivessem muito em comum. Essa coligação (diferente de união), então, faz operar a aliança de movimentos sociais e pessoas completamente diversos e de causas distintas (muitas vezes movimentos que brigam entre si) em prol de uma luta por vidas mais vivíveis. (Butler, 2018)

Apontamos um exemplo de prática de resistência nas periferias do capitalismo, cujo título leva o nome de “Marcha da Periferia”, a qual acontece anualmente no mês de novembro. Ela é organizada em sua maioria por coletivos juvenis, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Em 2018, aconteceu a sua sexta edição, que levou o título de “E se fosse seu filho? E se fosse sua filha? Todas as vidas importam!”, tendo como pauta a violência contra a juventude no Estado do Ceará, principalmente a violência contra jovens negros/as pobres. Durante o ato, houve a distribuição de uma carta que pedia pela desmilitarização da Polícia Militar, pela investigação dos crimes contra os jovens, pelo combate à discriminação racial, de gênero e orientação sexual, pela promoção e respeito dos direitos humanos, assim como pelo fim do encarceramento em massa e da guerra às drogas a partir da legalização e regulamentação das drogas.

O que está em jogo quando esses coletivos pedem políticas de promoção e valorização da vida, ao invés de políticas militarizadas e violentas, é o clamor pelo que Butler (2018) aponta como “justiça social”, ou seja, que a “precariedade generalizada” induzida e maximizada pelas políticas de desigualdade seja encerrada. Nas palavras da autora: “O oposto da precariedade não é a segurança, mas luta por uma ordem social e política igualitária na qual uma interdependência possível de ser vivida se torne possível” (Butler, 2018, p. 78).

Um outro exemplo foi o ato “Amanhecer pela a vida das mulheres”, organizado por coletivos e movimentos feministas, para dar maior visibilidade às formas que a juventude

tem sido protagonista do enfrentamento à violência, principalmente diante da ausência estatal nos territórios periféricos - à parte intervenções ostensivas, violentas e militarizadas da polícia.

O ato “Amanhecer Pela Vidas das Mulheres” ocorreu no dia 20 de Setembro de 2018, na Praia de Iracema e na Praça da Sé no Centro do Crato-CE. O objetivo do ato era dar ênfase ao aumento do número de mortes de meninas e mulheres no estado, assim como exigir do poder público um plano emergencial de enfrentamento à violência contra as mulheres. Dentre outras coisas, o ato apontava a dificuldade estatal em compreender os casos de feminicídios (Lei 13.104/15), bem como as falhas protocolares de identificação e registro dos casos, uma vez que acabam sendo subnotificados ou reconhecidos como outros tipos de crimes, a exemplo homicídios e crimes passionais.

Sustentamos aqui a ideia de que essas dificuldades estatais de compreender os casos de feminicídio e essas falhas nos protocolos de identificação desses casos fazem parte da rede de violência contra as mulheres que, mais que uma consequência de realizar procedimentos burocráticos, constituem-se como parte do projeto necropolítico de gênero de manter determinadas vidas de mulheres como não vivíveis.

A intervenção político-estética do ato contou com 315 cruzeiros fincadas nas areias da praia de Iracema e na Praça da Sé que estavam pintadas de preto, e onde estava escrito em cada uma o nome de uma das 315 meninas e mulheres vítimas de assassinato do 1 janeiro a 11 de setembro de 2018. Foram feitas orações e homenagens em lembranças das vítimas. Não é a toa que a intervenção tem um formato de cemitério; os coletivos se reuniram em volta daquelas cruzeiros para, de alguma forma, insistir que aquelas vidas importam e que merecem a devida atenção, não só do estado, mas da sociedade em geral - que essas vidas são dignas de comoção pública.

A primeira das intervenções foi o revezamento do microfone com as companheiras que estavam presentes: quem se sentisse convocada poderia pegar o microfone e compartilhar conosco qual era o sentimento que as moviam para estar ali. Eram mulheres de todos os tipos, de todas as cores e de todas as idades. Apesar de sequer nos conhecermos, o sentimento em geral era semelhante; tristeza e, ao mesmo tempo, esperança na luta (na luta feminista contra o patriarcado e contra o capitalismo).

A segunda intervenção foi uma ciranda que fizemos à Mãe Terra; o que também aponta para uma diversidade de religiões ali, posto que estamos enterrando cruzeiros, porém ovacionando a Mãe Terra. Foi muito impactante ver aquela quantidade de mulheres em todas as suas diferenças que estavam ali lutando por uma única pauta: que todas as mulheres

merecem uma vida digna. Após a ciranda, várias mulheres pegaram o microfone e entoaram suas vozes como se nunca antes tivessem falado: nos convocando, nos chamando para a luta. Uma série de dados foram citados; dados sobre o fato de morrem mais mulheres negras, sobre o fato dessas mortes não serem enquadradas como feminicídio.

Por fim, a terceira e última intervenção foi um revezamento dos nomes das 315 mulheres que morreram de feminicídio até setembro de 2018 (pois nós estávamos fazendo aquilo pela sua lembrança) e a fala de outras companheiras. Nas palavras de uma das mulheres presentes no ato: *“Nós já não sabemos quantas são, todo dia é uma, são duas, teve um só fim de semana que foram nove, e é isso que nos mobiliza a tá aqui hoje, a fazer uma luta todos os dias, mobilizar vocês e a gente tá aqui e a gente tentar mostrar pra sociedade e reivindicar do governo do estado que apresente o plano de enfrentamento à violência contra as mulheres, que construa com os movimento de mulheres o plano estadual de políticas públicas para as mulheres, é pra isso que a gente tá aqui, pra reivindicar, pra seguir na luta, seguir nos manifestando e mostrar nossa indignação. Dizer que a gente não aceita, que a gente não vai ficar calada vendo outras mulheres morrerem, vendo nossas irmãs morrerem, nossas mães, nossas tias, nossas primas, nossas filhas, sobrinhas, todas as mulheres! São milhares por ano no Brasil e é preciso a gente dizer não. Não, não vamos nos calar. É preciso a gente dizer um basta ao assédio, é preciso a gente dizer um basta ao estupro, é preciso a gente dizer basta à violência doméstica, é preciso a gente dizer basta ao feminicídio”*.

Segundo o que foi relatado pelo Fórum de Mulheres Cearenses no dia do ato, de acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria de Segurança: em 2018, houve aumento de 60% no número de morte de meninas e mulheres em comparativo ao ano anterior. Vale ressaltar que o Fórum cobra ao Governo do Estado, desde 12 de março, quando foi negociado, o Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres do Ceará e o Plano Emergencial de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e ao Feminicídio.

Uma das questões que mais impactou foi essa tarefa do FCM de contar as mulheres vítimas de feminicídio; elas colocam o quão é insuportável essa tarefa de todo dia contar corpos de mulheres, companheiras e familiares mortas. Depois de todos os nomes das 315 mulheres serem falados, a mãe de Silvany Sousa¹⁰ estava conosco e fez uma última fala que emocionou todas ali presentes; ao final, demos um abraço coletivo nela. O sentimento que ficou, apesar da tristeza, foi a potência dos movimentos de mulheres, uma certa pulsação que

¹⁰ Silvany Sousa foi assassinada por seu ex companheiro - motivado pelo fato de que o relacionamento havia acabado há cerca de 3 meses - na praça do Sé, no Crato, em agosto de 2018.

todas nós estávamos sentindo, como se estivessemos na mesma vibração, apesar de sequer nos conhecermos direito.

O ato reuniu, então, uma multiplicidade de pessoas, tais como: familiares de vítimas, membros da sociedade civil, organizações não governamentais e vários movimentos feministas das localidades. Essas pessoas, movimentos e coletivos, assim como os demais que estavam presentes, fazem de seus corpos um “corpo em movimento” ao criarem um espaço público/político; juntos buscam justiça social, produzem resistências frente às lógicas de precarização da vida e produzem um comum (BUTLER, 2018). A política de aliança é, então, uma política de “habitação do mundo”, de criação de espaço, através de uma ética de coabitação (BUTLER, 2018).

Sobre isso, percebemos que os movimentos sociais em geral, tendem a colocar em pauta mais questões identitárias e pessoais, se comparadas com questões coletivas e baseadas na diversidade. Isso pode ter consequências problemáticas, visto que faz com que coletivos se individualizem ao lutarem por questões diferentes e não percebam que todos, de certa forma, são interpelados pela “precariedade induzida”. Essa lógica estatal individualizante e totalizante (FOUCAULT, 1995) produz modos de subjetivação a partir da lógica do semelhante e não semelhante do Mbembe (2017) ou da vida vivível e não vivível de Butler (2016): as mortes que merecem importância, nesse caso, são mortes de meninas e mulheres que sejam semelhantes (passível de luto) e as que não são reconhecidas como semelhantes não estão enquadradas em vidas passíveis de luto.

Quando um evento como “Amanhecer pela vida das mulheres” ou até mesmo o próprio “8 de março” tem imbricados movimentos sociais, coletivos juvenis, sociedade civil, organizações governamentais e não governamentais; a ideia de outro se amplia e corpos diferentes são aliançados. Propomos, então, que a solução encontrada por esses coletivos, movimentos sociais e afins, nessas atividades de luta por resistência, são os aliançamentos entre grupos distintos e corpos precarizados, pois a situação precária é o que dá condição de possibilidade para a construção do “comum”, que pode fazer habitar diferentes corpos em um mesmo espaço (BUTLER, 2018).

Portanto, estamos - ou deveríamos - estar em aliança e levar em consideração que existem, por exemplo, diferentes formas de discriminação interseccionalizada (CRENSHAW, 2004) e a partir da ideia de produção de um comum, propomos o que Foucault (1995) chama de lutas “antiautoritárias”:

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos de imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e

totalização própria às estruturas do poder moderno. A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não é tentar libertar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa desse tipo de individualidade que nos foi imposta há vários séculos (FOUCAULT, 1995, p. 283).

Não cabe aos movimentos feministas, juvenis, ou outro qualquer, estar na lógica capitalística, mas problematizar as instituições estatais, possibilitar uma ruptura com o poder estatal (individualizante e totalizante), promover subjetividades singulares (GUATTARI, ROLNIK, 2011) e subjetividades que recusem os processos de subjetivação normalizantes (FOUCAULT, 1995), sobretudo, movimentos sociais que busquem o comum: melhores condições de vida para todas(os).

Ações como “Amanhecer pela vida das mulheres” e a VI Marcha da Periferia tem contribuído para apresentar que as narrativas das jovens mortas estão distorcidas quando contadas pelas grandes mídias e que seu *status* de humanidade é ignorado. Pensar junto aos coletivos juvenis, as(os) autoras(es) críticas(os) à colonialidade e aos debates interseccionais é também uma forma de aliançarmos nossos corpos-pesquisadores nessa luta por vidas mais vivíveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Precisamos ser criadas para a liberdade. O mundo é grande demais para não sermos quem a gente é.” (Elza Soares)

O contexto de Fortaleza, que apresenta altos índices do número de mortes de mulheres na cidade; uma viralização de vídeos de mulheres sendo torturadas e mortas por grupos que disputam o mercado ilegal de armas e drogas nas redes sociais e discursos proferidos tanto pelas grandes mídias, como por instâncias de segurança pública, de criminalização das mulheres que morreram a partir da ideia da “envolvida”, foi gatilho para pensar essa dissertação.

Assim, esta pesquisa buscou analisar processos psicossociais relativos à problemática da morte das mulheres nas dinâmicas da violência urbana, na cidade de Fortaleza, sob a perspectiva de mulheres integrantes de coletivos feministas e/ou organizações da sociedade civil que têm pautado o assunto na capital cearense. A partir da pesquisa-intervenção, que nos permitiu trabalhar com o ethos da cartografia aliado às perspectivas feministas e das ferramentas entrevistas semi-estruturadas e diário de campo, foi-nos possível construir seis analisadores.

São eles: 1) A relação do fenômeno do assassinato de mulheres nas conflitualidades urbanas com uma rede de violências contra mulheres; 2) A seletividade dessa forma específica de vitimização, ao problematizarmos quem são as mulheres que estão morrendo nas dinâmicas da violência criminal em Fortaleza, a partir da intersecção de diferentes marcadores sociais; 3) As transformações da violência criminal no Ceará e seus efeitos na vida de mulheres periféricas; 4) A brutalidade dos assassinatos de mulheres exibidos em vídeos que viralizam nas redes sociais e a partir do dispositivo da “decretação”; 5) A narrativa de criminalização das mulheres que morrem a partir da figura da “Envolvida” e 6) As formas, caminhos, experiências e pistas de resistência que mulheres que integram movimentos feministas e organizações da sociedade civil têm produzido coletivamente.

A partir dos analisadores, foi possível, então, a construção dos capítulos análico-teóricos desta pesquisa. O terceiro capítulo, intitulado “A Problemática da Morte de Mulheres nas Dinâmicas da Violência Urbana: Cartografias Feministas”, atravessou os três primeiros analisadores. Esse capítulo buscou evidenciar uma rede de violência contra mulheres, que apontou uma articulação entre os campos do privado e do público, assim como da violência doméstica e da violência urbana. Sustentamos a necessidade de um olhar menos binário

acerca da violência para que possamos compreender melhor seu efeito na vida das mulheres. Buscou-se, também, apontar a importância da discussão sobre o feminicídio sob a ótica da interseccionalidade, assim como potencializar seu uso estratégico para a reivindicação de direitos para as mulheres. Explicitou-se, então, que as mulheres jovens negras periféricas são as mais vitimadas pelas malhas necropolíticas de Fortaleza, o que nos leva ao debate da inseparabilidade estrutural entre sexismo, heterossexualidade, racismo, patriarcado e capitalismo.

O quarto capítulo, intitulado “Necropolítica de Gênero, Vidas Precárias e Corpos Matáveis: A Perspectiva de Mulheres sobre as Dinâmicas da Violência Urbana em Fortaleza e seus Efeitos”, foi pensado a partir dos analisadores quatro e cinco. Esse capítulo procurou apontar as transformações atuais no cenário da violência urbana em Fortaleza, as quais evidenciaram uma brutalidade e um cenário de guerra atravessados por uma estética da crueldade que atravessa a vida de mulheres periféricas. Foi explicitada a ideia de femi-genocídio como noção fértil para potencializarmos o debate da morte de mulheres em Fortaleza e apontar que essas mortes não são casos isolados, mas sim fazem parte de um projeto necropolítico de gênero que legitima a morte de mulheres jovens negras e periféricas. Apresentamos, então, a criminalização dessas mulheres através da figura da “envolvida”, pelas grandes mídias e pelas instâncias de segurança pública, como uma das operações necropolíticas para estabelecer as mulheres “inimigas” e não passíveis de luto.

O quinto e último capítulo analítico-teórico, intitulado ““O que resta pra nois?”: desafios, pistas e experiências sobre formas de resistência à morte de mulheres tecidas por integrantes de coletivos feministas e de organizações da sociedade civil”, deriva do último analisador. Esse capítulo evidenciou o botar a boca no trombone como condição de possibilidade de produção de um comum entre as mulheres e entre os diversos movimentos e coletivos feministas, ainda que nesse comum possam haver diferenças e tensionamentos. Fez-se um relato da pesquisa em campo que envolveram experimentações feministas: reuniões com o CCPHA, o ato do 8 de março de 2019 “Pela vida das mulheres! Somos todas Marielle, Stephani, Ingrid e Dandara”, a VI Marcha da Periferia “E se fosse seu filho? E se fosse sua filha?” e o ato “Amanhecer pela vida das mulheres” que aconteceram em 2018.

Portanto, sustentamos que os altos índices do número de mortes de mulheres em Fortaleza junto a exposição de mulheres sendo torturadas nas redes sociais são efeitos dessa produção necropolítica de gênero, que atrelada a produção da figura da envolvida e da redes de violência contra mulheres, produz a vida das mulheres não passíveis de luto, ao legitimar suas mortes. Para romper, portanto, com essa lógica da violência, evidencia-se ser

imprescindível o aliançamento entre mulheres, coletivos e movimentos feministas em prol de vidas mais vivíveis e da distribuição mais igualitária da precariedade. A pesquisa intervenção foi, nesse sentido, chave para potencializar a aliança entre pesquisa e militância, bem como a aliança entre pesquisadora e participantes da pesquisa e realizar, desta forma, um mosaico polifônico.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 27, n. 4, p. 648-663, 2007.
- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALESSI, G. Acordo pela paz entre PCC e Comando Vermelho derruba homicídios em Fortaleza. **El País**, [s. l.], p. 1, ago. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/19/politica/1471617200_201985.html. Acesso em: 21. jan. 2019.
- ARENDT, R; MORAES, M.; TSALLIS, A. Por uma psicologia não moderna: o Pesquisar como prática meso-política. **Estudos & Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 12-16, 2015.
- BARREIRA, C. Segurança Pública no Ceará 2014 a 2017. *In*: LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira (coord.). **Fórum Brasileiro de Segurança Pública: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 a 2017: Edição Especial 2018**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. p. 34.
- BARRETO, L. M. Do espaço de aparência às políticas da rua. *In*: GREINER, Christine (org.). **Leituras em Judith Butler**. São Paulo: Annablume, 2016.
- BARROS, J. P. *et al.* “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 117-128, 2018.
- BARROS, J. P. *et al.* Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 475-488, 2019.
- BARROS, J. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. *In*: COLAÇO, V.; GERMANO, I.; MIRANDA, L.; BARROS, J. P. (org.). **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2019. p. 209-238.
- BARROS, J. P.; BENÍCIO, L. F. S. “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemáticas dos homicídios de jovens em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 34-43, 2017.
- BARROS, L. M. R.; BARROS, M. E. Pista da análise: o problema da análise em pesquisa cartográfica. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (org.). **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 175-202.
- BARROS; L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 52-76.

BENÍCIO, L. F. S. *et al.* Necropolítica e pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 38, n. 2, p. 192-207, 2018.

BENTO, B. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, n.12, p. 1-16, 2018.

BERDINELLI, T. Fortaleza Sitiada. **El País**, Fortaleza, 26 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521569179_197468.html. Acesso em: 21 jan. 2019.

BERDINELLI, T. Na guerra de facções, número de mulheres mortas no Ceará explode. **El País**, Fortaleza, 22 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/23/politica/1521820370_049127.html. Acesso em: 21 jan. 2019.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2018.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição.** Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2017.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência.** Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2019.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil: consciência em debate.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASSOL, P. D.; SILVA, M. B. O.; DINARTE, P. V. “A vida mera das obscuras”: sobre a vitimização e a criminalização da mulher. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 810-831, 2018.

CERQUEIRA, D. R. C. *et al.* **Atlas da violência.** Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

COLLINS, P. Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought, **Social Problems**, [s. l.], v. 33, n. 6, p.33-38, 1986.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada Vida Importa**: relatório de segundo semestre de 2017. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2018. Disponível em: <http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Relato%CC%81rio-2017.2- CORRIGIDO.pdf>. Acesso em: 31 maio 2018.

CONNEL, R. W.; MESSERSCHMIDT, W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188. 2002.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: Interseccionalidade, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Califórnia, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

DAFLON, V. T. Dilemas e perspectivas dos feminismos no Brasil contemporâneo. **Revista Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 315-320, 2019.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EM 10 ANOS, 2,3 mulheres foram mortas no Ceará aponta pesquisa. **O Povo**, Fortaleza, 5 jun. 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/06/05/em-10-anos--2-3-mil-mulheres-foram-mortas-no-ceara--aponta-pesquisa.html>. Acesso em: 18 jun. 2019.

ESCÓSSIA, L.; TEDESCO, S. H. Pista 5: o coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 92-108.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977 .

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France, 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. [S. l.]: Paz & Terra, 2018. p. 22-26.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: Holanda, H. B. H. (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 30-35.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUERRA, A. M. C. Alguns princípios teórico-políticos para intervenções com juventude: como lidar com os efeitos psicossociais da violência? *In: LOPODENTE, M.L. G. et al.* (org.). **Corpos que sofrem**: como lidar com os efeitos psicossociais da violência? São Paulo: Elefante, 2019. p. 137-149.

GUSMÃO, F. P. A “visão do crime”: os sentidos construídos por jovens em cumprimento de medidas socioeducativas sobre as condutas do “mundo do crime”. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 33, p. 121-142. 2019.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.6, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOLLANDA, H. B. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, v.8, n. 16, p. 193-210, 2015.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IRIGARAY, L. **Este sexo que não é só um sexo**: sexualidade e status social da mulher. São Paulo: EdSenac, 2017.

KILOMBA, G. A máscara. Tradução de Jessica Oliveira de Jesus. **Cadernos de Literatura em Tradução**, São Paulo, v.2, n. 16, p. 171-180, 2010.

KILOMBA, G. **Memórias de plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, F. Dossiê raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 68-81, 2018.

LOURAU, R. **A análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1993.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MAYORCA, D. S.; BARROS, A. F. O. Efeitos psicossociais da violência de Estado e a operação clínica do direito à reparação. *In: LOPODENTE, M. L. G. et al.* **Corpos que sofrem**: como lidar com os efeitos psicossociais da violência? São Paulo: Elefante, 2019. p. 137-149.

MAYORGA, C. Lentes feministas e perspectivas críticas da juventude. *In: COLAÇO, V. R.; GERMANO, I. P.; MARINHO, L. et al.* (org.). **Juventudes em movimento**: experiências, redes e afetos. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 14-19.

MBEMBE, A. **Poder brutal, resistência visceral**. São Paulo: N-1 edições, 2019.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1edições, 2018.

MELO, D. L. B.; CANO, I. **Índice de homicídio na adolescência: IHA 2014**. Rio de Janeiro: Observatório de Favela, 2017.

MEMBROS de facção torturam mulheres e deceparam dedos de homem em Quixeramobim. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 1, 19 jan. 2018. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/sertao-central/policia/membros-de-facciao-torturam-mulheres-e-deceparam-dedos-de-homem-em-quixeramobim/58177>. Acesso em: 8 jun. 2019.

MENEZES, J. A.; COLAÇO, V. F. R.; ADRIÃO, K. G. Implicações políticas na pesquisa intervenção com jovens. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 8-17, 2018.

MIGUEL, L. F.; BIROLE, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MULHER é sequestrada, mantida em cativeiro e torturada por integrantes de facção criminosa. **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/mulher-e-sequestrada-mantida-em-cativeiro-e-torturada-por-membros-de-facciao-criminosa/>. Acesso em: 8 jun. 2019.

MULHERES foram decapitadas no Ceará por ordem de chefe de facção, diz polícia. **G1 CE**, Fortaleza, 15 mar. 2018a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/mulheres-foram-decapitadas-no-ceara-por-ordem-de-chefe-de-facciao-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 8 jun. 2019.

MULHERES torturadas e executadas em mangue foram filmadas antes de morrerem. **O Povo**, Fortaleza, 7 mar. 2018b. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/caucaia/2018/03/mulheres-torturadas-em-mangue-foram-filmadas-antes-de-morrem.html>. Acesso em: 8 jun. 2019.

NEGREIROS, D. J. Da necessidade de políticas de memória, verdade, justiça e reparação para os crimes do Brasil pós-ditatorial. In: LOPODENTE, M. L. G. *et al.* **Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** São Paulo: Elefante, 2019. p. 137-149.

NEGREIROS, D. J.; QUIXADÁ, L. M.; BARROS, J. P. P. Movimento Cada Vida Importa: a universidade na prevenção e no enfrentamento à violência no Ceará. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, v. 62, n.9, p. 80-89, 2018.

NOGUEIRA, C. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 13, n.8, p. 107-128, 2001.

NOGUEIRA, C. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador: Devires, 2017.

PAIVA, L. F. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p.165-184, 2019.

PAIVA, L. F. A miséria da segurança pública no estado do Ceará. **Justificando**, São Paulo, 30 jan. 2018a. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/01/30/miseria-da-seguranca-publica-noestado-do-ceara/>. Acesso em: 21 jan. 2019.

PAIVA, L. F. Dinâmicas da violência em tempos de facções criminosas no Ceará. *In*: CEARÁ. **Cada vida importa**: relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2018b. p. 23-26. Disponível em: <http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Relato%CC%81rio-2017.2-CORRIGIDO.pdf>. Acesso em: 31 maio 2018.

PAIVA, L. F. S.; BARROS, J. P. P.; CAVALCANTE, R. M. B. Violência no Ceará: as chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v.12, n. 33, p. 73-98, 2019.

PASINATO, W. “Feminicídio” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 37, n.22, p. 219-246, 2011.

PASINATO, W. A chacina de Cajazeiras e o silêncio sobre a morte violenta de mulheres. **Geledés**, São Paulo, 1 fev. 2018. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/chacina-de-cajazeiras-e-o-silencio-sobre-morte-violenta-de-mulheres-por-wania-pasinato/>. Acesso em: 8 jun. 2019.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. Pista 1: a cartografia como método de pesquisa- intervenção. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 17-31.

PAULINO, Nicolás; PINUSA, Samuel. Ceará foi o segundo estado onde mais se matou mulheres em 2018. **G1 CE**, Fortaleza, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/noticia/2019/03/08/ceara-foi-o-segundo-estado-onde-mais-se-matou-mulheres-em-2018.ghtml>. Acesso em: 8 jun. 2019.

PAULUZE, T. Com decretções via rede social, assassinato de meninas dispara no CE. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/com-decretacoes-via-rede-social-assassinato-de-meninas-dispara-no-ce.shtml>. Acesso em: 8 jun. 2019.

PIMENTEL, E. Prisões femininas: por uma perspectiva feminista e interseccional. *In*: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E.; PORTELA, C. (org.). **Mulheres e violência**: interseccionalidades. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 14-17.

POMPEU, Carmen. Três mulheres são torturadas, mortas e decapitadas em Fortaleza. **Estadão**, São Paulo, 7 mar. 2018. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,tres-mulheres-sao-torturadas-mortas-e-decapitadas-em-fortaleza,70002217817>. Acesso em: 8 jun. 2019.

PRADO, J. L. A. A política do performativo em Butler. *In*: GREINER, C. **Leituras em Judith Butler**. São Paulo: Annablume, 2016.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: N-1 edições, 2014.

PUAR, J. "Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa": interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 343-370, 2013.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, D. S. As meninas e a necropolítica no Ceará. **Justificando**, São Paulo, 16 jan. 2019. Disponível em: <https://www.justificando.com/2019/01/16/as-meninas-e-a-necropolitica-no-ceara/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia ciência e profissão**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

ROSSI, A.; PASSOS, E. A análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 156-181, 2014.

SADE, C.; FERRAZ, G. C.; ROCHA, J. M. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 15-18.

SAGOT, M. El feminicidio como necropolítica en Centroamérica. **Labrys: études féministes**, [s. l.], v. 24, p. 1, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/monserat.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEGATO, R. L. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 341-371, 2014.

SEGATO, R. L. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 265-285, 2005.

SILVA, R. N. Ética e paradigmas: desafios da psicologia social contemporânea. *In*: PLONER, K. S. *et al.* (org.). **Ética e paradigmas na psicologia social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 39-45.

SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C.; SPINDLER, G. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 26, n. 2, p. 323-334, 2014.

SOUSA, M. J. S. **As peculiaridades da violência no Ceará**: aventuras e maneiras de fazer o crime. 2019. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. **Pistas do método da cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 92-127.

UNO, K. **Guattari**: confrontações. São Paulo: N-1 edições, 2016.

VALENCIA, S. **Capitalismo Gore**. Barcelona: Melusina, 2010.

VALENCIA, S. El transfeminismo no es un generismo. **Pléyade**, Santiago, n. 22, p. 27- 43, 2018.

VÍDEOS comprovam participação de acusados de torturar e matar três mulheres, diz promotora. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 1, 27 fev. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/videos-comprovam-participacao-deacusados-de-torturar-e-matar-tres-mulheres-diz-promotora-1.2068842>. Acesso em: 8 jun. 2019.

VIEIRA, A. Meninas são as que mais sofrem com a falta de investimento em políticas públicas no Brasil. **O Povo**, Fortaleza, 2 dez. 2019. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/reportagensexclusivas/2019/12/02/meninas-sao-as-que-mais-sofrem-com-falta-de-investimento-em-politicas-publicas-no-brasil.html>. Acesso em: 8 jan. 2020.

VÍTIMAS são filmadas durante execução com tortura e decapitação no Ceará. **O Dia**, Rio de Janeiro, 8 mar. 2018. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/brasil/2018/03/5520333-vitimas-sao-filmadas-durante-execucao-com-tortura-e-decapitacao-no-ceara.html#foto=1>. Acesso em: 8 jun. 2019.

WASELFISZ, J. **Mapa da violência 2015**: homicídios de mulheres no Brasil. Brasília, DF: FLACSO, 2015.

XAVIER, G. Feminismo: direitos autorais de uma prática linda e preta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 jul. 2017. Disponível em: <https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/07/19/feminismo-uma-pratica-linda-e-preta/>. Acesso em: 8 jun. 2019.